

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

ATA Nº 023

PRESIDENTE - DEPUTADO ZÉ CARLOS DO PÁTIO

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Audiência Pública, solicitada pelo Deputado Zé Carlos do Pátio, para tratar da questão da reforma agrária no Estado de Mato Grosso, 1º de maio de 2005, às 08:00 horas, no Centro de Tradições Gaúchas - CTG, Av. Júlio Campos, s/nº, Bairro Sagrada Família.

Em nome da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, declaro aberta esta Audiência Pública para tratar da questão da reforma agrária do Estado de Mato Grosso.

Convido para compor a mesa os Exmºs Srs.: Florisberto Santos Oliveira, Prefeito de São José do Povo; Vereador Ananias Martins de Souza Filho, representando a Câmara Municipal de Rondonópolis; Presidente da Câmara Municipal de Poxoréo, representando as Câmaras Municipais do interior; Sr. Osmar Resplandes; Dr. Gustavo Reis Lobo Vasconcelos, Presidente do Programa Regional Luz para Todos do Estado de Mato Grosso - o Dr. Gustavo é a maior autoridade, aqui em Mato Grosso, do Programa Luz para Todos, é ele que preside esse Projeto.

Eu quero dizer que o Superintendente do INCRA está chegando, o Dr. Pedro Taques também já está chegando e a Senadora Serys vai chegar às 11:00 horas da manhã.

Convido também para compor a Mesa: o Coordenador do Movimento dos Trabalhadores Acampados e Assentados, Valdir Corrêa; o Deputado Sebastião Rezende; um representante da Comissão da Pastoral da Terra; o representante Altamiro ou o representante da Coordenação do MST; o Edivaldo José da Silva ou um representante da FETAGRI ou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais aqui de Rondonópolis, Moacir Mafra.

Volto a convidar o Coordenador do Movimento dos Trabalhadores Acampados e Assentados, Valdir Corrêa, para compor a Mesa conosco.

Composta a Mesa, convido a todos para que, em pé, ouçamos o Hino Nacional Brasileiro.

(NESTE MOMENTO É EXECUTADO O HINO NACIONAL BRASILEIRO.)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu quero agradecer as presenças: da Srª Janete Carvalho, vice-Presidente da Subsede do SINTEP de Rondonópolis; da Drª Neuza Novais, Delegada Regional do Conselho de Corretores de Imóveis, uma grande lutadora pela Pastoral da Sobriedade; do Assentamento Flor da Prata; do Sr. Fernando Ferreira da Silva, Vereador de Guiratinga; do Sr. Antônio Lelis Azevedo Rocha, Vereador da Câmara Municipal de Poxoréo; do Sr. Valmor Bresan, Coordenador da Agricultura Familiar da Prefeitura Municipal de Primavera do Leste; do Sr. Antônio Alves, Presidente da COPERCENTER; do Sr. Nilton José Pereira, Diretor Administrativo- Financeiro da COPERCENTER; do Sr. Wagner Campos, Coordenador do MTA de Rondonópolis; do Assentamento Chico Mendes; do Assentamento Água da Serra; do Assentamento Canudos, de Pedra Preta; do Assentamento Sandrini, de São José do Povo; do Assentamento Carlos Mariela, de Poxoréo; do Assentamento 17 de Março, de Juscimeira; do Assentamento Alminhas, de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Poxoréo; do Assentamento Gleba Ribeiro, de Guiratinga; da Gleba Rio Vermelho, de Rondonópolis; do Assentamento Frei Gervásio; do Acampamento Furnas, de Pedra Preta; do Acampamento Cambaúba, de Pedra Preta; do Acampamento Roteiro do Morro, de Rondonópolis; dos trabalhadores rurais de Vale Rico; da Srª Helena da Silva Carrasco; do Assentamento Oásis, de Guiratinga; da Cooperativa Banco da Terra COPERCENTER; do Assentamento Serra Formosa, Município de Pedra Preta; do Acampamento Contestado, Município de Pedra Preta; do Acampamento Bom Jesus, do Município de Pedra Preta; do Acampamento 14 de Agosto, do Município de Campo Verde; do Acampamento Vale do São Francisco, do Município de Rondonópolis; do Assentamento João de Barros, do Município de Poxoréo; da Srª Joana Maria Jesus, Líder Comunitária do Bairro Jardim Gramado; do Sr. Carlos Alberto Carvalho, Engenheiro Agrônomo; do Assentamento João Pessoa, do Município de São José do Povo; do Assentamento Márcio Pereira, do Município de São José do Povo; do Acampamento Padre Lothar, do Município de São José do Povo; do Vereador Aristóteles Cadidê da Silva, da Câmara Municipal de Rondonópolis; do Sr. Jovelino de Paula Teotônio, Vereador de São José do Povo; do Sr. Valter Corrêa, Vereador de São José do Povo; do Sr. Lindomar Lemes dos Santos, o Panta, Presidentes da Vila Mamede.

Todas as lideranças que estiverem aqui e que não foram registradas, por favor, registrem no nosso Cerimonial, porque é importante registrarmos a presença de todas as pessoas que estão aqui.

Esta Audiência Pública está sendo gravada, taquigrafada e filmada.

Nós queremos dizer que é importante todas as entidades estarem bem representadas.

Agradecemos a presença do Vereador Genésio, de São José do Povo.

Neste momento, a nossa Audiência Pública vai ter a palavra do Dr. Gustavo, que é do Projeto Luz para Todos; depois, teremos a palavra do Dr. Leonel; a seguir, vamos abrir para os movimentos; depois, vamos ter uma palestra do Dr. Pedro Taques, Procurador da República, uma das maiores autoridades que temos em Mato Grosso, uma das pessoas que combateu o crime organizado aqui no Estado de Mato Grosso, e combateu o narcotráfico; depois, nós teremos a palavra das autoridades; teremos o almoço e, logo após, receberemos as comitivas. Nós não vamos sair daqui sem conversar com as nossas comitivas e os trabalhadores.

O Movimento dos Trabalhadores quer apresentar um teatro, uma apresentação sobre a questão da reforma agrária que eu acho interessante.

Gostaria de registrar a presença do Assentamento Padre Josino, do Município de São José do Povo.

Neste momento, nós vamos passar a palavra ao Dr. Gustavo, que terá dez minutos para fazer ... O Dr. Gustavo trouxe umas transparências para mostrar o seu trabalho do Projeto Luz para todos. Mas eu quero deixar registrado que até agora não instalaram o telão e nem o *datashow*.

Com a palavra, o Dr. Gustavo Reis Lobo Vasconcelos. Depois da palavra do Dr. Gustavo, nós abrimos para alguma dúvida.

O SR. GUSTAVO REIS LOBO VASCONCELOS - Bom-dia a todos e a todas. Bom-dia aos companheiros da Mesa.

Inicialmente, gostaria de parabenizar a todos os presentes pelo dia de hoje, pedindo a Deus que nos dê sempre muita saúde e paz.

O meu nome é Gustavo, sou empregado da ELETRONORTE de Cuiabá, e faço parte do Comitê do Programa Luz para Todos, um Programa do Governo Federal.

Eu trouxe um CD para que possamos projetar alguns *slides*, de modo a ficar mais didática a apresentação. Mas como ainda não foi instalado, vou falar aqui rapidamente sobre o

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Programa e, caso alguma pessoa depois tenha alguma dúvida, algum esclarecimento adicional, podemos fazer aqui mesmo, ou no nosso escritório em Cuiabá, ou através dos escritórios da CEMAT que estão instalados em praticamente todas as cidades aqui do Estado de Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Dr. Gustavo, eu só queria pedir - o Dr. Gustavo é uma pessoa maravilhosa, foi comigo em Brasília, está conseguindo dinheiro para ampliar o Projeto Luz para Todos, tive uma reunião com ele e com o Presidente da ELETRONORTE, em Brasília, e com a Senadora Serys Slhessarenko - que depois do almoço você ouça umas comitivas para sentir o problema aqui, nós ficaríamos muito felizes. Os trabalhadores vão almoçar aqui, e algumas comitivas querem mostrar os seus problemas. Aí tem trabalhador que tem trinta anos e não tem energia, por exemplo, morador da Mata Grande...

Então, eu só queria te deixar isso aí.

Continua com a palavra, o Dr. Gustavo.

O SR. GUSTAVO REIS LOBO VASCONCELOS - Após o almoço, nós vamos estar aqui também junto com o pessoal da CEMAT e poderemos tirar todas essas dúvidas.

Então, o que é o Programa Luz para Todos? Nós tínhamos até o Governo Lula o Programa Luz no Campo... O Programa Luz para Todos tem uma modificação muito importante que no Programa Luz no Campo, as pessoas, os domicílios que receber energia, ou seja, os consumidores pagavam pela construção da rede, pelo menos uma parte da construção da rede.

A grande vantagem do Programa Luz para Todos é que ninguém paga nada, só paga o consumo. Então, nós até escutamos em alguns locais aí do Estado que pessoas estariam cobrando para poder fazer uma ficha para que a pessoa pudesse ter o direito à energia. Não existe isso. O Programa é gratuito. A rede vai chegar até a casa de todos os brasileiros que moram na área rural, até o ano de 2008, e ele não paga nada. Além da pessoa não pagar nada pela construção da rede, ela recebe também, gratuitamente, três pontos de energia, mais duas tomadas em casa. Tudo isso faz parte do Programa Luz para Todos.

Uma outra grande vantagem do Programa Luz para Todos em relação ao Programa Luz no Campo, é que nesse Programa agora todo brasileiro, até o ano de 2008, morando na área rural, vai ter energia em casa. E o Programa Luz no Campo e no Programa anterior, essa data seria até o ano de 2016.

Então, nós estamos antecipando, o Governo Federal está antecipando do ano de 2016 para o ano de 2008.

Aqui no Estado de Mato Grosso, quando foi feito o último censo, em 2000, foram registrados quarenta mil domicílios sem energia. Porém, como este Estado cresce demais em relação ao Brasil, talvez é o Estado que mais cresce, nós verificamos que não temos quarenta mil famílias hoje, temos mais ou menos oitenta mil famílias, ou seja, mais do que o dobro do que o IBGE, em 2000, levantou. Estou querendo dizer que não foi uma falha do IBGE, não, foi o crescimento, realmente, que aconteceu aqui no Estado de Mato Grosso. Então, essas oitenta mil famílias terão energia até o ano de 2008.

A fonte de energia, ou você estende as redes, tem redes próximas, você estende essas redes, ou você constrói mini-usinas, pequenas centrais hidrelétricas, ou nas regiões que você não tem nem extensão de rede nem a possibilidade de construir uma pequena hidrelétrica, você tem algumas alternativas como: energia solar ou energia a base de gerador a diesel. O Programa já instalou aqui no Estado de Mato Grosso, até essa data, mais ou menos quatro mil domicílios, ou seja, em torno de quatro mil famílias já receberam energia elétrica do Programa Luz para todos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

A nossa meta para este ano de 2005 até o início do ano de 2006, é atingir em torno de 17 mil famílias. No ano de 2006, mais 20 mil famílias; no ano de 2007, mais 20 mil famílias; e no ano de 2008, mais ou menos 20 mil famílias, totalizando as 80 mil.

Nós sabemos que o crescimento do Estado vai continuar. Nós já conseguimos que o Governo Federal... Que desse valor de 40 mil famílias, ficaram previstas, inicialmente, que nós passássemos já para 80 mil.

Deputado Zé Carlos do Pátio, essa já é uma notícia nova que o Governo Federal já está fazendo um aditivo ao Programa, aumentando de 40 mil domicílios de Mato Grosso para 80 mil domicílios, que é o número, hoje, de domicílios no Estado sem energia.

Existe um comitê e todas as pessoas que tiverem a necessidade de energia, pode-se dirigir a qualquer escritório da Rede CEMAT, pode procurar o INCRA, pode procurar a Prefeitura, a Associação dos Municípios, ou seja, ela pode ser feita individualmente ou através de grupos, de associações de assentamentos, podem procurar diretamente a CEMAT, a ELETRONORTE ou o INCRA, ou seja, há várias fontes que você pode procurar e registrar a solicitação.

Baseado nessa solicitação, existe um comitê formado por nove pessoas. Essas nove pessoas se reúnem regularmente, verificam todo pedido que existem e eles vão priorizando esses pedidos. Por exemplo, nesse ano agora até o início de 2006, nós devemos energizar 17 mil famílias. Nós temos 80 mil, mais 17 mil que vão ser ligadas até o início do ano que vem. Quais são esses 17 mil? O Comitê, através de algumas regras, define quais são esses domicílios que vão ser ligados. Logicamente, são aqueles domicílios mais próximos da rede e que nós temos limites de custos. Nós temos limites de custos por domicílios. A média de Mato Grosso foi definida que até seis mil e duzentos reais vai ser o custo por domicílio. Esse comitê que destina essas prioridades é formado por representantes do Governo Federal, no caso eu, representantes do Governo Estadual, representantes da Universidade Federal, do SEBRAE, da Associação dos Municípios - AMM. Então, são nove representantes que, regularmente, definem quais são as prioridades.

Nessa região, aqui no entorno do Município de Rondonópolis, esses dez ou doze municípios que estão aqui no entorno, já foram priorizados mais ou menos mil e trezentos domicílios que receberão energia até o final do ano, início do ano que vem.

Uma outra grande vantagem também desse Programa é que os recursos, a grande maioria dos recursos que vêm para poder fazer as obras é a fundo perdido. Qual é essa vantagem? Porque você não interfere na tarifa. Porque, se esse dinheiro não viesse a fundo perdido do Governo Federal e Estadual, a tarifa ia aumentar no Brasil inteiro, porque esse Programa é feito para o Brasil inteiro.

Eu falei que Mato Grosso tem 80 mil domicílios, mas o Brasil tem dois milhões de municípios, dois milhões de domicílios sem energia.

Então, como parte do recurso é a fundo perdido, a tarifa deve aumentar muito pouco para todo brasileiro, em torno, no ano de 2010, até 2010, a tarifa deve aumentar mais ou menos de 2 a 3%. Só.

Em termos de fonte de recurso, o Governo do Estado entra com 10%, a CEMAT entra com 15% e o Governo Federal entra com o restante, ou seja, 75% é a parcela do Governo Federal, sendo que desses 75%, 40% é a fundo perdido.

O Estado de Mato Grosso tem uma posição até boa em termos de energia. Nós temos em torno de 80 mil famílias só em Mato Grosso.

Se vocês pegarem, por exemplo, a Bahia, ela tem duzentas mil famílias. O Maranhão e mais o Amazonas têm em torno disso também, duzentas mil famílias sem energia. Aqui no Estado, nós temos mais ou menos oitenta mil.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Os recursos já estão vindo - como falei - já foram liberados mais ou menos trinta por cento do investimento total para este ano, em torno de cento e vinte milhões. Então, já foram liberados mais de trinta milhões, dos quais já foram ligados por volta de quatro mil domicílios.

Um grande problema que nós tivemos no início do Programa, que começou em meados do ano passado, foi que como o Programa é um Programa Nacional, todos os estados estão construindo obras, todos os estados estão fazendo rede.

Quando foi lançado o Programa, as empresas que fornecem material e equipamento não tinham tudo isso estocado em prateleira. Então, sempre tinha lá mil transformadores de um tipo, mil transformadores de outro. Foi um congestionamento muito grande com as indústrias fornecedoras.

Quando os equipamentos começaram a chegar no final do ano passado, nós entramos com o período chuvoso, que se inicia em quase todo Estado em novembro... Então, nesse período chuvoso, todos sabem que a produção é muito pequena, cai muito, você não consegue fazer a obra porque as estradas ficam muito ruins. Mas agora, com o período chuvoso terminando no mês de abril, nós vamos ter agora oito meses, até o final do ano, onde devemos incrementar muito o Programa, de onde, então, nós devemos passar desses quatro mil domicílios já ligados para em torno de 17 mil ligados até o início do ano que vem.

Eu tinha mais algumas informações aqui, não sei se vai dar tempo, depois de passarmos as transparências... Mas em termos global, eu não sei se teria mais alguma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Neste momento, eu queria abrir a palavra para representantes...

Na verdade, Dr. Gustavo, o que está acontecendo é que tem muita desinformação, tem muitos trabalhadores que têm vontade de colocar luz para todos... Hoje mesmo, chegou um pessoal da Mata Grande aqui e me falou: “Olha, nós estamos há trinta anos e não temos luz no nosso sítio. Nós podemos ter energia elétrica no nosso sítio?”

E queria que os trabalhadores perguntassem como poderíamos nos organizar para intensificar esse Projeto de Luz para Todos, aqui na região Sul, porque as coisas já estão acontecendo, mas como fazer para organizar melhor.

Eu estou achando que os trabalhadores estão um pouco desinformados - eu não sei - mas queria que fosse mais bem explicado.

Neste momento, eu deixo aberta a palavra aos trabalhadores que quiserem fazer alguma pergunta ao Dr. Gustavo.

O SR. APARECIDO GONÇALVES - Meu nome é Aparecido Gonçalves, da Mata Grande.

Dr. Gustavo, quando o senhor falou do Programa Luz para Todos, é fácil falar, mas quando o senhor trabalhava na CEMAT, o tratamento era bem diferente, a pessoa recebia a gente totalmente diferente. Falam que a gente está desinformada, que a prioridade é para assentamento, o sitiante não tem essa prioridade. Até perguntaram para mim: “Quantos metros da rede faltam para chegar na sua casa”? Eu falei: Quatro mil metros. Ele falou: “Então, não tem condições de quatro mil metros. Se fosse pelo menos quinhentos metros, você teria prioridade”. Eu falei: Mas por que, se o meu pai tem o sítio lá, desde 1947, ele não tem essa prioridade ainda? Ele vivia totalmente diferente lá. “E você explicou isso”? Para o senhor é fácil, mas para nós, quando chegamos lá na CEMAT, é totalmente diferente, ninguém recebe a gente, eles não querem nem saber.

Então, eu queria que o senhor explicasse por que nos recebem tão mal na CEMAT e não com carinho que merecemos a energia lá no sítio.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Está aberta a palavra. Quem quiser usar a palavra... Nós vamos abrir para ... Identifique-se, por favor, por causa da Taquigrafia.

Há mais alguém que queira fazer alguma pergunta?

A SRª MARIA JOSÉ VIEIRA - Meu nome é Maria José Vieira, Presidente da Associação de São Benedito, de Santo Antônio da Fartura.

Eu quero fazer uma pergunta ao Dr. Gustavo: Se vem o dinheiro a fundo perdido para a energia, no nosso assentamento está acontecendo, por que o P.A está pagando a energia para chegar até nós?

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Mais alguém quer fazer a pergunta?

O SR. FRANCISCO FOGUETEIRO - Bom-dia. Eu sou da Gleba Selva de Pedra, de São José da Boa Esperança, no P.A Rio Vermelho.

A conversa é muito bonita como o senhor está falando, a luz é de graça, tudo é de graça, acontece que não é a quantidade que o senhor está falando para todo mundo, porque nós temos conhecimento, e, se for mentira, é mentira do próprio pessoal da CEMAT.

O que acontece é que só são quatro lotes neste ano, quatro etapas, e o que ocorreu? A primeira passou, a segunda passou e o nome de quem não foi para Cuiabá, foi aprovado aqui. Isso é aprovado por tipo assembléia, não é, Dr. Gustavo? Então, isso é aprovado por assembléia.

Então, nós entramos - eu falo e tenho documento aqui - no quarto lote que, inclusive, já é o lote do Governo do Estado. O que nós temos informação é que já mandou parar esse projeto. Ele não é bem assim como está falando, não. Devido ao grande fluxo, o grande número de gente que está querendo, já mandaram parar: "Dá uma parada aí, porque o pessoal está querendo muita coisa de graça. Então, vamos dar uma parada... (VIRADA DE FITA) ...gente chegar, não. Mandou parar. Entrou muita gente querendo. Vamos parar, porque a coisa de graça não é assim, não. Então, eu queria saber se a realidade é essa mesma.

A pergunta que eu faço para o senhor é se só tem esses quatro lotes, se esse é o derradeiro lote. Não adianta ninguém estar começando projeto para pedir energia, se para este ano não tem mais. A informação que eu tive em Cuiabá é a de que para este ano não tem mais. Esse quarto lote é o último lote. Então, não adianta fazer propaganda para tapear o povo, porque o povo não está aqui para servir de brincadeira e nem de palhaço. Muito Obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - A palavra está aberta.

O SR. ANTÔNIO SOUZA DA SILVA - Bom dia a todos.

Meu nome é Antônio Souza da Silva e eu quero falar a respeito desse projeto.

O Sr. Lázaro Marco Damascena tem um sítio ao lado de Dom Aquino, a 14 quilômetros, a rede de luz passa dentro do sítio dele e até hoje, já foram lá várias vezes colocar luz. Não colocaram. Tem 35 anos que ele mora lá, com a família todinha lá, e até hoje está no escuro.

Aqueles sitiantes de situação melhor que a dele já tem luz; e ele, que a rede de luz passa mais ou menos a uns 50 metros da casa dele, não pode colocar. Ninguém colocou. Quer dizer, a propaganda do Governos estadual e federal e de algumas pessoas que têm o poder na mão é muito bonita; mas, na prática, Deus me defenda, porque com 35 anos uma pessoa criou a família todinha; hoje ele é viúvo; mora sozinho; e continua no escuro. Quer dizer, se o Governo quisesse mesmo, se tivesse boa vontade e pessoas com vontade de cobrar para beneficiar os pobres que precisam - pobre, quero dizer, em situação simples, que mora no mato -, já os teria beneficiado, não só ele como muitos que moram lá.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Cinquenta metros não é distância, mas é muita distância para ele que tem duas, três vaquinhas, que vive devagarzinho, trabalhando para sobreviver. Então, só falar é fácil; provar que é difícil. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Com a palavra Secretário de Agricultura de Primavera do Leste.

O SR. VALMOR LUÍS BRESAN - Bom dia a todos.

Eu sou Coordenador da Agricultura Familiar de Primavera do Leste...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Um minutinho só, Sr. Secretário.

Neste momento, quero convidar o Sr. João Perose, Gerente do Banco da Amazônia, para compor a mesa e o Sr. Olímpio Vasconcelos, Gerente de Operação do Banco do Brasil.

Quero que todo mundo dê uma salva de palmas ao Procurador-Geral da República, Dr. Pedro Taques, que veio e está aqui conosco para fazer uma palestra.

O Dr. Pedro Taques é o Procurador que combateu o crime organizado em Mato Grosso, combateu o narcotráfico. Ninguém melhor do que ele para vir aqui fazer uma palestra no dia do trabalhador a respeito do trabalhador (PALMAS).

Quero convidar o Deputado J. Barreto para compor a mesa conosco e também o Superintendente do INCRA, Dr. Leonel Wohlfahrt (PALMAS).

Com a palavra o Secretário de Agricultura de Primavera do Leste.

O SR. VALMOR LUÍS BRESAN - Eu quero fazer uma pergunta ao coordenador do Luz para Todos.

Que nos diga aqui de público quais tipos de documentos que se fazem necessários para pleitear essa energia, porque acontece que, chegando aos órgãos que competem, nos passaram essas informações, nos pedem muitos tipos de documentos e, às vezes, temos que ir até com carrinho de mão levar esses papeis. Então, eu queria que disse aqui, de público, quais os documentos que são necessários para se pleitear essa energia junto ao Governo do Estado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Neste momento eu passo a palavra para o Dr. Gustavo Rei Lobo Vasconcelos, para responder as perguntas dos trabalhadores, porque o problema, Dr. Gustavo, é a dificuldade de acesso à Rede CEMAT.

Eu quero aqui fazer essa crítica mesmo. Eles estão tendo dificuldade à Rede CEMAT e essa questão é preponderante, essa questão de ver como fazer para melhorar esse atendimento.

O SR. GUSTAVO REIS LOBO VASCONCELOS - Vou ver se consigo responder todas as perguntas.

Com relação a se alguém está pagando a construção de uma rede, no Programa Luz para Todos não existe isso. Ninguém paga a construção da rede, nem o medidor, nem o padrão. Ninguém paga isso. Se a pessoa está sendo atendida pelo Programa Luz no Campo, que foi um Programa do Governo anterior, é um contrato que essa pessoa, esse assentamento tem com a CEMAT, não faz parte do Programa Luz para Todos. O Programa Luz para todos, eu reafirmo, não se paga.

Programa Luz no Campo sim. Quem fez o Programa Luz no Campo tem um contrato com a CEMAT, então deve continuar pagando suas parcelas. É um contrato que existe com a CEMAT anterior. No atual Governo, no Programa Luz para Todos, não se paga.

Com relação ao que o colega falou que de repente está sendo enganado. Eu disse: nós temos 80 mil domicílios no Estado de Mato Grosso sem energia. Nós já iniciamos, já temos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

quatro mil domicílios já ligados. Até o início do ano que vem a nossa meta é ligar em torno de 17 mil. Então, vejam só: se você tem 80 mil domicílios sem energia e se até o início do ano de 2006 nós vamos ligar 17 mil, logicamente que vamos ter mais ou menos 60 mil domicílios que não vão ser ligados neste ano. Mas nós não estamos enrolando esses 60 mil, não, porque não tem jeito de fazer tudo de uma vez.

O Programa, como eu falei, vai até o ano de 2008. Então, quem não está recebendo energia agora, neste ano, não pode sentir que estamos enrolando, que estamos falando bonitinho, que o rádio está falando bonitinho e que na prática não funciona. Funciona sim, tanto é que já ligamos 04 mil e vamos ligar mais uns 13, 14 mil este ano, totalizando 17 mil. Ninguém consegue, num Estado igual Mato Grosso, com as distâncias que tem, fazer 80 mil ligações de uma vez. Então, nós não estamos enrolando ninguém, o Governo não está enrolando ninguém.

O que temos que fazer? Ir priorizando. Se uma pessoa está há 50 metros, ela não pode se sentir prejudicada porque devem ter outras pessoas sendo beneficiadas. De repente, se ela não foi, neste momento priorizada, ela tem que sentir que até o ano de 2008 ela vai ser.

Então, por exemplo, o colega aqui que falou que o pai dele morou lá vários anos, que etc, etc. Em alguma hora o senhor vai ser atendido. Não sei exatamente se o senhor está na lista deste ano, se o senhor vai ser priorizado para o ano que vem, mas, com certeza... No programa anterior, o senhor teria até 2016, pela lei que existe, pela legislação, para receber energia. Se a CEMAT colocasse até 2016, estaria dentro da lei. Como o programa antecipou para 2008. Então, até 2008 o senhor vai receber energia. Temos que verificar depois, podemos ver quando o senhor vai receber, para ter uma idéia.

Parece que está entendido. Nós não estamos enrolando, o problema é que não se faz tudo de uma vez só, por isso que eu falei que a verba que veio, de 120 milhões, vai dar para fazermos próximo de 20 mil ligações e para este ano nós já estamos providenciando contratos para o ano de 2006. O Programa não parou. Não existe isso de falar que o programa parou porque não foi priorizado. Não é nada disso.

Essas 17 mil famílias que já foram priorizadas vão receber energia até o início do ano que vem. Se, infelizmente, uma família que está aqui, algum assentamento que está aqui não recebeu, vai ter que se cadastrar e, tão logo seja possível, vai receber energia.

Em termos de documentação, não tem documentação nenhuma. Não precisa de carrinho de mão, não precisa nada disso. Para um assentamento, se é um assentamento do INCRA, o INCRA já está com toda a relação. O INCRA tem e faz parte do comitê, e um dos membros que define quais são as prioridades é um representante do INCRA. Tanto o Leonel como o Edson, fazem parte do comitê. Então, não precisa de documentação nenhuma.

Agora, se a pessoa mora isolada, não muito próxima da cidade, em lugar de difícil acesso, aí, sim, essa pessoa, quando for à CEMAT tem que facilitar, ela tem que levar o nome, o local, um desenho, mais ou menos, de onde mora, uma coisa simples, para o pessoal localizar a área e verificar se naquele momento é possível colocar energia, ou não, porque, como eu falei, existe um custo médio para cada domicílio. Se você tem uma casa que fica a 20 quilômetros da rede atual, essa pessoa agora não tem prioridade. Agora, se você tem um assentamento há 10 quilômetros da rede, esse assentamento tem lá 500 famílias, ele tem prioridade, porque vai se fazer 10 quilômetros, mas não vai ligar um domicílio, vai ligar 500.

Basicamente o que está sendo beneficiado em Mato Grosso são assentamentos e pequenos produtores rurais, porque é o grosso do nosso Estado. Se você pegar São Paulo e outros Estados do Brasil que tem menos assentamentos, lá deve ter uma pessoa que tem uma chácara, uma pessoa que tem um pequeno comércio, mas aqui no Estado nós estamos dando prioridade para

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

assentamentos, porque o custo é menor. A gente consegue fazer mais ligação com um custo menor. Então, a nossa prioridade hoje é o pequeno produtor rural e assentamentos. E, pelos dados do INCRA, se não me engano, nós temos em torno de 400 assentamentos aqui no Estado de Mato Grosso e, a cada dia que passa, esses assentamentos aumentam.

O outro local que nós estamos dando prioridade é um convênio que fechamos com o INTERMAT. O INTERMAT tem um programa muito bom de assentamento, próximo da sede dos municípios. Então, nós já fechamos convênio com 12 assentamentos do INTERMAT.

Outros que estão sendo priorizados por nós são os quilombolas. Aqui em Mato Grosso nós temos mais ou menos 10 quilombolas que estamos priorizando a energização nesses locais.

Estamos estudando para priorizar para os índios também, que tem um probleminha, estamos verificando junto à FUNAI, mas o índio também vai receber, porque o programa se chama Luz para Todos. Não tem um que não vai receber até 2008, mas, infelizmente, não dá para fazer tudo de uma vez.

Não sei se ficou faltando alguma resposta, se ficou desculpem-me, eu vou estar aqui à tarde também e podemos conversar mais sobre essa assunto.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu quero falar para o Chico Fogueteiro que você está correto. Então vamos fazer a seguinte proposta.

Dr. Gustavo, eu queria que o senhor nos fizesse a seguinte proposta - todos os pleitos que já estão na Rede CEMAT em andamento, nós poderíamos analisar um por um desses pleitos para ver se aceleramos esses processos do Luz para Todos aqui na região sul.

Eu quero dizer que na semana que vem nós iremos a Brasília, na Eletronorte, com o Dr. Gustavo, discutindo um aditivo do Projeto Luz para Todos em Mato Grosso. E, se Deus quiser, nós vamos intensificar esse projeto sim. Nós não podemos parar de investir nesse projeto.

Eu quero, neste momento, convidar para compor a mesa a Prefeita de Dom Aquino, Srª Maria José Borges.

Cumprimentamos o Sr. Darci Rogério Ferreira, Vereador do PDT, do Município de Alto Araguaia, Sr. Antônio Chaves, Diretor de Ação Comunitária da URAMB, Assentamento Santo Antônio da Fatura.

Agradecemos a presença do assentamento Bica D'Água, Acampamento Dom Ozório, Campo Verde; Assentamento São Gabriel, de Primavera do Leste; Assentamento Colégio São Vicente, Santo Antônio do Leverger; Maria José Vieira, Presidente dos Trabalhadores Rurais de Campo Verde; Associação São Benedito, Campo Verde; Glaci Cassola Beneti, Presidente dos Sindicatos Rurais de Campo Verde.

O Dr. Gustavo vai estar à tarde aqui para atender as comitivas e nós vamos atender um por um. Nós só vamos sair hoje à tarde depois que atendermos todo mundo.

Agradecemos a presença da Vereadora Mariúva Valentim Chaves, de Rondonópolis; Srª Estela Mariano Paiva, Vereadora de Pedra Preta; do Sr. Juvenal Ferreira Brito, Vereador de Pedra Preta; Sr. Nelci Pio Peron, Vereador de Alto Araguaia; Gleba Santo Antônio, Alto Araguaia; Acampamento Novo Horizonte, Alto Araguaia; Associação Nova Aliança Pequenos Produtores Rurais; Assentamento Geraldo Pereira de Andrade, de Juscimeira; Associação Vale do Serra; Assentamento Wilson Medeiros, Associação PA Gato Preto Córrego Rico, Alto Araguaia; Sr. Marcelo Fernandes, Diretor de Agricultura de Paranatinga; e Sr. Isaias Gomes, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alto Araguaia.

Nós ficamos muito feliz porque só agora deve ter mais de 15 municípios representados aqui e no começo eu já havia citado vários municípios.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Registro Assentamento São Bento e Zumbi dos Palmares, de Dom Aquino.

Neste momento, eu quero convidar uma pessoa muito importante na minha vida pública, é jornalista, foi a pessoa que coordenou a minha campanha em Rondonópolis, uma campanha humilde, foi um milhão contra um tostão, e ele vai fazer uma apresentação do Dr. Pedro Taques aqui para nós todos.

Esse jornalista é uma referência para nós. Ele coordenou a minha campanha e a campanha de Wilson Santos, em Cuiabá, e é uma pessoa a quem ouvimos muito, pela consciência crítica que tem e pelo preparo que tem como jornalista e uma pessoa de *marketing*.

Quero convidar meu amigo Mário Marcos de Almeida para vir aqui na frente usar da palavra e informar que dispõe de cinco minutos.

O SR. MÁRIO MARCOS DE ALMEIDA - São elogios de um amigo e os amigos sempre exageram.

É uma satisfação estar aqui entre trabalhadores, em Rondonópolis, onde tudo acontece, principalmente neste 1º de maio. Eu queria dizer da satisfação de estar aqui nesta mesa, comandada pelo companheiro Zé Carlos Pátio, com a presença do meu amigo também Deputado J. Barreto, figura querida desta cidade e tantas outras pessoas ilustres, que cumprimento na pessoa dessa figura extraordinária de Mato Grosso, orgulho do nosso Estado e do País, Dr. Pedro Taques (PALMAS).

Humilde, ligado à luta do povo e corajoso para defender o povo. O Dr. Pedro Taques é Procurador da República em São Paulo, cargo em que chegou por merecimento, Procurador do Ministério Público Federal há 09 anos, mas antes, por 03 anos, foi Procurador pelo Estado de São Paulo, onde prestava assistência a pessoas carentes, onde talvez tenha se acendrado essa sua identificação com as dificuldades de quem vive o dia a dia na lide rural, na lide da cidade.

Nas entrevistas que eu já fiz como profissional de imprensa com o Dr. Pedro Taques sempre me chamou à atenção a sua preocupação com a questão social, com a questão da criminalidade, com a questão do combate ao macro-crime, ao crime organizado, ao crime que não merece contemplação, que tem que enfrentar o rigor da força do Estado democrático na pessoa do Dr. Pedro Taques, mas também aquela criminalidade difusa nascida da miséria, da pobreza, de quem não tem um litro de leite para dar para um filho em casa e que às vezes é punido exemplarmente por um pequeno delito, enquanto que aquele que assalta bilhões do povo passa dois, três dias na cadeia, sofre algum vexame, mas depois é libertado.

Pedro Taques é um gigante nessa luta e ele hoje aqui não vai falar sobre isso, vai falar sobre sua visão da terra, da função da terra, do trabalho que a terra pode oferecer para Mato Grosso e para o Brasil.

Com a palavra o Dr. Pedro Taques, a quem eu peço uma calorosa salva de palmas (PALMAS).

O SR. PEDRO TAQUES - Bom-dia a todos.

Eu inicialmente gostaria de agradecer a Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, através do Deputado Zé Carlos do Pátio, pelo convite feito ao Ministério Público Federal, especialmente a minha pessoa, para falar aqui sobre reforma agrária.

Eu agradeço também as palavras do jornalista Mário Marques, que foram por demais elogiosas, que não representam o que eu represento neste Estado.

Eu, ontem à noite, na hora em que estava preparando a minha fala para os senhores e senhoras, por volta de 01:00 hora da manhã, confesso que eu dormi, dormi preocupado com o que eu falaria aqui para os senhores, dormi e tive um sonho. Eu sonhei, antes de vir para cá, depois de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

pensar muito sobre o que falar e ficar preocupado sobre o que falar aos senhores e foi um sonho maravilhoso.

Eu sonhei que vivíamos num país onde todos eram iguais. Eu sonhei que vivíamos num país onde o trabalhador não precisasse mendigar por um pedaço de terra... (PALMAS) ...Eu sonhei que vivíamos num país em que a dignidade da pessoa humana era respeitada e que minha filha teria a mesma condição de progresso e de desenvolvimento que a filha de todos que aqui se encontram. Isso eu sonhei.

Lá pelas 04:00 horas da manhã o despertador tocou e eu acordei, acordei e vi que isso era uma mentira, que não temos um País igual, que a minha filha, infelizmente, não terá a mesma condição que a filha dos senhores.

Acordei, tomei o meu café, beijei a minha filha e para cá vim, vim para falar sobre reforma agrária, mas antes de falar sobre reforma agrária é interessante sabermos para que serve o Estado.

Para que serve o Estado? Esse Estado que vamos falar aqui não é o Estado de Mato Grosso, não é o Estado de Goiás, é o Estado como uma sociedade.

Para que serve a sociedade? Num determinado momento histórico, que não me interessa quando foi, nós todos nos reunimos e colocamos parcelas dos nossos direitos sob a responsabilidade de uma entidade que nós todos demos o nome de Estado. Essa entidade chamada Estado tem uma única finalidade: atingir o bem comum.

Para que serve o Estado? O Estado só serve para que nós todos possamos ter o bem comum atingido.

O que é esse bem comum? Esse bem comum tem um conceito de ordem religiosa. Esse bem comum, a Constituição da República, este documento aqui, trata desse bem comum no art. 3º. O que significa esse bem comum e para que serve o Estado.

O Estado, conforme o art. 3º da Constituição de República, só tem uma finalidade, acabar com as desigualdades entre as pessoas, para que nós todos possamos viver com dignidade. Dignidade aqui significa um conteúdo moral, eu ter os meus direitos respeitados e respeitar os direitos dos outros. E dignidade no conteúdo material? O que significa essa dignidade no conteúdo material? Eu ter escola para o meu filho, ter saúde para a minha filha, poder viver uma vida digna. Ser respeitado. Para isso serve o Estado.

Se o Estado não cumpre sua obrigação, não precisamos do Estado, mas, infelizmente ou felizmente, nós temos que viver abaixo do Estado e temos que ter movimentos sociais como esse e a cidade de Rondonópolis é muito rica em movimentos sociais, temos que ter funções como da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, que convoca audiências públicas para debater com o cidadão o que o Estado está fazendo e o que o Estado não está fazendo.

Infelizmente aquele meu sonho era só um sonho, porque hoje no Brasil a reforma agrária, no meu pensar, posso estar absolutamente errado, respeito posições contrárias, não está cumprindo sua função social. Não está cumprindo... (PALMAS) ...E eu vou dizer aos senhores e às senhoras porque não está cumprindo sua função social. Porque reforma agrária não é só dar terra para quem não tem terra. Reforma agrária não é isso. Reforma agrária é instrumento de justiça social. Reforma agrária é instrumento de transformação social. O que significa essa transformação social? Não é mudança, porque mudança é pouco. Não queremos mudança. Queremos transformação.

Qual a diferença de mudança para transformação. Mudança eu pego esse milho daqui e coloco aqui atrás, mas ele não deixa de ser milho, porque ocorreu uma mudança. Nós precisamos de uma transformação e pensar em reforma agrária não só dar terra para o sem-terra.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Eu tenho a idéia de que reforma agrária é muito mais que isso e o Estado não está atingindo essa função.

Até a década de 60, e eu vou me permitir falar alguns dados, a reforma agrária tinha uma função, aumentar produção agrícola, até a década de 60. De 1960 a 1970 ninguém falou em reforma agrária no Brasil. A partir de 1980 começou a se falar sobre reforma agrária com uma outra função, não só aumentar produção agrícola, porque nós já tivemos o avanço tecnológico, mas fazer com que o cidadão que foi desempregado em razão da mecanização da agricultura pudesse ter o seu lugar, ter a sua terra e ser instrumento de justiça social.

Para que nós tenhamos uma idéia, vou citar também um dado, eu me permito citar esses dados. Até 1950 50% da população do Brasil vivia na zona rural - 50% da população do Brasil vivia na zona rural. Hoje, 23% da população do Brasil vivem na zona rural.

Nós tivemos, em razão do avanço tecnológico da agricultura uma saída do cidadão, do trabalhador da zona rural para a zona urbana. Daí nós tivemos vários instrumentos de migração que ocorreram no nosso País, exemplo disso, nordestinos para São Paulo, para Mato Grosso, sulistas para Mato Grosso, para Rondônia, e nós tivemos um movimento de migração. Hoje, 23% da população vivem na zona rural.

Para que os senhores e as senhoras tenham uma idéia e eu tenho certeza que muitos aqui sabem disso, nos Estados Unidos, 2% da população vivem na zona rural. Eu vou dar um exemplo, de 100 americanos, 2 vivem na zona rural. No Brasil, de 100 brasileiros, 23 vivem na zona rural.

Como é isso na Europa? De cada 100 europeu, 6 vivem na zona rural - 6 de cada 100 europeu.

Hoje a reforma agrária tem uma outra função, dar dignidade e fazer justiça social, para que possamos tirar também aquelas pessoas que estão favelizadas nas cidades, que não têm direito de viver na cidade, porque você viver na cidade debaixo da ponte, você não está tendo o direito e não está tendo respeitado seus direitos.

Daí eu penso que a reforma agrária tem que cumprir essa função, dar dignidade ao cidadão.

Isso está sendo cumprido? Isso não está sendo cumprido.

Eu ouvi aqui a resposta do competente Gustavo a respeito desses projetos de eletrificação rural. Era da ELETRONORTE e hoje está na Rede CEMAT? ELETRONORTE ainda? Na ELETRONORTE.

Nós estamos aqui discutindo coisas mínimas, que o cidadão há muito já deveria ter esse direito cumprido. Imaginem se nós estamos discutindo eletrificação rural, será que uma criança que mora um assentamento tem escola ali perto. Será que ela tem transporte para a escola se a escola não estiver ali perto? Será que ela tem hospital, ou um mínimo, um mínimo que seja, um posto de saúde? Absolutamente não tem. E nós temos programas governamentais que têm a função de dar escola, dar educação, para que a Constituição da República possa ser cumprida e a Constituição da República não está sendo cumprida.

A Reforma Agrária no Brasil demora muito e os senhores, mais do que eu, sabem o quanto isso tem demorado, cada um dos senhores e senhoras e todos aqui presentes sabem disso.

Eu vou citar mais um dado para que possamos comparar isso, para que os senhores tenham uma idéia. No Japão, em 1946 foi feita a reforma agrária, 1946, em 21 meses... (VIRADA DA FITA) ...e tenho absoluta certeza de que no Japão não estão discutindo a eletrificação rural. Nós sabemos a qualidade de vida daquele país. E aqui? Eu tenho um dado, segundo consta, no início do Governo Fernando Henrique, existiam 80 mil famílias assentadas. No início do Governo Fernando

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Henrique, 80 mil famílias. Durante o Governo Fernando Henrique, segundo dados da própria Presidência da República, foram assentadas 680 mil famílias e ao final do Governo Fernando Henrique, segundo dados do Governo Fernando Henrique, existiam 40 mil famílias a serem assentadas.

Hoje, segundo o INCRA, existem 170 mil famílias para ser assentadas; segundo os movimentos sociais, 280 mil famílias para serem assentadas. Qualquer número que nós venhamos a pegar é um número assustador, que demonstra que alguma coisa está errada. E quando isso começou? Vamos pegar... Se vocês me permitirem, peço desculpas, mas vou citar mais um dado. Em 1850, vamos voltar aqui, tínhamos no Brasil a escravidão, a terra era livre e o trabalhador era escravo. Aquele que era amigo do rei pegava a terra e documentava. Não se vendiam terras no Brasil até 1850. A partir de 1850, acabou o tráfico de escravos, não era mais permitido trazer escravos da África. A partir de 1850, a terra começou a ser vendida para se evitar que o ex-escravo pudesse se apropriar da terra. Assim temos o momento em que o trabalhador é escravo e a terra era livre. Hoje, temos o trabalhador livre, mas a terra é escravizada, porque a terra é de poucos.

Sabemos que, hoje, no Brasil temos 371 milhões de hectares próprios para a agricultura. Vou repetir: 371 milhões de hectares. Desses 371 milhões de hectares, mais ou menos, a metade é tratada pelo pecuarista, para criação de boi. Metade desses 371 milhões de hectares que existem no Brasil metade pertence a 1% da população. Vou repetir: 1% da população detém metade da área agricultável do Brasil. Isso é uma concentração de terra muito grande, diversa do que existe no Japão, nos Estados Unidos, nesses países que eu dei o exemplo aqui. Entendemos isso? É diversa!

Se compararmos o Brasil em termos de centralização da propriedade rural, só podemos comparar o Brasil com a Índia e com o Paquistão, países altamente prejudiciais na distribuição da terra. O que estamos a dizer com isso? Que temos a centralização de terra nas mãos de poucos e muitos sem terra. E temos a discussão: será que é interessante a reforma agrária hoje? Alguns economistas - e eu vou dizer isso - dizem que não, que a reforma agrária não é mais interessante no Brasil, porque devemos ter grandes propriedades para que possamos plantar, para que possamos exportar, para que possamos sustentar o chamado mercado.

Mas se formos analisar pelos dados do IBGE, a agricultura familiar no Brasil é a responsável pela alimentação da população. Isso é fato! São dados do IBGE. Portanto, o que devemos ter é fazer com que o trabalhador possa ter terra, mas não só terra, para que ele possa ter dignidade, para que ele possa ter direitos, para que ele possa não pedir favor, porque não é um favor, é um direito seu. Estamos aqui como servidores públicos, todos nós: Deputados, Superintendente do INCRA, nós, todos, e eu, representante do Ministério Público. Estamos aqui prestando conta as senhores. Não estamos fazendo favor a quem quer que seja, porque nós representamos, neste momento, o Estado. Este Estado não é o Estado de Mato Grosso, mas o Estado como sociedade. Estamos prestando contas do que estamos fazendo. Agora, uma coisa é certa. Nós todos estamos fazendo muito mal. Estamos fazendo muito mal, porque não estamos cumprindo o nosso dever constitucional.

Como Procurador da República neste Estado, eu officiei em todas as ações de desapropriação, todas... Todas as ações de desapropriação necessariamente passavam pela minha mesa, como passavam no Estado de Rondônia, e eu tinha que dar um parecer em todas essas ações para saber se o preço era ou não compatível com a terra ali improdutiva. E por que eu fazia isso? Porque nós temos que defender o patrimônio público, porque em um determinado momento histórico aqui no Estado de Mato Grosso, a desapropriação foi utilizada como instrumento de corrupção, e nós todos sabemos disso. As áreas eram desapropriadas por valores absurdos e com

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

certeza nós todos pagaríamos essa conta mais à frente. Isso é fato! Nós não podemos querer desapropriar com valores elevados, isso não podemos fazer. Temos que desapropriar com valor certo. Agora mais de uma vez desapropriação não é dar terra para sem-terra. Não é isso!

Desapropriação e reforma agrária são instrumentos de justiça social, instrumentos de transformação. Por que isso? Porque o Superintendente do INCRA, o Leonel, é fácil receber uma comunicação de que existe uma propriedade improdutiva em tal local. Ele vai determinar aos seus competentes técnicos que lá façam uma vistoria. Esses técnicos vão fazer uma vistoria. Esse procedimento administrativo vai para Brasília, passa numa revisão em Brasília. O Presidente da República expede o decreto para fins de desapropriação para a reforma agrária. Manda o ofício para o Tesouro, expede o Título do Tesouro, o TDA, e paga o fazendeiro. Isso é absolutamente fácil! Agora, a partir daí que começa a grande complicação. A partir daí começa o problema. Entendemos isso?

Entendo que reforma agrária é muito mais do que dar terra, e infelizmente não estamos acompanhando o cumprimento disso.

Analizamos no Estado de Mato Grosso que há muitos projetos do PRONAF, o Programa de Agricultura Familiar. Se os senhores tivessem a noção de quanto que é desviado desse programa, nem estariam aqui. O valor desviado é muito alto! Então, o dinheiro sai de Brasília e não chega na ponta por vários interesses, que nós todos conhecemos. Nós todos conhecemos e sabemos onde que esses valores são desviados.

Falar em reforma agrária também é falar sobre criminalidade. O que reforma agrária tem a ver com criminalidade? Eu me permito citar dois dados aqui aos senhores e às senhoras. Temos dois tipos de criminalidade. Uma macrocriminalidade, aqueles crimes que desassossegam a sociedade de uma forma mais violenta. Exemplo disso: homicídios, roubos, corrupção pública - macrocriminalidade. Ao lado disso, eu tenho uma criminalidade que está nos passos de consenso, que precisamos resolver a prática desse crime com políticas sociais. São crimes que qualquer um de nós poderia praticar. Eu digo qualquer um de nós colocando-me nesse conjunto de qualquer um de nós.

Um dia desses um cidadão me perguntou o seguinte: “Dr. Pedro, chegou um candidato a deputado federal para falar comigo e me ofereceu trezentos reais para votar nele. Eu posso receber esse dinheiro?” Eu falei para ele o seguinte: Olha, você não pode receber esse dinheiro, porque isso é crime. Está no código eleitoral. Aí ele me disse o seguinte: “Olha, Dr. Pedro, é fácil o senhor falar que isso é crime, porque o senhor vai sair daqui” - eu estava numa comunidade rural - “vai no seu carro com ar-condicionado. O senhor vai chegar na sua casa, o senhor tem leite para dar para a sua filha. O senhor vai chegar na sua casa, o senhor vai entrar numa sala com ar-condicionado, vai colocar o seu terninho bonitinho. É fácil o senhor falar.” Agora aquele cidadão que está lá no meio do mato, aquele cidadão que não tem leite para dar ao seu filho, ele tem que ter um outro posicionamento naquele instante. É fácil eu chegar aqui e falar para os senhores que não recebam esses trezentos reais. O que reforma agrária tem a ver com criminalidade? Se nós não fizemos uma reforma agrária muito mais do que dar terra para sem-terra, se fizemos esse tipo de reforma agrária, vamos, infelizmente, aumentar esse tipo de prática, que todos nós, inclusive eu, e digo isso, estou susceptível a praticar.

Imaginem os senhores: você, com um filho passando fome; você, com um filho debaixo de uma lona, nesse instante, como ser humano, você tem o direito de pensar coisas que eu não tenho direito de pensar, porque eu entro no meu carro com ar-condicionado, chego na minha casa, tenho ar-condicionado. É uma outra situação! E temos que levar em conta isso.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Reforma agrária é um instrumento de justiça social, é um instrumento de distribuição de renda, é dar dignidade à pessoa para que ela possa ter direitos e exercer direitos. Nada mais do que o objetivo estabelecido pela Constituição da República, esse documento que poucos lêem e todos dizem que cumprem, mas poucas pessoas cumprem.

A Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso está hoje - e eu volto a cumprimentar os Deputados Estaduais aqui presentes - dando prestação de contas àqueles que exercem, que são efetivamente patrões dos servidores públicos.

Eu digo que não existe diferença para mim entre Deputado Welinton Fagundes, que ali se encontra, os Deputados Estaduais, o servidor público Leonel, eu, Procurador da República, e aquele cidadão que abre o buraco para as nossas fezes passarem. Todos nós somos servidores públicos e temos obrigações a prestar aos senhores (PALMAS). Isso é fato! Somos servidores públicos e temos obrigações a prestar aos senhores. Nada mais do que isso! Não é favor! Eu ganho bem para prestar informações, os Deputados ganham bem para prestar informações. Alguns ganham bem demais. Não é isso? Isso é fato!

O que temos que fazer? Instrumentos como esses são muito importantes para que possamos pressionar. A pressão é um instrumento de transformação. Movimentos sociais como esses são muito importantes. E a sociedade tem que parar de ser omissa.

Tenho certeza de que os senhores aqui já participaram de muitas lutas, de muitas batalhas, e não serão as últimas lutas, não serão as últimas batalhas, porque nada vem fácil. Mas, hoje, o diferente é aquele que pede, é aquele que não fica omissa, é aquele que cobra dos Parlamentares, é aquele que cobra do representante do Ministério Público.

Sempre termino a minha fala da seguinte forma: aqueles que acreditam que Deus criou a terra adotam aí uma teoria criacionista. Aqueles que não acreditam nisso, adotam uma teoria evolucionista. Sem discutir o que está certo, aqueles que adotam a teoria da evolução entendem que o homem começou a se separar do macaco, através do polegar. O polegar é o dedo mais feio que nós temos. Vocês já notaram isso? É o dedo mais feio que nós temos, mas o polegar é o único dedo que pode tocar todos os dedos pela frente e o polegar é o único dedo que pode tocar todos os dedos por trás. O polegar já representou a vida, a morte. O polegar é o dedo mais importante que temos, porque é o dedo diferente. Hoje, o diferente é aquele que cobra, aquele que não é omissa. E o que os senhores estão fazendo aqui é cobrança. Cobrança para mudança, não só para mudança, mas para transformação.

Sinto-me absolutamente orgulhoso, como servidor público, de poder prestar contas aos senhores. Colocar-me-ei ali para responder todas as perguntas com humildade e sem ter o dom da verdade, porque todos nós erramos. Desprovidos de qualquer vaidade, nós queremos debater reforma agrária. Agradeço e muito a educação e a gentileza com que me ouviram. Coloco-me à disposição dos senhores (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Quero dizer para os trabalhadores que muito mais do que um mandato meu de Deputado Estadual, muito mais do que este mandato, eleito pelo povo, é ter neste currículo meu a presença do Dr. Pedro Taques aqui conosco. Um homem que combateu o crime organizado. Um homem que combateu o narcotráfico. A história desse homem, e não foi só em Mato Grosso, foi no Acre, no Maranhão, que mandou prender só graúdos, não pequenino... É esse homem aqui que fez toda a história. Só isso já valeu a nossa Audiência Pública hoje. Vocês não sabem a importância, o significado, a credibilidade, o espírito de cidadania, que este homem tem na nossa vida, de cidadania, de civismo, de ética. E eu, como homem público, estou muito orgulhoso da presença do Dr. Pedro Taques conosco aqui hoje. É

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

esse homem que mudou a história de Mato Grosso. Muito obrigado, Dr. Pedro Taques. Muito obrigado mesmo (PALMAS).

Com a palavra, agora, o Deputado Federal Welinton Fagundes.

O SR. WELINTON FAGUNDES - Quero cumprimentar aqui, em nome da Assembléia Legislativa, o autor dessa propositura de fazermos aqui esta Audiência Pública, Deputado Zé Carlos do Pátio, e também o Deputado Sebastião Rezende e o Deputado J. Barreto.

Quero também cumprimentar aqui, em nome dos prefeitos, a Dona Maria, lá de Dom Aquino, e o Quito aqui de São José do Povo. Cumprimento também o meu companheiro de partido, que em nome dele, cumprimento todos os vereadores aqui, o Vereador Ananias. Cumprimento o Dr. Gustavo, que está aqui representando a ELETRONORTE, o Programa Luz para Todos. Cumprimento o Leonel, representando o INCRA, e em nome dele quero cumprimentar todos os representantes do movimento dos trabalhadores.

Trago aqui a nossa satisfação de ter também aqui o nosso Procurador Pedro Taques, que fez uma brilhante palestra.

Quero cumprimentar todos os trabalhadores, senhores, senhoras, todos que vieram aqui também para comemorar o Dia do Trabalhador.

Às vezes, ouvimos, Deputado Zé Carlos do Pátio, alguns dizerem: será que tem o que comemorar no Dia do Trabalhador? Acho que tem! Tem sim. Porque é exatamente com a atitude de cada um aqui, vindo, discutindo, é que vamos conseguir conquistar os espaços e, principalmente, a classe trabalhadora.

Quero aqui, como o tema é principalmente a questão da reforma agrária, dizer para vocês que eu tive a oportunidade de relatar hoje o orçamento deste ano. O ano passado é que fizemos o orçamento deste ano da União. Eu fui o relator do Ministério da Agricultura e do Ministério de Desenvolvimento Agrário. Como relator do orçamento, eu pude ver a dificuldade de um país tão rico como o nosso, mas que infelizmente, Deputado Zé Carlos do Pátio, os recursos para a área social - e quando eu digo área social, porque a reforma agrária é, sim, o social - ainda são muito poucos.

Tive muita dificuldade para atender os dois ministros, porque ainda, hoje, o Brasil gasta só com a rolagem da dívida externa, com os juros da dívida externa e com o custeio da máquina do Governo Federal 98% de toda a força de trabalho dos brasileiros. Só sobram 2% para investimento. Quando eu digo investimento, é reforma agrária, é melhoria das estradas, é construção de hospital, de escola. De tudo que o Brasil produz, só 2% sobram para o Governo investir, dada a dívida que o Brasil, hoje, tem com a comunidade internacional.

Mas como aqui o assunto é falar da reforma agrária, não poderemos estar tomando muito tempo para falar da dívida do Brasil. E aí quero trazer a minha contribuição, principalmente aqui, além de alocar os recursos para que o Ministro Rosseto possa promover a reforma agrária no Brasil, nós alocamos para o Estado de Mato Grosso recursos realmente consideráveis. E o Leonel, acho que, como Superintendente do INCRA, depois vai falar e poderá dizer o que está disponível para o Estado de Mato Grosso. E aqui para Rondonópolis, nós já temos empenhado, na conta da Prefeitura, um recurso de dois milhões de reais para construir o primeiro Centro de Apoio à Agricultura Familiar.

E aí, Deputados Zé Carlos do Pátio, Sebastião Rezende e J. Barreto, só que me traz uma preocupação... Eu estou vendo a Neusinha ali... No ano passado, nós conseguimos recurso também no mesmo valor de dois milhões para construir um centro da juventude, um centro de apoio aos jovens, principalmente aos jovens que estão levados pelo descaminho, mas infelizmente a cidade

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

de Rondonópolis perdeu esse recurso tão importante para o nosso município, que ia dar apoio a nossa juventude. Quem tem um filho drogado é que sabe o que é tormenta na família.

E esse recurso de dois milhões também... E aí quero pedir a atenção do Vereador Ananias para que não perca esse recurso, que está empenhado, está na conta na Caixa Econômica. E vocês, eu sempre tenho dito que o pequeno produtor sabe produzir, mas ele precisa do apoio, do financiamento, da assistência técnica e, principalmente, da comercialização, que é a maior dificuldade do produtor.

Vou encerrar aqui, porque o tempo é curto. Mas só queria aqui, os três Deputados e, principalmente, o Dr. Pedro Taques, chamar aqui alguns moradores, só para virem aqui à frente, alguns trabalhadores que estão aí nesses assentamentos que não foram assentados diretamente pelo INCRA, mas que hoje estão ...

Tem aqui o pessoal - até já tinha combinado com eles, ali o pessoal do Pontal do Areia, mas devem ter outros aí... Poderiam até levantar. Quem está assentado em terra do Governo Federal, assentamento do INCRA, mas que não foi primeiramente assentado? Só para levantar (PAUSA).

É muita gente.

Então, Dr. Pedro Taques e Leonel, é só olhar para o rosto de cada um que vocês vão ver que quem está aqui, a grande maioria, talvez 100%, são pessoas que realmente são da terra, são produtores, mas que, infelizmente, pelo processo desorganizado, Dr. Pedro, que é a reforma agrária, acontece isso. E muitos desses aqui, a maioria pagou para alguém para poder estar na terra. Quero saber quem pagou alguma coisa aqui. Levante a mão (PAUSA).

Esta é a situação em que vivem hoje (PALMAS). E aí eu quero fazer um apelo ao Superintendente do INCRA, à Justiça, representada aqui pelo Dr. Pedro Taques, para essas pessoas que são realmente trabalhadores, que estão lá produzindo para tirar a fome da grande cidade, que não sejam mandados embora da área onde estão trabalhando. E que o INCRA realmente não permita que aqueles que têm a terra apenas para vender, para fazer dinheiro... Esse sim tem que sair. Mas trabalhador tem que continuar na terra (PALMAS).

Então, eu quero concluir...

O Ananias coloca aqui que são verdadeiramente clientes efetivos da reforma agrária.

E para encerrar, Deputado Zé Carlos do Pátio, ouvi Vossa Excelência falando aqui com todo entusiasmo do caráter, da capacidade do Dr. Pedro Taques. E aí tem uma lei que diz que o Ministério Público, que quem é do Ministério Público não pode participar da política. E, no Brasil, Dr. Pedro, infelizmente é assim. Tem muita lei que é feita, mas a maioria delas não foi feita às vezes para ser seguida. E tem lei que infelizmente é errada. Acho que pessoas como Vossa Excelência, que é competente, que é sério, que é um homem que sempre brigou pela justiça social no Brasil, está na hora também de participar da política e poder ajudar a consertar este País. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Neste momento, quero dizer aos trabalhadores que, hoje, no período da tarde... Vamos ficar à tarde aqui despachando e todas essas pautas serão discutidas. Eu acredito que...

E quero pedir a colaboração também do Deputado Welinton Fagundes nessa caminhada nossa. Tenho que buscar saída para isso. E esta Audiência Pública tem um objetivo de estar buscando caminhos para defender os interesses da nossa sociedade.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Agora, neste momento, quero convidar os trabalhadores, porque eles vão apresentar uma peça teatral aqui na nossa Audiência Pública. E, logo após, vamos passar a palavra ao Deputado Sebastião Rezende e ao Deputado J. Barreto.

Quero convidar o Vereador Juca Lemos, que vai assumir a FUNASA, para compor a Mesa.

A SRª PARTICIPANTE - Primeiramente, gostaríamos de dizer bom-dia a todos os trabalhadores aqui presentes e cumprimentar todos os componentes da Mesa.

Estamos aqui, hoje, representando o MTA e gostaríamos de mostrar para vocês um pouquinho do que estamos sentindo em relação ao Governo Federal para com os trabalhadores rurais hoje.

Estaria entrando aqui, hoje, entre os representantes de movimentos, pequenos trabalhadores acampados, o nosso candidato a Presidente, nosso ilustríssimo companheiro Lula, representando ...

Nosso companheiro gostaria de falar algumas palavras aos nossos companheiros sem-terra aqui.

O SR. PARTICIPANTE - Companheiros, é breve.

Eu era um sindicalista. Agora, quero ser Presidente da República para resolver o problema dos sem-terras. Todos nós sabemos que a falta de terra, no Brasil, é muito grande, e o povo está querendo trabalhar. Quero dar apoio, depois de eleito, aos movimentos sociais, aos sem-terras, aos sem-tetos e a todos os trabalhadores rurais.

A SRª PARTICIPANTE - Bom, companheiros, essa é a realidade antes da eleição. Todo mundo se compromete, todo mundo quer ajudar, mas depois que tudo acontece...

Quando o nosso companheiro Lula ganha, todos nós ficamos contentes e o aplaudimos com a esperança de melhoras.

O SR. PARTICIPANTE - Companheiros, aqui está o pessoal do FMI. Obrigado. Estamos juntos. Agronegócio, é conosco que deve ser tratado. É que o pequeno produtor... Aqui os banqueiros que muito me envaidece... É isso aí! Ao produtor de soja... Isso aí! Mato Grosso, celeiro da nação! Sem-terra... de novo... oh, meu Deus!

Os transgênicos, queremos fazer uma grande parceria.

Multinacional é o que quero fazer.

Estou comprando um jatinho para viajar com vocês.

Sem-terra... de novo... Novamente sem-terra... Eu quero fazer reforma agrária adequada a vocês, mas esperem um pouco.

Aqui, o agronegócio, o pessoal que nos envaidece.

Outro sem-terra... Bom-dia! Obrigado!

Sem-sojas, é com vocês que vamos trabalhar neste Brasil mesmo. Os banqueiros estão aí para nos ajudar. Os pequenos produtores, vocês lutaram muito na conta dos grandes, mas vamos dar uma olhadinha em vocês. O agronegócio... Aqui o FMI, com quem tanto quero trabalhar.

Sem-terra de novo... oh, meu Deus!

A SRª PARTICIPANTE - Bom, pessoal, essa é a nossa realidade hoje.

Acho que temos aqui inúmeros companheiros que votaram no nosso companheiro Lula, e hoje em dia é isso que vemos, é isso que sentimos. Tenho certeza de que muitos companheiros aqui, hoje, sentem na pele isso que estamos passando. Isso queremos passar também para os nossos componentes da Mesa, que essa é a nossa realidade hoje.

Hoje, somos pequenos produtores, estamos lutando. Votamos numa pessoa em quem acreditávamos que ia conosco buscar aquilo que seria melhor para nós. Hoje em dia,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

simplesmente, o que acontece... (VIRADA DE FITA) ...agora, nós mesmos sempre ficamos: “Espera um pouquinho, nós vamos resolver”; “Não! É muito complicado!”, “Espera aí!”. E, na verdade, nós sempre ficamos para trás. Mais uma vez nós somos discriminados pelo Governo Federal como das outras vezes, só que desta vez é sempre “Espera aí!”. Das outras vezes não tinha nem conversa, mas, mais uma vez, estamos esperando. E gostaríamos de contar com os nossos amigos e companheiros aqui para que nessa reunião não fique só no mais um “Espera aí”, “Espera mais um pouco”, “Estamos resolvendo”, mas uma reunião que pudéssemos sair daqui com coisas definidas, que pudéssemos sair daqui com a certeza nas mãos, porque de reuniões, convenções, discussões, já sabemos bastante, já sabemos como que é.

E nós esperamos do nosso companheiro Leonel, que está compondo a Mesa também, que nos atenda e que realmente possamos sair daqui dizendo: “Isso vai ser feito, nós podemos confiar!”, porque na maioria das vezes não foi isso.

Eu sou acampada no Acampamento Madre Cristina, já vou completar cinco anos debaixo de uma lona. São cinco anos, não são cinco dias. E acho que têm companheiros aqui que passaram até mais dias, os que estão assentados hoje. Nós conhecemos muito bem o que é a dor e a realidade de ficar ali numa espera em que as decisões não dependem só da gente. Vamos para frente do INCRA, batemos facão, batemos foice e, na realidade, só cansamos o braço, mas a terra que tanto sonhamos nunca vem. Não condeno os companheiros que compraram, porque eles tiveram a oportunidade de ter esse dinheiro para comprar, só que nós queremos mais incentivo, queremos mais consideração, essa é a palavra, porque também movemos este país, não são somente os grandes produtores, a soja, as exportações, o FMI. Nós também somos de baixo, mas só que somos nós que rolamos por baixo deles e estamos levando-os também.

Muito obrigada a todos e que essa reunião seja bem proveitosa.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Agradeço. É muito bom! Isso aí cria a consciência crítica no trabalhador.

Eu quero agradecer o Deputado Welinton Fagundes pela sua presença e também de sua esposa, Mariene Fagundes. Muito obrigado por estar junto conosco hoje.

Eu quero também agradecer a presença do Sr. Marco Aurélio, Vereador do Município de Alto Araguaia.

Além dos Assentamentos que eu agradei, vou agradecer outros: Dois Irmãos, de Guiratinga; 28 de Outubro, de Campo Verde; Vale do Prata, de Rondonópolis; São Francisco, de Rondonópolis; Sem-Terra, de Rondonópolis; Márcio Pereira, de São José do Povo; Dom Ozório, de Rondonópolis; Terra para todos, de Santo Antônio do Leverger; Carlos Mariguela, de Poxoréo; João Pessoa, de São José do Povo.

Agradecemos a presença do Presidente da Associação do Verde Teto, do Presidente do Conjunto São José, do Secretário Municipal de Agricultura de São José do Povo, do Presidente de Bairro da Vila Goulart, do representante da Diocese de Rondonópolis, do Sr. Arcenir Slomas Zynski.

Agradecemos a presença do Assentamento Santo Antônio da Aldeia, Santo Expedito, de Juscimeira e de Dom Oscar Romero, de Rondonópolis.

Neste momento, nós estamos terminando de montar o painel que o Dr. Leonel vai usar para fazer uma palestra e depois vamos abrir para a platéia.

Com a palavra, o Deputado Estadual Sebastião Rezende.

O SR. SEBASTIÃO REZENDE - Eu gostaria de cumprimentar todos os nossos amigos aqui, cumprimentar o Deputado Zé Carlos do Pátio, o Deputado J.Barreto, nosso companheiro, cumprimentar também o Deputado Federal Welinton Fagundes e a Srª Mariene; neste

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

momento, o representando o Sr. Florisberto, Prefeito de São José do Povo, a Sr^a Maria José Borges, Prefeita de Dom Aquino e demais representantes de Prefeitos aqui presentes.

Quero cumprimentar também todos os Vereadores aqui presentes em nome do nosso amigo Vereador Ananias, de Rondonópolis e o Dr. Leonel, Superintendente do INCRA, Dr. Gustavo, Coordenador do Programa Luz Para Todos, funcionário da ELETRONORTE, Dr. Pedro Taques está aqui presente. É um momento importante ter a presença de todos os nossos amigos. Quero cumprimentar o nosso companheiro Juca Lemos, que assume a FUNASA, e nós desejamos muito sucesso nessa empreitada. Enfim, cumprimentar todos os nossos companheiros da Mesa, os nossos trabalhadores.

Hoje é um dia realmente importante e eu quero aqui dizer do quanto a Assembléia Legislativa tem estado presente nesses momentos, em todas as oportunidades, discutindo problemas de todas as naturezas. Nós estivemos na AGRISHOW Cerrado com produtores discutindo também a Audiência Pública, e hoje, no Dia do Trabalhador, discutindo as questões da Reforma Agrária, as questões ligadas principalmente aos nossos pequenos trabalhadores, pequenos produtores rurais. E tenho certeza de que todos os trabalhadores que aqui estão, todos vieram fazer reivindicação, vieram porque a situação não é boa, porque têm problemas, porque têm necessidades, e tenho a certeza disso. E a presença aqui do Dr. Leonel é importante, é importante a presença do Dr. Gustavo e ele já fez um relato. E sei das agruras que tem o Dr. Gustavo, nós já estivemos com ele na ELETRONORTE, o desejo dele de ver as coisas acontecerem. Evidentemente que tem limitações, mas o desejo é realmente ver a coisa acontecer.

Mas os nossos trabalhadores estão aí há muitos anos, alguns sem energia elétrica. É uma dificuldade grandiosa. Nós falamos desse assunto aqui, mas temos outros problemas, a falta de água também. Quando o Sr. Juca chegou, eu disse: “Olha, Juca, agora é importante que os nossos assentamentos não tenham mais esse problema de água porque a FUNASA tem, pelo menos que eu saiba, duas máquinas de última geração, de qualidade, para fazerem esses poços artesianos e resolver esse problema de água nos nossos assentamentos.” Só eu, no início do meu mandato, já devo ter feito mais de 20 pleitos e, infelizmente, não tenho conseguido ver esses pleitos serem atendidos e muitos dos nossos assentamentos ainda precisam água. Então, é importante que neste momento, e eu tenho certeza de que com a disposição que o Juca está entrando, nós vamos ver esses problemas minimizados aqui no nosso Estado, mormente, na região Sul, porque nós temos os nossos trabalhadores, a grande maioria da região Sul do Estado de Mato Grosso.

Eu quero dizer também da nossa preocupação com relação aos nossos trabalhadores que estão assentados na terra e que vieram e se manifestaram aqui. São dezenas de pleitos que nós recebemos enquanto Deputados Estaduais. Recebe o Deputado Zé Carlos do Pátio, o Deputado J. Barreto, eu tenho recebido muitos dos nossos amigos, tenho visitado as propriedades dos nossos trabalhadores, que não é mais o primeiro, já é o segundo, às vezes o terceiro e, infelizmente, acabam sendo pressionados numa forma terrorista mesmo, de expulsão desses trabalhadores da terra, que são homens e mulheres que estão produzindo na área, com toda dificuldade que tem. E nós queremos aqui aproveitar a presença do Superintendente do INCRA, Dr. Leonel, para que trabalhe uma possibilidade de minimizar esse problema; aproveitar a presença do nosso Procurador da República, Dr. Pedro Taques, que de uma certa forma nos ajude a equalizar esses problemas, para que os nossos trabalhadores, esses que estão na terra, possam continuar nela, produzindo nela, sem a preocupação de serem expulsos da terra. Isso é algo que tem nos preocupado, que tem nos afligido e, infelizmente, com limitações que temos enquanto Deputados Estaduais, nos vemos sem condições de fazer com que a coisa seja revertida.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Mas eu tenho certeza de que o Superintendente do INCRA vai nos ajudar, que o Procurador da República, o Dr. Pedro Taques, com a disposição que tem, vai nos ajudar para que esses problemas possam ser diminuídos e o nosso trabalhador possa, efetivamente, continuar na terra, produzindo nela, trabalhando nela, é o desejo que temos. Inclusive, muitos dos nossos trabalhadores aqui - e eu vejo o Chico, correndo várias vezes no INCRA - que fazem parte, que compõem as associações, vão ao INCRA pedindo para que a documentação possa acontecer, que precisam regularizar a questão fundiária das suas propriedades e há essa dificuldade muito grande.

E a importância de realizarmos esta Audiência Pública e termos um representante do INCRA... Nós temos aqui representantes da Bancada Federal, na pessoa do Deputado Welinton, isso é importante, porque temos para quem falar, para quem reivindicar, que trabalhe, que junto conosco esteja ombreando, para que esses problemas possam ser minimizados, ser resolvidos. Quando o Procurador Pedro Taques disse que a função social da terra, infelizmente, não é cumprida, eu concordo com ele, há dificuldade, a terra é concedida, o trabalhador é assentado ali e, infelizmente, às vezes falta mecanismos para fazer com que ele possa ser melhor assistido, tenha ali alguém que possa ajudá-lo, fazer com que ele produza mais na terra, fazer com que ele possa, inclusive, comercializar os seus produtos. É importante termos esse trabalho bem efetivo, bem forte, bem presente do Governo Federal, das ações do Governo Federal. E esta Audiência Pública tem esse objetivo de fazer com que todas essas necessidades, todas essas dificuldades possam ser olhadas de um ângulo e, mais do que isso, que não fique aqui só na retórica, só no discurso, porque os nossos trabalhadores seguramente já estão cansados de ouvir promessas, de ouvir palavras e a situação continua da mesma forma.

Então, é importante que nós continuemos, e a presença de cada um de vocês que vieram fazer reivindicação é realmente importante. É esse o momento, é esse o momento oportuno para que os nossos trabalhadores possam ser ouvidos e as autoridades aqui presentes possam dar as respostas que queremos, que almejamos e, mais uma vez, que possamos manter os nossos trabalhadores, aqueles que fazem acontecer neste Estado, que eles possam continuar na terra e produzindo dela.

A todos vocês o meu forte abraço, que Deus abençoe a todos e que nós, no próximo ano, possamos voltar aqui em outro momento, alegres, felizes, porque esta nossa Audiência Pública gerou efeito positivo, realmente aconteceu na vida de vocês, aqueles que vieram - como nós estamos lutando para a fixação do homem na terra, do trabalhador na terra - que estão recebendo essas pressões, que no próximo ano possamos dizer: “Olha, foi resolvido. Fomos mantidos na terra, estamos produzindo nela!”.

Deus abençoe a todos, um forte abraço e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu quero colocar aos colegas Deputados que estou marcando uma Audiência Pública com o Ministro da Reforma Agrária e com o Presidente do INCRA, e nessa audiência vamos solicitar o descontingenciamento do Orçamento da União para a Reforma Agrária. E quero o apoio da nossa bancada da região Sul nessa Audiência Pública nossa, porque ela vai ser importante para que possamos estar cobrando do Ministro Miguel Rossetto - eu já falei isso hoje cedo - para que haja o descontingenciamento do Orçamento e tenhamos mais dinheiro para a Reforma Agrária aqui. Já está tendo uma mobilização dos movimentos populares do Brasil inteiro para aumentar o orçamento da Reforma Agrária.

E quero fazer uma observação, o Dr. Leonel está preparando o painel, porque ele vai proferir uma palestra mostrando o trabalho do INCRA e depois nós vamos abrir para os movimentos, para os trabalhadores perguntarem. Depois nós vamos almoçar.

Com a palavra, o Deputado J. Barreto.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

O SR. J. BARRETO - Eu gostaria de cumprimentar aqui o eminente Deputado Zé Carlos do Pátio, quando me disse lá na Assembléia Legislativa que iria convocar uma Audiência Pública para o dia 1º de maio, eu disse a ele que estava correto e que precisávamos mobilizar. Eu quero então cumprimentá-lo e parabenizá-lo.

Ao lado do colega Deputado Sebastião Rezende, gostaria de cumprimentar o Procurador da República, Dr. Pedro Taques, e também o Presidente do INCRA, Dr. Leonel. Gostaria também de cumprimentar os nossos Vereadores, o Marquinhos, de Alto Araguaia, o Vereador Ananias, cumprimentar todos os Vereadores que se fazem presentes.

Quero cumprimentar, também, o meu grande amigo Osmar, lá de Poxoréu, a Prefeita Maria José, o nosso Prefeito Tito, de São José do Povo, o Deputado Welinton Fagundes, a Srª Mariene e o nosso mais novo Superintendente da FUNASA no Estado de Mato Grosso, aguardamos com muita expectativa e queremos realmente que o Sr. Juca faça um grande trabalho em favor dos assentamentos, a água que é líquida, que é preciosa, que é divina e que tem que chegar nos assentamentos para o povo beber.

Dr. Pedro Taques, eu gostaria de contar a história do sonho. Eu fui candidato a Prefeito em 1988 e fui visitar uma região chamada Cascata. E aí, eu respeito a figura do Sr. Carlos Bezerra, foi o primeiro grande assentamento feito aqui, na base da luta e eu, como candidato a Prefeito, tive apenas um voto lá. Então falei: “Eu vou fazer com que o meu sonho se torne realidade”. Fui lá, como Prefeito, não tinha convênio com o INCRA, convênio com o Estado, convênio com ninguém. E o Juca lembra, porque ele fazia oposição a mim e o Zé Carlos do Pátio fazia oposição a mim. E eu disse, como o senhor contou aqui a história do sonho: “Eu vou fazer com que o meu sonho seja realidade”. Furei três poços artesianos lá na Cascata e coloquei 20 quilômetros de rede de água na Cascata, colocando no sítio do pequeno produtor com recurso próprio da Prefeitura.

E aí, então, veio a Gleba Rio Vermelho, que o INCRA colocou lá. Eu não quero entrar no mérito da colocação da Gleba Rio Vermelho. Eu sei que em todas as estradas da Gleba Rio Vermelho houve convênio, houve uma criação de uma Secretaria Fundiária na época, foram todas realizadas pela Prefeitura quando fui Prefeito. As primeiras redes de energia também.

E aí eu quero dizer o seguinte: Esta é uma data importante para os trabalhadores e as trabalhadoras virem aqui reivindicar, data do dia 1º de maio. E quero dizer o seguinte: Acho que o país está avançando, está melhorando, a riqueza está devagarzinho sendo dividida e é preciso que realmente a riqueza não fique só no bolso de meia dúzia neste país, que o trabalhador precisa do crédito fundiário, que o Banco do Brasil não pode ser mais um banco que enrola o pequeno, quando o grande pede, porque não deu certa a colheita, o pequeno chora e não é atendido nas portas dos bancos oficiais deste país. É preciso mudar, e aí temos que mudar a todos nós.

Portanto, eu gostaria de dizer, e disse pessoalmente ao Dr. Leonel agora há pouco, conversando com ele: Sei que a lei é intocável, sei que a lei existe, mas para tentarmos fazer um sonho ser uma realidade...

Eu vi aqui, ma parece, 240 famílias na região Sul do nosso Estado que não teve culpa nenhuma se a Reforma Agrária começou mal começada, e eu sempre conto a história de um amigo meu, Dr. Pedro Taques e Dr. Leonel, e conto a história de um companheiro meu, um amigo meu, que trabalhava no Banco Bandeirantes e depois o Banco Bandeirantes fechou e ele recebeu 40 mil reais. A família dele mora em Três Pontes, região rural daqui.

Eu vou só contar a história e vou encerrar. E ele, então, pagou o direito da casa, porque aquele que estava lá primeiro não conseguiu tocar, não conseguiu plantar, porque realmente falta apoio ao pequeno produtor deste país, aos assentamentos do nosso país, que, se Deus quiser,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

vai melhorar e eu acredito nessa melhora. Ele foi para lá, começou a trabalhar e é trabalhador, ele tem o perfil como muitos daqui. Tem aí uns 10% que comprou para fazer lazer em algumas áreas, que comprou e tem grande comércio aqui. Mas o trabalhador que está lá não pode ser expulso da maneira que está sendo expulso. Nós temos que comprar essa briga! Eu senti aqui de que hoje deve mudar. Se tem que haver mudanças, se temos que conversar com o Ministro, Deputado Zé Carlos do Pátio, Deputado Welinton Fagundes, Deputado Sebastião Rezende, vamos ao Ministro dizer que há um imbróglcio, que há uma questão que precisa ser resolvida, que o trabalhador que veio lá do Pontal, que trabalha o dia inteiro plantando, querendo sustentar a sua família, ele não pode ser expulso como está sendo expulso. Eu disse ao Dr. Leonel, e tenho a certeza, porque eu já visitei, 85% tem o perfil de trabalhador da terra.

Portanto, eu quero aqui dizer a vocês todos: Conte com o nosso apoio, com o apoio desse incansável lutador Deputado Zé Carlos do Pátio, com o apoio do Deputado J. Barreto, com o apoio do Deputado Sebastião Rezende, com o apoio de todos nós. Eu quero dizer o seguinte: Vamos conversar, vamos resolver, vamos encaminhar. A lei é para ser cumprida, mas, se for cumprir, eu tenho certeza absoluta de que este país pararia. Vamos, evidentemente, respeitar a lei, mas, se formos cumprir todas essas leis neste país que não são cumpridas, Dr. Pedro Taques, eu tenho certeza absoluta de que este país pararia. Vamos, evidentemente, respeitar a lei, mas vamos ser coerentes conosco mesmos. Eu tenho certeza de que o Dr. Leonel vai ao lado da Justiça conversar e tentar uma solução e que possamos resolver o problema todos trabalhadores, daqueles que estão assentados, aqueles do banco da terra, que estão lá precisando do apoio, de todos aqueles do MTA que querem mais reforma agrária para ter terra, que precisa o Governo comprar mais áreas de terra.

Portanto, encerro agradecendo e parabenizando esta bela Audiência Pública, que nós aqui da cidade estamos realizando com a liderança do Deputado Zé Carlos do Pátio. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Agradecemos o Deputado J. Barreto.

Eu quero aqui dizer que a Diretoria do INCRA está sentindo a situação que estamos passando na região Sul. Realmente é uma situação crítica e nós temos que buscar saídas. Nós vamos ficar hoje, a manhã toda na palestra, e no período da tarde vamos receber as comissões e vamos discutir. Eu tenho certeza de que o Dr. Leonel vai receber todas as comissões e vamos discutir isso aí. E vamos cobrar mais recurso para a reforma agrária na região Sul. E tenho certeza de que este ano não vamos assentar menos do que mil famílias nessa região Sul. Nós vamos assentar trabalhador, porque é uma das saídas para gerar emprego e renda.

E quero aqui dizer que a reforma agrária não é um problema só do Governo Federal. Nós vamos ter que cobrar do Governo do Estado, também, cobrar dos municípios para que possamos fazer reforma agrária. Nós temos que nos unir. Nada melhor do que um dia igual este, democrático, para debater esse assunto. Este vai ser um dia maravilhoso para nós.

Neste momento, eu vou passar a palavra ao Vereador Ananias Martins de Souza Filho, que dispõe de três minutos. Hoje é dia 1º de maio, Dia do Trabalhador e ele vai falar representando a Câmara Municipal.

Quero convidar o Sr. Antônio Rodrigues, Prefeito de Poxoréo, para compor a Mesa.

O SR. ANANIAS MARTINS DE SOUZA FILHO - Deputado Estadual Zé Carlos do Pátio, Dr^a Mariene Fagundes, que aqui representa o Deputado Federal Welinton Fagundes, pessoas nas quais cumprimento todos os integrantes da Mesa.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

A Reforma Agrária, hoje, é um problema. É um problema porque não se pode fazer Reforma Agrária só com a colocação do homem, só assentando o homem. Tem que se buscar, fazer com que o homem seja assentado e tenha a oportunidade de trabalhar, de produzir e manter a sua família e a sua dignidade naquela localidade. E hoje, o que nós estamos vendo, são duas situações distintas, uma, são os movimentos sociais que lutam e buscam espaço para assentar os seus filiados, os seus seguidores e não conseguem depois ter o recurso suficiente para manter ali as pessoas assentadas. Segundo, os que adquiriram as terras através da venda de um imóvel na cidade, mas que tinha vocação ou tem vocação para ficar na terra, este também é cliente da Reforma Agrária. Esse é o cidadão que nós também precisamos olhar, esse é o cidadão que não podemos deixar na mão. Nós temos que buscar com que a finalidade social da terra seja realmente respeitada.

Agora, uma grande pergunta: Por que é que o INCRA, por que é que o Governo Federal não consegue tirar as terras da mão da Usina Pantanal? Por que não retoma as terras do Governador, que também não tem titularização? Por que não retoma as terras de quem tem terra devoluta e não está com a sua titularização? Por que é que a lei só pode ser cumprida para o pequeno? Por que é que a lei só pode ser usada primeiramente para tirar o pequeno do campo? Sou contra quem tem terra para veraneio, sou contra quem usa a terra para especular, mas sou a favor de quem está lá, que comprou de alguém que não tinha mais condições de produzir... Porque o grande, quando ele não dá conta de pagar o seu financiamento, ele vai lá no Presidente da República, nos Governadores, nos Senadores e nos Deputados e consegue rolar sua dívida, consegue securitizar, consegue calotear o Banco do Brasil, e o pequeno não tem esse poder, o pequeno, infelizmente, não tem esse poder.

Por isso, Deputado, parabéns por esta audiência pública, vamos discutir todos os problemas, a falta d'água, a falta de energia, mas também vamos intensificar que o cliente da Reforma Agrária esteja todos eles satisfeitos nos seus assentamentos.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu quero aqui dizer que acabei de receber o telefonema da Senadora da República, a Senadora Serys Slhessarenko. Ela já está se deslocando para cá, ela estava numa marcha, numa caminhada de trabalhadores do dia 1º de maio em Cuiabá. Ela já ligou dizendo que vai chegar em Rondonópolis até às 10:30 horas, 10:45 horas mais ou menos. Ela estará aqui e vai contribuir conosco, porque nós vamos fazer um grande movimento para lutarmos pelo descontingenciamento do orçamento da União, para lutarmos por mais infra-estrutura, por mais apoio à Reforma Agrária na região Sul. Aliás, eu quero aqui dizer que a Senadora sempre vem lutando muito pela Reforma Agrária, ela é uma referência para nós.

Com a palavra, a Prefeita de Dom Aquino, Dona Maria José Borges.

Eu quero convidar a Deputada Verinha Araújo, que vem nos ajudando muito no Projeto Luz para Todos, em Cuiabá, ao lado dos Deputados Sebastião Rezende e J. Barreto, para compor a Mesa.

Uma salva de palmas à Deputada Verinha Araújo, que acaba de chegar (PALMAS).

Com a palavra, a Srª Maria José Borges.

A SRª MARIA JOSÉ BORGES - Em nome do Deputado Zé Carlos do Pátio, eu quero cumprimentar os demais Deputados Estaduais e todos os senhores.

Em nome da Deputada Verinha, eu quero cumprimentar todas as mulheres (PALMAS).

Eu quero dizer, Deputado Zé Carlos do Pátio, que hoje está completando quinze dias que nós tivemos aquela reunião em Rondonópolis, onde se fez presente o Governador Blairo Maggi, o Secretário de agricultura, Sr. Otaviano Pivetta. E naquele dia foi criado um consórcio de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Prefeitos, sendo eleito o Prefeito de Campo Verde como Presidente, o Prefeito de Paranatinga como Vice-Presidente e eu como Secretária.

O nosso objetivo naquele dia, senhores trabalhadores de assentamentos, principalmente, era a defesa da água para vocês. Nós defendemos a água.

Eu estou aqui hoje, Deputado Zé Carlos do Pátio, para reafirmar, mais uma vez, juntamente com o Superintendente do INCRA, Dr. Leonel, pois, já estivemos no seu gabinete reivindicando a água para o Assentamento Zumbi dos Palmares, porque há nove anos as pessoas vivem ali e não têm água para beber. E nós sabemos, Senhoras e Senhores, que sem a água ninguém vive.

Esse é um dos nossos maiores objetivos. Nós vamos batalhar duro, Deputado Zé Carlos do Pátio. Eu estou aqui não só pedindo não só para Dom Aquino, mas para Juscimeira, para São Pedro, para Jaciara, para Campo Verde, para Brasilândia, para Paranatinga e para Poxoréo porque nós ficamos responsável, como Secretária, por essas comunidades para, se Deus quiser, levarmos a dignidade ao lar de vocês, que é a água e a água de boa vontade.

Sr. Deputado, nós contamos não só com a Bancada Estadual, mas com a Bancada Federal, para que possamos juntos, como prefeitos, trabalhar porque nós sabemos que ninguém nesse País resolve nada sozinho. E nós só podemos resolver com as mãos dadas. E essas mãos dadas hoje estão sendo registradas num grande dia, que é o Dia do Trabalhador. E vocês merecem o nosso abraço, vocês merecem o nosso carinho e todos vocês merecem o nosso respeito.

Eu quero até dizer, Dr. Pedro Taques, que eu achei muito bonito o que o senhor colocou aqui quanto à importância do dedão. O dedão, quando nós fazemos isto, ele mostra o que é positivo, o que é belo. Se fizer assim é porque há tristezas.

E nós dizemos, Deputado, que precisamos de tudo positivo, que é o respeito da lei federal. E quanto ao que for negativo, trabalhadores, vamos nos unir e ajudar a banir; vamos ajudar a acabar com aquilo que não traz vantagem nenhuma para o pequeno trabalhador.

Eu quero aqui deixar registrado para vocês o meu grande abraço, os agradecimentos de coração de uma Prefeita de uma pequena cidade, mas que veio para defender os nossos dois assentamentos dali, principalmente, que é o São Bento e o Zumbi dos Palmares. Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu quero comunicar a presença do Secretário de Estado de Cultura do Estado de Mato Grosso, Sr. João Carlos Vicente Ferreira.

Nós agradecemos a presença do Secretário. Ele tem outra atividade, mas ele nos deixou um projeto da lei da cultura. Inclusive, ele vem nos ajudando muito no Projeto da Cultura no Estado de Mato Grosso.

Nós queremos comunicar a presença do Vereador Olímpio Alves, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Rondonópolis.

Com a palavra, o Sr. Antônio Rodrigues, Prefeito de Poxoréo.

O SR. ANTÔNIO RODRIGUES - Eu quero, inicialmente, pedir desculpas ao Deputado Zé Carlos do Pátio pelo meu atraso na reunião.

Eu quero cumprimentar, em nome do Procurador da República, Dr. Pedro Taques, todos os componentes da Mesa, os assentados e as pessoas que militam em acampamentos que estão presentes nesta Audiência Pública.

Eu quero dizer ao Dr. Leonel, Superintendente do INCRA, que a grande dificuldade hoje dos municípios onde têm assentamentos agrários é a questão da infra-estrutura. O

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

INCRA, ao longo dos anos, constituiu os assentamentos nos mais diversos municípios de Mato Grosso.

No Município de Poxoréo, por exemplo, nós temos sete assentamentos instalados. E nós temos muita dificuldade com relação à infra-estrutura, ao atendimento, a manutenção, ao funcionamento dessas atividades dentro desses assentamentos. E acaba sendo a Prefeitura a caixa de ressonância das dificuldades dessas populações. E nós, infelizmente, não temos tido condições de dar aquilo que é necessário para o bom andamento da atividade lá. Então, acaba acontecendo o que nós estamos vendo hoje no Pontal do Areia. Aquelas pessoas, aqueles assentados, que têm mais dificuldades, que têm menos condições de se mobilizar, acabam desistindo do assentamento. Acabam outros assentados, pessoas sem-terra, ocupando aquele espaço. E se chega na situação que nós estamos vivenciando hoje, da Polícia Federal estar lá, através de uma ação do próprio INCRA, despejando os assentados, que são pessoas que também precisam da terra, cada um daqueles que estão lá. E precisa ser levantado se realmente aqueles que estão lá, que estão tendo ordem de despejo através da Justiça... Porque nós precisamos respeitar as decisões da Justiça, mas nós precisamos também verificar junto ao INCRA, aos Deputados, ao Governo Federal, se é necessário mesmo despejar essas pessoas que estão lá produzindo e dando sustento as suas famílias.

Então, nós gostaríamos de dizer isto aqui. E eu gostaria muito de pedir mais apoio, empenho, do Governo Federal, através do INCRA, para que nós possamos realmente dar melhores condições de vida, condições dignas de sobrevivência, minimamente, a esse povo. Porque nós sabemos... Eu, como Prefeito, tenho recebido lá todos os dias as reivindicações dos assentados. Eu tenho consciência que, na maioria das vezes, a Prefeitura não dá conta de cumprir com aquilo que é a necessidade do assentamento. Nós cumprimos minimamente com a questão da educação, com a questão da saúde, mas não é só disso que os assentados precisam. Eles precisam de infra-estrutura nas estradas, na água, que é um grande problema dos assentamentos no sul de Mato Grosso.

Então, é importante, Deputado Zé Carlos do Pátio, que desta Audiência Pública saia uma Comissão de Deputados, do Superintendente do INCRA, para mostrar isso ao Governo Federal. E nós só vamos resolver isso no dia que o Governo Federal disponibilizar dinheiro para que nós possamos, realmente, cumprir com essas necessidades que é do povo assentando.

Então, nós esperamos e acreditamos que essa Comissão sairá daqui e que os senhores vão estar em Brasília, Deputados Estaduais, Deputados Federais, juntamente com o INCRA, reivindicando realmente a liberação dos recursos que darão melhores condições de vida a esse povo.

Então, eu quero aqui agradecer a oportunidade, Deputado Zé Carlos do Pátio, de estar aqui nesta Audiência Pública. Quero cumprimentá-lo por esta belíssima idéia. É disso que se precisava realmente, de se estar mobilizando o povo região sul, sobretudo os assentados, para que nós consigamos juntos trazer melhores dias para este povo. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Nós agradecemos a palavra do Prefeito de Poxoréo.

Eu acho que uma das coisas que eu aprendi na minha vida pública é que nós temos que conversar com o povo, dialogar com o povo, debater. Aliás, uma das coisas que eu estou sentindo em muitas pessoas, em muitos homens públicos, é que não querem mais enfrentar o debate com a sociedade. Nós temos que debater. E isto aqui para mim está sendo muito grande, muito rico hoje. Nada melhor do que no dia 1º de maio, Dia do Trabalhador, debatermos o assunto do trabalhador.

Com a palavra, o Prefeito de São José do Povo, Sr. Quito.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Aliás, o Município de São José do Povo triplicou a sua população nos últimos anos. Lá hoje tem seis assentamentos. Hoje, os assentamentos são base da economia da região.

Com a palavra, o Prefeito Quito (PALMAS).

O SR. QUITO - Eu quero cumprimentar e parabenizar o Deputado Zé Carlos do Pátio; cumprimentar os Deputados Sebastião Rezende e J. Barreto; o Procurador da República, Sr. Pedro Taques; o Superintendente do INCRA, que está aqui.

Eu acho que é muito válida essa posição dos Deputados em defesa dos trabalhadores. Nós, em São José do Povo, temos cinco assentamentos e estamos preocupados dessa situação ir para lá também, de querer despejar o povo dos nossos assentamentos. Porque lá todos são trabalhadores que precisam trabalhar. Igual os outros assentamentos que estão sofrendo essas ameaças.

Eu acho que a posição mais certa seria ir a cada um assentamento fazer um levantamento do que os trabalhadores estão precisando, da necessidade. Não deixar só por conta das Prefeituras, porque as Prefeituras não estão dando conta de fazer o que eles necessitam.

Temos o problema da água, das estradas, transporte de alunos. No nosso município nós nunca recebemos um centavo do Governo do Estado para transporte de alunos. Então, nós estamos com essa necessidade. E o nosso pensamento é atender o povo dos nossos assentamentos. Nós estamos atendendo na medida do possível, com estrada, com pouco maquinário, sem recurso. Uma máquina nova que tinha no nosso município é que está carregando. Já levou uma e está ameaçando de levar outra.

Então, eu acho que o Estado, que o Governo, que o INCRA, tinham que fazer um levantamento do que o povo está necessitando para ver se conseguem fazer alguma coisa por esse povo. Não querer despejar o povo de lá, carregar os maquinários que o município têm. Eu acho que tem que se dar mais apoio, furar poço artiano. Tem poço artiano em assentamento que está com três anos e nunca saiu uma gota d'água, porque não tem encanamento. Eu acho que tinha que ver mais essas coisas, do que o povo está necessitando. É preciso se preocupar mais com o povo do que se preocupar em tirar o povo da terra (PALMAS).

Então, eu quero que vocês unam forças! O povo unido jamais será vencido. Muito obrigado a todos (PALMAS)!

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Com a palavra, a Deputada Verinha Araújo.

Eu quero registrar para vocês que a Deputada Verinha Araújo e eu estivemos em Brasília, com o Presidente da ELETRONORTE, junto com o Dr. Gustavo pedindo mais recurso para o Projeto Luz para Todos, no Mato Grosso. Na semana que vem nós temos uma nova reunião. Eles deram trinta dias para nos dar uma resposta.

Vocês estejam certos que nós estamos trabalhando. Nós estamos indo para Brasília, voltando, nos empenhando. Nós vamos chamar toda a Bancada Estadual, toda a Bancada Federal, para sensibilizá-lo. A nossa saída para gerar emprego e renda aqui na região sul é a reforma agrária, porque muitos trabalhadores não têm outra alternativa. Não adianta só ficarmos com o discurso do agronegócio, só com o discurso de um setor, sem lembrarmos do trabalhador. É por isso que nós estamos aqui para debater com vocês a questão da reforma agrária (PALMAS).

Com a palavra, a Deputada Verinha Araújo.

A SRª VERINHA ARAÚJO - Bom-dia a todos e a todas!

Eu quero aqui dizer, neste momento, nesta manhã de 1º de maio, que nós, na verdade, comemoramos e refletimos sobre a luta dos trabalhadores no mundo todo. Porque este é um

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

feriado que caiu em um domingo, mas o mundo todo hoje está discutindo o nosso dia, o dia dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Eu quero saudar a iniciativa da realização desta Audiência Pública pelo Deputado Zé Carlos do Pátio. Aqui, na Mesa estão os Deputados Estaduais Sebastião Rezende e J. Barreto; temos vários prefeitos; autoridades; o companheiro Leonel, que é do INCRA. Eu quero saudar a Prefeita de Dom Aquino; o Gustavo, da ELETRONORTE. Eu quero saudar a Mesa em nome do companheiro Baltazar, que é dirigente do meu partido aqui, em Rondonópolis.

Eu quero dizer também da nossa alegria em ter aqui o Procurador, Dr. Pedro Taques. Por que nós temos um procurador aqui à Mesa? Hoje, quantos trabalhadores e trabalhadoras tiveram que recorrer ao Ministério Público Estadual, ao Ministério Público Federal, muitas vezes, quando não viam as suas ações judiciais sendo respondidas na Justiça? Eu mesma, no meu mandato, digo que sou uma cliente do Ministério Público Estadual. Por isso a presença do Dr. Pedro aqui é importante, porque ele no exercício do seu trabalho institucional, com certeza, deve ter recebido muitas demandas relativas à questão da reforma agrária. Ele, inclusive, não sei se já falou, mas deve ter abordado sobre esse tema.

Agora nós estamos com o Dr. Mário Lúcio no Ministério Público Federal. E na semana passada, inclusive, sentamos para tratar da demanda de Jaciara, como nós temos levado outras.

Então, é importante nós termos em uma Audiência Pública a presença da Justiça também. Porque a Justiça, como um todo, eu não digo o Ministério Público, mas nós temos os Ministérios Públicos Estadual e Federal, nós temos o Tribunal de Justiça, o STJ, o STF, muitas vezes, em algo que nós estamos buscando, que nós conquistamos, quando é o momento da Justiça decidir, emperra. Não é mesmo!? Então, às vezes, ela passa a ser um impeditivo para que nós tenhamos uma conquista que, às vezes, é da terra, uma ocupação de muito tempo esperando o título. E quando chega na hora da Justiça decidir é uma lentidão. Então, é importante porque o Ministério Público, na verdade, é o nosso ouvidor. É quem fica ouvindo a gente. A gente leva e ele provoca outras instâncias para que aquilo, realmente, tenha resolutividade.

Então, é uma honra estar aqui, nesta manhã. Nós saímos hoje de Cuiabá. Tivemos uma participação na Romaria dos Trabalhadores e daqui nós estamos indo para São Félix do Araguaia, porque hoje Dom Pedro Casaldáliga entrega o Bispado dele lá em São Félix do Araguaia. Então, nós não vamos ficar muito tempo. Em função disso, eu quero pedir desculpas antecipadamente.

Rapidamente, sobre o tema, eu quero dizer que tenho visitado várias cidades e assentamentos. E nós sabemos que o Governo Lula recebeu toda uma situação agrária onde muitos companheiros e companheiras estão nos assentamentos, foram colocados nos assentamentos sem nenhuma infra-estrutura, praticamente só a terra, e mal a terra. Chegaram na sua organização e os companheiros começaram a batalhar por escola, por saúde, por estrada, por crédito, por tudo aquilo que têm direito. É uma luta constante. É essa situação estrutural dos assentamentos, grande parte deles em Mato Grosso, é uma demanda que o INCRA e os Ministérios do Governo Lula receberam para atuar, para resolver problemas. Então, nós temos essa situação nos assentamentos nessas condições. Falta água, falta energia, não tem estrada, não tem crédito, não tem nenhum acesso. E aí tem aquilo que os companheiros trazem aqui. Por exemplo, um lote, que o companheiro recebeu, muitas vezes, do INCRA, mas não teve condições de ficar e foi obrigado a vender, a trocar. Isso é algo que vem acontecendo há muitos anos. Não é de agora do Governo Lula. É essa a situação que o Governo recebeu. Essa é uma demanda.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

A outra é com relação aos nossos acampamentos em beira de estradas, que companheiros e companheiras estão aguardando ainda para serem assentados. Estão embaixo de lonas esperando desapropriações, esperando para ter o seu pedaço de terra. Os companheiros poderiam dizer: E aí, Deputada, o que fazer? O que fazer? Então, quanto a tudo isso nós temos que nos organizar. Tudo isso é demanda do Governo Federal e é demanda do Governo do Estado também. Então, como organizar aqueles que já estão assentados, que têm uma situação infra-estrutural pequena e aqueles que estão acampados esperando um pedaço de terra? Quer dizer, tudo isso está para ser feito.

Então, o MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário, tem este ano quase três bilhões de reais no seu orçamento. Agora, no início do ano, uma parte sendo contingenciada. Ou seja, essa parte do bolo do orçamento não será usada por enquanto. É por isso que esta semana o MST rumou para Brasília com a pauta de pedir o descontingenciamento do dinheiro da reforma agrária. E nós vamos ter que estar lá em Brasília. Eu vou estar lá em Brasília no dia 17 de maio, junto com os companheiros do MST também, porque nós queremos que esse dinheiro seja todo usado para nós fazermos aquilo que precisa ser feito.

Mas é preciso dizer que aqui, em Mato Grosso, no ano passado, no ano de 2004, duzentos milhões do PRONAF foram devolvidos. Vocês sabiam disso? Vocês sabiam? Duzentos milhões PRONAF, dinheiro federal, foram devolvidos. Por quê? Porque não tinha projeto. E por que não tinha projeto? Porque nós precisamos reestruturar a nossa EMPAER. A nossa EMPAER, que faz assistência técnica, precisa ter mais funcionários; precisa ter mais estrutura para chegar nos pequenos e fazer os seus projetos para não deixarmos devolver o dinheiro do PRONAF, como foi devolvido. Então, falta de dinheiro não foi também. Alguma coisa está errada nesse caminho.

É por isso que esta Audiência Pública é importante para nós estarmos inclusive buscando as saídas.

Então, eu quero aqui me colocar à disposição. O meu tempo já acabou, já me avisaram que eu tenho só um minuto aqui. Eu quero me colocar à disposição, porque tudo isso é tarefa para nós. Tem que ter água. Para ter água o que precisa? É dinheiro? É a máquina para furar os poços? Por onde nós vamos começar? Precisa ter energia. Está aqui o Gustavo, do Programa Luz para Todos. Onde está cobrindo? Está cobrindo o suficiente? Não está cobrindo onde? Por quê? É dinheiro? É projeto? Vamos cobrar a Rede CEMAT. Vamos cobrar para que esses projetos sejam feitos e atendidas todas as comunidades. Vai ser o maior Programa de energia do mundo esse que está sendo construído pelo Governo Lula. É a questão do assentamento? É terra? É a questão judicial? É dinheiro? Vamos correr atrás. Agora, não dá para ficarmos chorando o leite derramado, esperando as coisas acontecerem e não priorizar, para mim é a mais importante, a agricultura familiar, que é quem planta o arroz, quem planta o feijão, quem planta a banana, quem planta a mandioca, quem planta batata. Esse é que dá comida para o povo. Porque a soja... (PALMAS) é para porco no mercado internacional. Nós não comemos soja. A soja é importante para aumentar o PIB, aumentar a exportação? É. Não deixa de ser importante, mas não pode ser a única coisa, não pode ser o único modelo de desenvolvimento esse do agronegócio. É preciso reforçar a agricultura familiar, os pequenos, juntar forças os Governos Federal e Estadual, os municípios, com ação integrada, para buscarmos as saídas e não esperarmos que as coisas aconteçam do céu.

Muito obrigada. Um abraço a todos e todas (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu quero parabenizar a fala da Deputada Verinha Araújo, porque, na verdade, ultimamente o Estado de Mato Grosso vem construindo uma concentração de renda muito grande. E isso me preocupa muito como homem

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

público. Nós temos que criar alternativa para gerar emprego e renda e para distribuir renda. E a saída é a reforma agrária.

Eu quero agora dar a palavra ao Dr. Olímpio. Ele veio de Cuiabá, é um dos Diretores do Banco do Brasil. No ano passado foram devolvidos mais de duzentos milhões do PRONAF A. Isso não podia se devolvido. E não é culpa do banco. É culpa da EMPAER e das empresas que fazem toda uma política de projetos de financiamento. Eu acho que é importante cobrarmos do Banco do Brasil facilidades para que ele também busque novos financiamentos para o trabalhador.

Nesta semana, inclusive, eu me reuni com o SICREDI, com o BASA, para tratar de uma alternativa também para financiar o pequeno produtor. O SICREDI fez um compromisso conosco de que está disposto a viabilizar o PRONAF C ou D sem o trabalhador necessariamente pagar o PRONAF A. Então, eu acho que nós temos que buscar alternativas de financiamento.

Então, eu quero aqui, neste momento, passar a palavra ao Dr. Olímpio, porque ele é o nosso agente financeiro do Banco do Brasil. E ele veio de Cuiabá nos fazer uma visita. Será importante, depois da palestra do Leonel, se tiver uma pergunta para ele, que ele possa responder.

Com a palavra, o Dr. Olímpio, Diretor do Banco do Brasil (PALMAS).

O SR. OLÍMPIO VASCONCELOS - Bom-dia a todos! Bom-dia à Mesa, Deputado Zé Carlos do Pátio.

Eu sou apenas Gerente de Agronegócio do Banco do Brasil, da Superintendência de Mato Grosso e Rondônia.

Nós temos o maior orgulho de estar presente nesta Audiência Pública, promovida pelo Deputado Zé Carlos do Pátio e por toda da Assembléia. É um prazer estar representando o nosso Superintendente, Dan Conrado, da Superintendência do Banco do Brasil aqui de Mato Grosso e Rondônia.

Eu quero dizer que o Banco do Brasil está sempre ao lado do pequeno produtor. Hoje, praticamente, 100% das aplicações do PRONAF no Estado de Mato Grosso são do Banco do Brasil. Nós saímos - a visão social do banco - de 2002 atendendo duas mil e seiscentas famílias nos PRONAF C, D e E. Só em 2004, nós atendemos treze mil famílias! Então, em dois anos, nós atendemos mais de dez mil famílias no PRONAF C, D e E. Houve um incremento de aplicação. Para vocês terem uma noção, em 2002, nós aplicamos quinze milhões no PRONAF C, D e E. No ano de 2004, nós já aplicamos setenta milhões de reais.

Então, nós sabemos muito bem que o Banco, assim como a EMPAER hoje está com sérios problemas de estrutura, assim como INCRA tem seus problemas de estrutura, também tem problema de estrutura, praticamente porque nós multiplicamos por seis o nosso nível de atendimento ao mini e ao pequeno. Nós sabemos que há problemas. Quando o Banco do Brasil vem para uma reunião com o pequeno ele sabe o que vai ouvir, mas nem por isso nós ficamos sentados. A gente vem para ouvir, para tentar resolver.

O Banco do Brasil, na pessoa do nosso Superintendente, Dan Conrado, tem uma missão muito importante, que é a missão de fazer, de ajudar na transformação que o Procurador há pouco falou. Nós acreditamos que reforma agrária não é feita com assentamento, não é feita com crédito, não é feita com assistência técnica, não é feita com comercialização. É feita com o conjunto de tudo isso. Não nos transformamos em agricultor familiar simplesmente no momento em que somos assentados. Não é esse o momento. Não nos transformamos em agricultor familiar no momento em que recebemos o dinheiro do banco, porque o dinheiro não é fim, o dinheiro é meio. Muitos confundem essas coisas. Não nos transformamos em agricultor familiar quando recebemos uma assistência técnica precisa e definimos qual é o projeto. Nós nos transformamos em agricultor

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

familiar quando temos aquele prazer, naquele momento de receber o crédito, de aplicar o crédito naquela atividade que realmente se queiram e não são empurrados para fazer aquilo e no momento que você colhe a sua primeira colheita e pode vendê-la adequadamente, que é outro problema de estrutura, para poder pagar a prestação do banco. Eu tenho certeza absoluta que o maior prazer do agricultor familiar é fazer isso. Poder receber o seu dinheiro, poder plantar a sua lavoura, colher e pagar para poder receber o novo crédito.

O Banco do Brasil não se omite, em momento algum, de estar presente em uma reunião de pequenos produtores, porque nós não temos medo do problema. Nós sabemos que existe o problema de atendimento, nós sabemos que existe o problema de estrutura.

O nosso Superintendente não está aqui hoje porque ele tinha outro compromisso feito anteriormente, mas ele pediu para dizer: “Contem com o Banco do Brasil”. Os nossos recursos do FCO hoje são aplicados na agricultura familiar. É somente recurso do FCO. Nós saímos de 13% de aplicação, em 2002, 13%... De todo dinheiro do FCO aplicado no Estado para o grande, para o médio e para o pequeno, apenas 13% eram aplicados para o pequeno produtor. Por uma total falta de demanda... (VIRADA DE FITA) ...o que realmente dá alimentos. Saímos de 13% em 2002 e passamos para 26% em 2003. Tenho os números aqui tabulados. Chegamos a 48% em 2004. Hoje, 2005, já estamos com 73% aplicados em FCO. Do recurso liberado em 2005, 73% foram para mini, pequeno e agricultor familiar. Isso é um número muito importante, porque eu sei que tem muitos produtores aqui que ainda não foram atendidos, mas o Banco do Brasil não vai se omitir e vai atender a todos.

Das 80 mil famílias assentadas pelo INCRA, de 1998 a 2004 - 80 mil famílias -, nós já atendemos 62 mil. E não temos muitos projetos dentro do Banco. Estamos esperando para liberar o resto. Portanto, o Banco do Brasil renova o compromisso social que ele tem com o produtor familiar aqui. Essa é a nossa intenção. Mas nós renovamos esse compromisso com o produtor com a nossa responsabilidade de administrar e de gerir os recursos públicos. Isso vocês têm que entender. O Banco do Brasil está à disposição para emprestar para o produtor familiar, mas com responsabilidade, porque afinal o recurso é público e nós temos que administrar esses recursos, temos que emprestá-lo de forma adequada, de forma competente, de forma muito geral. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu quero aqui só resumir a fala dele para vocês. Em 2002, 13% do FCO eram aplicados para o trabalhador; em 2003, 22%; em 2004, 48%; em 2005, 73%.

Eu quero aqui dizer que dá para notar que as coisas estão avançando. Não está o ideal, mas vamos para cima, vamos cobrar. Mas dá para notar que está avançando. Esse dinheiro, antes, era só para o agronegócio. Agora, existe uma lei que 51% do dinheiro do FCO tem que ser para o micro e pequeno.

Está aqui o Diretor do Agronegócio, Dr. Olímpio. Somente agora 51% têm que ser para o pequeno e já foram aplicados 73% este ano. Antigamente, cobrava-se dinheiro. O Luz no Campo era cobrado; agora, tem o Luz para Todos que não é cobrado. Eu acho que estamos avançando. Os trabalhadores estão avançando. Eu acho que isso tem que ser visto como ponto positivo. Mas a nossa luta nem começou ainda, nós vamos lutar muito ainda.

Eu quero passar a palavra ao Juca. Eu quero que o Juca dê um abraço em todo mundo, porque ele vai assumir a FUNASA.

O SR. JUCA - Bom-dia aos companheiros da Mesa, em especial ao Deputado Zé Carlos do Pátio.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Aproveito para parabenizá-lo, Deputado Zé Carlos do Pátio, pelo comprometimento com a classe trabalhadora. Essa sua iniciativa só nos enche de alegria. Eu tenho certeza de que vai contribuir enormemente com a luta da classe trabalhadora, em especial do homem do campo.

Não vou, na verdade, fazer nenhuma fala aqui, até por uma questão de tempo. As nossas autoridades maiores, como o Dr. Pedro Taques e o próprio Dr. Leonel do INCRA, vamos usá-las ao máximo.

Estaremos à disposição lá na FUNASA, com um desafio novo. Eu não tenho dúvida de que, com disposição, com transparência, com seriedade, nós vamos buscar trabalhar junto com a Assembléia, com a Bancada Federal e com os movimentos sociais. Um forte abraço. Parabéns! Viva os trabalhadores do Brasil!

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu quero cumprimentar o BASA, que é um grande parceiro nosso, ao lado do Banco do Brasil. Muito obrigado.

Neste momento, já está pronto para a palestra o Dr. Leonel.

Existem alguns trabalhadores que querem fazer algumas perguntas para o Dr. Pedro Taques sobre algumas dúvidas. Eu acho louvável. Quando uma figura como o Dr. Pedro Taques vem aqui e algum trabalhador quer fazer alguma pergunta tem que realmente fazer para sair daqui sem nenhuma dúvida. Então, eu abro a palavra a qualquer trabalhador que queira fazer alguma pergunta ao Dr. Pedro Taques.

A SRª PARTICIPANTE - Eu gostaria, inicialmente, de lembrar um pouco da irmã Dorothy Stang, que morreu assassinada, porque defendia vocês, trabalhadores. Em nome dela, eu parabenizo todos vocês, nossos trabalhadores, servidores.

Dr. Pedro Taques, eu vim aqui até com febre hoje, mas eu não podia deixar de vir a esta audiência pública.

Deputado Zé Carlos do Pátio, este é o papel do homem público: trazer para a população o que ele faz lá na Assembléia Legislativa, através das audiências públicas.

O Dr. Pedro Taques tocou num assunto que dói muito na gente, quando ouvimos. Quantas pessoas têm coragem de vender a sua dignidade na hora de votar?

Infelizmente, Dr. Pedro Taques, isso acontece em todo o território nacional, até porque as pessoas não sabem qual a competência dos Poderes - Poder Legislativo, Poder Judiciário e Poder Executivo. E aqui essa peça foi muito clara quando colocou toda a culpa no Governo Lula, no Presidente Lula. E nós vemos um nepotista ser eleito, Dr. Pedro Taques, a Presidente da Câmara dos Deputados. Então, isso machuca, dói.

Eu estou aqui como mãe, porque aprendemos que só levamos daqui deste mundo aquilo que fazemos de bom para a sociedade. Eu tenho uma irmã que é da Pastoral da Terra. Eu sou da Pastoral da Sobriedade, o senhor já me conhece de nome.

Pois bem, Dr. Pedro Taques, eu gostaria de agradecer a sua presença e a oportunidade que o Deputado Zé Carlos nos deu. Digo a todos nós que a única arma que nós temos é o voto. Se não conseguirmos as mudanças através do voto, elegendo pessoas comprometidas, Dr. Pedro Taques, nós não vamos conseguir fazer a transformação. Nós vamos continuar mudando, mudando, porque tem gente que vive de política. E nós temos alguns que ainda fazem política. Os que vivem de política compram voto, porque querem o poder. Aqueles que fazem política mostram serviços, trabalham, dignificam a sociedade, fazem com que as necessidades básicas, como moradia, saúde, educação, reforma agrária, sejam realmente uma realidade. Nesses políticos, precisamos continuar confiando. E só vamos conseguir fazer isso, Dr. Pedro Taques, a partir do momento que eles prestarem contas do que estão fazendo lá em Brasília, do que estão fazendo ali em Cuiabá e

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

aqui na nossa Câmara de Vereadores, e os nossos governantes no Poder Executivo. E o senhor já prestou conta para a sociedade. E o senhor é um servidor que hoje merece os nossos aplausos. O senhor é um servidor que merece os nossos aplausos (PALMAS). O senhor é um servidor que merece receber o salário que recebe. Nós sabemos que não tem comissão por trás disso. Nós sabemos que é o seu salário. É disso que nós precisamos. Nós precisamos conhecer as pessoas em quem depositamos confiança, porque aí não vai faltar verba. E a verba que o Deputado Welinton colocou aqui era para construção do Centro Socioeducativo para adolescente em conflito com a lei.

Rondonópolis registra este ano 26 homicídios. Ontem, foi enterrado um que era dependente químico. Vinte e seis homicídios, só neste ano! Isso é assustador. E aí volta uma verba que era para construir o Centro Socioeducativo de Rondonópolis. Mas não vamos arredar o pé. A igreja continua unida. Nós vamos lutar por esta verba, porque o Prefeito atual já garantiu a área. E é isso que nós queremos dos homens públicos, que garantam o direito da população. E aí eu gostaria de dizer para o senhor que a sua fala foi de sua importância. Nós devemos, sim, na hora que alguém oferecer dinheiro, seja a quantidade que for, para sermos aliciados, para que votemos por interesse, ensinar para esse político que esse dinheiro é sujo, que esse dinheiro não deve ser aplicado na época de eleição. Daí a importância do financiamento público das campanhas. É por isso que eu gostaria que o senhor lutasse, porque se o financiamento for público, ninguém mais vai comprar voto neste país. Obrigado, Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Obrigado.

Eu abro mais duas inscrições. Depois, vou passar ao Dr. Pedro Taques.

Ele prefere responder uma por uma.

O SR. PEDRO TAQUES - Eu gostaria de agradecer a fala da senhora.

Movimentos sociais como esse fazem com que o cidadão não só espere que os servidores públicos façam, mas também cobre. O cidadão tem que participar de organizações como a CPT e também de movimentos religiosos, para que esses movimentos sejam intermediários entre o cidadão e o Estado. Isso é muito importante.

O que eu disse a respeito da compra de voto foi o seguinte: é lógico que a dignidade não pode ser vendida. A compra de voto é crime. Isso aí é crime e o cidadão não pode vender o seu voto. Parece-me que eu não me fiz expressar direito. Nós não podemos, eu não posso julgar o cidadão pela minha realidade. A minha realidade é outra. A minha realidade é outra. Eu não sei o que é o cidadão chegar a sua casa, depois de procurar emprego, e não ter trabalho, chegar ao final do dia e não ter leite para dar para o seu filho. Isso não deve ser muito bom para um cidadão. Eu tenho certeza de que não é. Nós não devemos comprar voto. Isso é crime.

Eu gostaria de dizer para os senhores que o Ministério Público Federal no Estado de Mato Grosso está de portas abertas aos senhores. Aqui nós temos colegas que trabalham nessa questão da reforma agrária, mas que, infelizmente, hoje, não puderam estar aqui.

Procurem o Ministério Público Federal, porque o Ministério Público é uma instituição que vela pelos recursos públicos e pelo cumprimento dos direitos constitucionais. Façam do Ministério Público Federal um parceiro na luta dos senhores.

Para que os senhores tenham uma idéia, aqui no Estado de Mato Grosso, nós instauramos um procedimento administrativo para investigar as áreas da União Federal que estão ocupadas por grandes posseiros. Nós temos no Estado de Mato Grosso três milhões e seiscentos mil hectares da União Federal que estão ocupadas por grandes latifundiários. E nós fizemos uma recomendação ao Presidente do INCRA, o Leonel à época participou dessa audiência, para que tirasse esses posseiros dessa área e ali assentasse trabalhadores rurais. Então, façam do Ministério Público Federal um parceiro nessa luta dos senhores. Nós somos servidores, somos advogados da

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

sociedade, e é essa nossa função. Não estamos prestando nenhum favor, a não ser cumprindo o que determina a Constituição.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Um minuto para pergunta. Eu queria que o pessoal fosse objetivo na pergunta.

O SR. PARTICIPANTE - Bom-dia, Dr. Pedro Taques!

A pergunta que eu queria fazer para o senhor é a seguinte: todas as vezes que nós passamos por reuniões com INCRA, sempre é citado o nome do senhor. “Eu não posso assentar, porque de repente vem a Procuradoria-Geral da República, na pessoa do Dr. Pedro Taques, e vai me prender na cadeia.” Essas são palavras do Sr. Leonel. Então, temos que falar cara a cara. O que ocorre? Nós ficamos entre a cruz e a espada. Nunca a nossa situação vai ser resolvida dessa maneira. Um, não faz com medo do senhor; outro, ninguém sabe quem é o senhor. Na realidade, achávamos que o senhor era uma pessoa, mas é completamente outra pessoa, muito diferente do que o pessoal pensa. Eu fiquei entusiasmado. O senhor nunca é o que falaram. É o homem que mandou prender não sei quem, que não me interessa, mas a nós não vai prender, porque somos trabalhadores de mãos calejadas e estamos lutando lá dentro (PALMAS) pelos nossos direitos.

O SR. PEDRO TAQUES - Eu gostaria de responder a pergunta do senhor, contando uma historinha rapidamente. Eu estive em Brasília num seminário. Lá, eu encontrei um Ministro do Supremo Tribunal Federal que é daqui de Mato Grosso. Ele veio me cumprimentar, dizendo o seguinte: “Pedro, você está namorando uma sobrinha minha lá de Diamantino”. Eu falei: Olha, eu tenho uma namorada há três anos de Cuiabá, eu não estou namorando ninguém de Diamantino. Isso para os senhores terem uma idéia de que muitas coisas que dizem não é a realidade. As pessoas utilizam-se do meu nome para falar que vai fazer isso. Agora, eu não sou... Já falaram tantas coisas de mim que eu já estou até vacinado a respeito disso. Agora, eu não sou daqueles que mudam o discurso, levando-se em conta quem está me ouvindo. Eu tenho que falar a realidade. E essa realidade pode doer em determinados momentos. Eu estou aqui com lealdade aos senhores. Vim para falar absolutamente à verdade. É lógico que existem situações em que o trabalhador é assentado... E hoje, no Brasil, somente 20% dos assentados permanecem na área depois de 10 anos. Se nós formos pegar 100 trabalhadores assentados hoje, daqui a 10 anos ali na terra estarão presentes 20, sendo que 80 já terão saído da área. Por que motivo? Porque não têm condições de ficar na área. Eu também não ficaria na área. Você não vai ficar na área, se você não tem energia, se você não tem água, se você não tem educação para seu filho, se você não tem saúde. Isso é lógico. Eu tenho que procurar para os meus filhos uma vida melhor do que aquela que eu tive. Eu tenho que procurar para os meus filhos um Estado melhor do que aquele que eu encontrei. Eu acho que é para isso que nós vivemos, dar melhores condições para os nossos filhos. Se eu cumprir isso ao final da minha vida, eu penso que terei atingido o meu objetivo. Então, muito que falam de mim não é verdade, não é verdade.

O Ministério Público Federal, infelizmente, tem que cumprir a lei. Ele tem que cumprir a lei. A lei diz isso. Eu estou vendo ali: “Justiça Federal não cumpre a Constituição”. Em determinadas situações... Ali tem uma faixa escrita. Eu não sou juiz federal, eu não posso defender a Justiça Federal, porque eu não sou advogado da Justiça Federal. Eu sou advogado da sociedade. O que deve ser feito aí é um novo cadastro por parte do INCRA, para saber se realmente aquele cidadão é ou não o chamado cliente da reforma agrária. É isso que deve ser feito. É isso que deve ser feito. Agora, nós sabemos... E isso eu digo aqui sem qualquer receio. Eu, como Procurador da República aqui no Estado, hoje, estou em São Paulo, mas eu já denunciei um cidadão no assentamento da Gleba Forquilha, em Rosário Oeste, que era Vereador numa cidade ali perto, tinha um supermercado e estava ali como assentado. Eu não posso permitir que isso ocorra, porque ele vai

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

tirar oportunidade daquele que precisa. Agora, nós não podemos fazer com que os inocentes paguem pelos pegadores. Nós não podemos generalizar. Agora, vocês podem ter absoluta certeza de que o Ministério Público Federal é criterioso a respeito disso. Agora, nós precisamos conversar.

Os senhores devem procurem o Ministério Público, os movimentos sociais. Devem procurar o Ministério Público e expor essa situação. Podem ter absoluta certeza de que esse é um problema que o Ministério Público tem em mente. Nós não podemos ser inocentes. Eu não acredito em Papai Noel. Eu não acredito que coelho da Páscoa bota ovo. Eu não acredito em mentira.

Existem aí pessoas que estão só para negociar a terra. Infelizmente ou felizmente, esses aí vão ter que sair. Se for preciso chamar polícia para tirar, vai ter que sair mesmo! Eu não estou aqui para mentir para os senhores. Agora, quem é trabalhador, quem é cliente da reforma agrária, esse deve ficar, até porque a lei ampara essa situação.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Com a palavra, o Vereador de Poxoréo.

O SR. ANTÔNIO LELIS DE AZEVEDO - É uma satisfação estarmos nesta audiência. Parablenzo o Deputado Zé Carlos do Pátio e agradeço o convite.

Em Poxoréo, nós estamos vivendo, como o Prefeito acabou de dizer, uma situação difícil nos assentamentos, principalmente os nossos moradores do Pontal do Areia, para onde a polícia foi retirar trabalhador da terra.

Procurador, nós temos a maior deferência ao Ministério Público deste país, porque é a justiça que tem maior credibilidade neste país. Eu queria que Vossa Excelência pudesse intervir no INCRA, para que o INCRA fizesse realmente uma vistoria nesses assentados lá do Pontal da Areia para ver realmente se eles têm direito a essa terra. Essa vistoria tem que ser feita por técnicos que não deixam corromper. Muitas pessoas não foram intimadas porque deram churrasco para funcionários do INCRA. Esses funcionários foram corrompidos e muitos daqueles que deveriam ser retirados lá não foram retirados. Foram realmente corrompidos os funcionários do INCRA. Então, eu acho que o Ministério Público, Sr. Procurador, deve estar junto nessa vistoria para que a polícia não chegue lá no assentado e tire sem sequer notificar. Eu entrei com mandado de segurança em Poxoréo, na justiça de Poxoréo, através dos nossos advogados. Muitos nem notificados foram, e o INCRA foi lá com a polícia para tirá-los das casas.

Isso, como políticos, não como sociedade, não podemos permitir, que os abusos da lei façam os pequenos pagarem pelos grandes, que realmente depredam e acabam com o patrimônio público desta nação.

Então, nós queremos, Procurador, que realmente sejam retirados de lá aqueles que não são assentados de verdade, que realmente estão se beneficiando, são caloteiros e estão buscando a terra simplesmente para vender. Nós queremos que o Ministério Público tome providências, para que se possa fazer justiça a esses nossos assentados. Muito obrigado.

O SR. PEDRO TAQUES - Eu gostaria de dizer ao senhor que aqui estou vendo várias pessoas falarem: Excelência, Excelência, Excelência. Isso é uma cultura de que quem exerce cargos como eu devem ser chamados de Excelência. Esses termos só têm a finalidade de afastar os servidores públicos do cidadão que ali está. Vocês notaram isso? Eu não tenho absolutamente nada de Excelência. Eu sou um cidadão igual a vocês que aí se encontram. Eu sou um servidor público igual àquele que abre um buraco para as minhas fezes passar todo dia de manhã. Eu sou um trabalhador, um servidor público que, por opção, escolhi essa vida. Poderia ter outra, mas escolhi essa. Então, eu penso que nós devemos acabar com isso. Devemos chamar o cidadão de cidadão. Senhor é o quanto basta. Chamar de Excelência é um símbolo para afastar aquele que está aqui daquele que está aí. Nós temos que acabar com isso.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Respondendo a pergunta do senhor... Eu vou sair desta audiência pública, convidado pela Assembléia Legislativa, eu não sou Procurador da República no Estado, eu fui promovido para São Paulo, eu vou fazer um relatório disso e vou encaminhar ao colega que aqui não veio, porque ele foi para a Reserva Caiabi, na divisa com o Pará, Dr. Mário Lúcio, e aqui não pôde estar. Ele chegou a Cuiabá ontem, veio de ônibus de Sinop para Cuiabá, chegou tarde da noite. Nós havíamos combinado de irmos juntos, mas ele não pôde vir. Vou encaminhar isso para ele e vou dar conta à Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, em Brasília, a respeito disso.

O que o senhor está dizendo não pode acontecer. Agora, eu não sei se o INCRA fez o levantamento, conforme determina a legislação. Nós vamos ouvir do Leonel aqui.

Eu recebi uma pergunta muito importante de uma senhora que não colocou nome, a respeito das terras públicas do Estado. O MST fez uma representação, fez uma denúncia, dizendo que existiam terras públicas no Estado. Eu officiei para o INCRA, querendo saber de todas as terras que pertencem à União Federal que existem no Estado. O INCRA chegou à conclusão, eu já disse isso aqui hoje e vou repetir, de que três milhões e seiscentos mil hectares da União estão aí para serem ocupados. Infelizmente, o INCRA vem desapropriando e pagando através de TDAs, que nós vamos receber lá na frente. Eu fiz uma recomendação ao Presidente do INCRA, para que o Presidente do INCRA assentasse trabalhadores na área que pertence à União, para que o INCRA ajuizasse ações de reivindicação, porque essa área pertence à União Federal. Se pertence à União Federal, ali deve ser assentado porque a lei determina que seja preferencialmente em áreas públicas. Se não tiver áreas públicas, deve ser adquirida, através do Decreto nº 433/92, aquisição, ou ser feita a desapropriação para fins de assentamento. Mas até hoje o INCRA, em Brasília, o Presidente do INCRA, infelizmente, não cumpriu isso. E o Ministério Público está cobrando isso. Essa é a função do Ministério Público. Então, os senhores devem procurar os colegas aqui. Eu vou fazer um relatório do que nós aqui ouvimos e vou entregar aos colegas e coloco-me à disposição dos senhores, independentemente de estar aqui ou não, porque eu exerço essa função, que é a função do Ministério Público.

O SR PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu só quero fazer uma observação aqui. Nós confundimos muito Ministério Público Federal com Justiça Federal. O Dr. Pedro Taques vai separar Justiça Federal de Ministério Público. Quem está segurando as terras públicas da União na região sul é a Justiça Federal. Justiça Federal é uma coisa. O Ministério Público denuncia que aquela terra é pública e tem que ser para o trabalhador. Quem julga? A Justiça Federal. Eu quero aqui fazer uma denúncia, que vai ficar registrada em Ata. A Justiça Federal está segurando as terras públicas, através dos Ministros do Superior Tribunal Regional. Eles estão segurando em Brasília e eles têm prerrogativa de julgar quando eles quiserem as terras públicas da União.

Aqui foi falado pelo Vereador Ananias, a Fazenda Pantanal aqui em Jaciara e outras áreas de terra, como o PA Liberdade, lá no Araguaia.

Então, eu quero que o Dr. Pedro Taques faça uma diferença entre Justiça Federal e Ministério Público Federal.

O SR. PEDRO TAQUES - Senhores, o juiz não pode agir sem que seja provocado. O juiz tem que ser imparcial e não pode agir sem que alguém o provoque. E quem provoca o juiz, no caso o juiz federal, é o Ministério Público Federal ou o INCRA, a partir dessa recomendação que nós fizemos ao INCRA para que ajuizasse ações reivindicatórias dessas áreas que pertencem à União. O Leonel está me dizendo que já fizeram e ajuizaram vinte e seis ações para retomar as terras que pertencem à União Federal. E nessas áreas que pertencem à União Federal, nós temos posseiros. Nós temos que tirar essas pessoas daí e assentar trabalhadores. Ele tem benfeitorias?

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Sim. Então, vai ser indenizado pelas benfeitorias, conforme determina a lei. Nós temos que cumprir a lei.

Alguns juízes federais estão concedendo liminares e determinando que essas pessoas saiam da área. Exemplos disso: o Dr. Julier já concedeu liminar, da 1ª Vara; o Dr. Paulo Sodré da 2ª Vara já concedeu liminar. Parece-me que o Dr. Julier concedeu liminar aqui da Usina Pantanal. Os advogados dessas empresas recorrem e o Tribunal Regional Federal, em Brasília diz que o INCRA não está com razão, que o juiz não poderia conceder liminar. É isso que está ocorrendo. Mas essas ações propostas pelo INCRA são já uma consequência dessa recomendação feita pelo Ministério Público Federal.

Na Justiça Federal, nós temos juízes dignos, juízes corretos. Alguns deles têm posição contrária à posição do INCRA. Aí o INCRA recorre. É assim que tem que ser feito. Nós não podemos descumprir o que determina a Constituição da República. E o Ministério Público neste Estado tem cumprido a sua função, e uma delas foi fazer essa recomendação para o INCRA.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Com a palavra, a Srª Fátima.

A SRª FATIMA - Na pessoa da Deputada Verinha Araújo, eu quero cumprimentar a Mesa. Parabenizo o Deputado Zé Carlos do Pátio, que já fez várias audiências. Eu participei de uma no Taiami e de várias outras. Isso é muito bom. É muito louvável, Deputado Zé Carlos, apesar de que hoje em dia o povo está desiludido. Às vezes você chama: Vamos, vai ter uma audiência. “Ah, não, estou enjoada. Nós vamos lá, falamos, falamos e não resolve.” Mas, parabéns a você, parabéns a todos que estão aqui neste dia.

Eu quero dizer que sou também lá do Pontal do Areia, lá do assentamento Carlos Manegél, do Município de Poxoréu, que não é Rondonópolis nem Poxoréu, só tem uma ponte que nos divide. Nós ficamos meio lá, meio cá.

Dr. Pedro Taques, parabéns por sonhar. Parabéns. Nós temos muitos políticos que não têm a capacidade de pôr a cabeça no travesseiro e sonhar. Eu, como ele, costumo sonhar ainda, sonho muito. Sou uma professora e estou aqui em nome dos meus alunos, em nome de uma classe sofredora que é a dos estudantes. Quem não sabe o que é sofrer é só entrar num ônibus que leva os alunos de um assentamento até a escola mais próxima. Eu estou indignada. Quero aqui - até sei que o senhor não é a pessoa legal, mas o senhor vai levar essa reivindicação - fazer uma denúncia. Nossos alunos estão sendo abandonados. Nós temos assentamento que liga, que conversa. Ah, eu não sou o responsável. O responsável é Rondonópolis. Não, eu não sou o responsável. O responsável é Poxoréu. No fim, os responsáveis somos nós, que estamos lá com esses alunos que faltam uma semana, faltam dez dias, porque não tem estradas nos assentamentos, porque não tem ônibus para leva-los. Os ônibus vivem quebrados, e não por culpa dos donos dos ônibus, não é por culpa da cooperativa. A culpa é do Poder público que não arruma as estradas. Aí, Deputado J. Barreto, eu quero pedir ao senhor, ao Deputado Sebastião Rezende, porque a Gleba da Cascata, que o senhor muito admira, onde eu trabalho com muito prazer, está carente, junto com o Pontal do Areia. Nós temos uma estrada, uma rodovia que liga esses assentamentos, mas eles dizem que não é culpa do município, que quem é o responsável é o Governo do Estado. E aí, Dr. Pedro Taques, eu pergunto para que serve o Estado, o Estado e o Governo que lá estão. E aí, em nome da nossa classe... (VIRADA DE FITA) ...incentivar os alunos.

Então, parabéns, Dr. Pedro. Eu queria que muitos pudessem sonhar com os estudantes, com um Brasil melhor, porque a reforma agrária não existe por falta de cuidado, por falta de vontade do Poder Público. Porque, se nós não temos estrada, se nós não temos escola, se nós não temos água... Juca, parabéns, você vai ser o homem da água, porque nós também não temos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

água. O Deputado J. Barreto sabe porque ele teve que dar 2.000m de mangueira para puxarmos água. Então, parabéns a vocês.

Mais uma vez, parabéns, Deputado Zé Carlos do Pátio. Vamos deixar aqui a nossa angústia. Que vocês realmente possam nos ajudar, porque queremos os nossos alunos estudando e um assentamento melhor (PALMAS).

O SR. PEDRO TAQUES - Eu só quero agradecer as palavras da senhora e dizer o seguinte: De tudo que a senhora falou, todas são coisas muito importantes, o mais importante é a educação.

A senhora como professora, eu, como filho de uma professora municipal, sei o que é isso, porque se nós não trabalharmos com a questão educacional, vamos perder mais uma geração de brasileiros. Porque esse cidadão aqui não vai ter condições de trabalhar, não vai ter condições de se desenvolver. Nós temos que cobrar para que o sistema educacional possa melhorar, para que os assentamentos tenham escolas de qualidade, para que possamos deixar nossos filhos ali com tranquilidade e tirar as crianças que estão trabalhando, porque lugar de criança é na escola, para que ela possa melhorar, fazer com que o nosso Estado, o nosso País, possa melhorar.

A senhora colocou palavras importantíssimas, mas dessas palavras a mais importante é educação, porque somente através da educação podemos fazer um instrumento de transformação. Através da educação e do melhoramento da educação dos nossos filhos. Eu penso que para isso todos aqui dormem, sonham com uma melhora de vida para os nossos filhos.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Nós queremos anunciar a presença da Senadora da República Serys. Uma salva de palmas a nossa Senadora, a Senadora da luta da reforma agrária, da luta do trabalhador.

Nós ficamos orgulhosos, porque essa Senadora é a pessoa que mais luta, juntamente conosco, no Ministério da Reforma Agrária e no INCRA, pela questão agrária.

Então, nós agradecemos, Senadora Serys, a sua presença.

Agradecemos a presença da Deputada Verinha Araújo, ela está indo para São Félix do Araguaia, porque Dom Pedro vai entregar o Bispado hoje. Dom Pedro foi o Bispo que criou a Teologia da Libertação.

Com a palavra, o Sr. Nezáo, que dispõe de um minuto.

Depois nós vamos passar a palavra à Senadora Serys.

O SR. NEZÃO - Dr. Pedro Taques, essa foi uma mensagem que eu gostei, a que o Senhor colocou, sobre o dedão.

E, antes de falar do dedão, eu queria colocar a tal da burocracia. Criaram o tal do burocrata e mandaram justamente fazer com que as leis, que façam com que você tenha a terra, que poderiam facilitar sua vida, a vida do seu filho, se está nesse caminho, nessa penitência desgraçada que o cidadão tem que caminhar. É penitência para conseguir energia, é penitência para conseguir a água, é penitência para conseguir a casa, é penitência para conseguir valer seus direitos.

E aí eu quero deixar uma coisa clara aqui: Ainda nesse País, nos anos 60, quando o País virou as costas para aquilo que ele tinha de vocação, que era ser produtor de alimentos, e passou a investir na indústria, achando que era a saída para o País, hoje está vendo que deu com os burros n'água. Que esse País tem que se voltar ao pequeno agricultor, que esse país tem que fazer com que as coisas caminhem para a solução dos problemas.

Mas, infelizmente, Sr. Pedro Taques, eu fico triste por ver que as coisas só funcionam para o grande. Mas não podemos ficar aqui, Deputado Zé Carlos do Pátio, colocando picuinha entre a soja e o arroz. Nós precisamos mostrar a essas pessoas que temos que nos organizar. O grande consegue acesso porque são organizados, porque lá eles têm consciência;

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

porque lá, Pedro Taques, não precisa assinar com o dedão; porque lá tiveram educação. E essas pessoas aqui, que não tiveram oportunidade, precisam fazer com que seus filhos parem de assinar com o dedão e assinem com a caneta que o senhor carrega.

E quero dizer ao Senhor: Não se iluda com o meandro político, com as benesses, com o passa mão na cabeça. Continue o seu caminho de homem sério. Não vá no engodo da política porque, na maioria das vezes, é conversa fiada, para influenciar cidadão de bem na malandragem e na corrupção. Essa é a minha pergunta para o senhor. Mantenha-se naquilo que é o seu propósito. Não se desvirtue, não vá se desviar do seu caminho, do seu compromisso com o seu povo, com o seu Estado. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Com a palavra, a vereadora Mariúva, que foi a primeira inscrita, mas não usou da palavra, que dispõe de um minuto, porque nós vamos ter palestra do Leonel e o Dr. Pedro Taques depois fará todos os encaminhamentos.

A SRª MARIÚVA - Em nome da nossa Prefeita de Dom Aquino eu gostaria de cumprimentar todas as mulheres aqui presentes.

Em nome do Deputado Zé Carlos do Pátio eu cumprimento todos os homens aqui presentes.

Eu gostaria de fazer uma pergunta, principalmente à nossa Senadora Serys, que está na luta, ao representante do INCRA e também ao Pedro Taques, porque é assim que você quer que chamemos você, com igualdade. Esse é um respeito muito grande. Por isso eu tenho uma admiração muito grande pela sua pessoa.

Há dois anos e quatro meses o nosso Presidente da República, Lula, assumiu. Na região Sul pouco aconteceu quanto à reforma agrária. Aconteceu muito pouco. E os que estão assentados estão tirando os que estão lá trabalhando, estão fazendo isso. Então, na nossa região Sul o pessoal, realmente, está abandonado na questão da reforma agrária. Nós não estamos tendo respaldo nenhum do INCRA. As pessoas vão lá, muitas vezes não são respeitadas nos seus direitos como cidadão, como ser humano. Então, isso nos assusta bastante.

Eu quero fazer uma pergunta especialmente a você, Deputado: Se as pessoas que estão há mais de quinze anos nessa terra, que não foram assentadas pelo INCRA, podem realmente receber o financiamento dos bancos ou não? Porque nós somos sabedores que a maioria das pessoas assentadas já vendeu seus lotes porque não teve condições de realmente sobreviver, porque não teve estrutura nenhuma, porque não tinha escola, não tem educação, não tem o que comer. E tiveram que vender seus lotes, retornando à cidade para serem guardas, muitas vezes. Então, essa é uma pergunta que muitas pessoas estão aqui ansiosas para saber a sua resposta. Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PEDRO TAQUES - Eu só vou lembrar aos Senhores que de cada cem trabalhadores assentados, depois de dez anos, somente vinte permanecem na terra. E por que somente vinte trabalhadores permanecem na terra? Por que são malandros? Absolutamente. Porque eles são brasileiros como nós, que estão procurando um melhor caminho para seguir, para criar seus filhos. Eles estão procurando o melhor caminho e esse caminho pode ser na cidade. Mas eles vão à cidade e ali tem subemprego, porque não tem qualificação. Ali ele vê o seu filho envolvido com a criminalidade; ali ele é vítima da criminalidade. O ideal seria que esses trabalhadores permanecessem na área. Mas por que eles não permanecem? Porque eles não têm condições para ali permanecerem. Não têm saúde, não têm educação, não têm água. Não têm absolutamente nada. E por que ele vai permanecer ali? Eu também sairia para procurar um melhor caminho para a minha vida. Isso é normal, é natural.

Agora, a Senhora me perguntou sobre o recebimento de financiamento. Infelizmente, aquele que assume o assentamento sem a titulação do INCRA não vai receber o

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

financiamento. Nós temos que encontrar mecanismos para que isso ocorra. Nós temos que encontrar linha de créditos para que isso ocorra. Mas para que isso ocorra, nós temos que fazer um levantamento das pessoas que ali estão para separarmos o pecador do inocente, para separarmos aquele verdadeiro trabalhador daquele malandro, porque nós sabemos que existe malandro nessa situação. Não podemos generalizar. Existe aquele que está ali somente para vender a área; existe aquele que está ali somente para especular; existe aquele que está ali para ganhar dinheiro. Ele mora na cidade, põe um filhinho ali para ficar segurando, para ter a terra como instrumento de exploração. A terra tem que ter uma ligação de trabalho, com preservação ambiental, que a CPT define desde a década de 70.

Então, nós temos que encontrar esse mecanismo separando aqueles trabalhadores que efetivamente são clientes daqueles outros que não são. Esses outros que não são, que eu tenho certeza que representam uma minoria, caso de polícia. É uma outra situação. Agora, não podemos tratar todos como caso de polícia.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Com a palavra...

Pois não... Identifique-se, porque está sendo taquigrafada a nossa Audiência Pública.

O SR. GABRIEL RODRIGUES - Eu sou Gabriel Rodrigues, do acampamento do Rosário, de Campo Verde.

Eu faço uma pergunta ao Deputado Zé Carlos do Pátio e ao Dr. Pedro Taques. Nós estávamos em uma fazenda no Município de Campos Verde...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Boa Esperança.

O SR. GABRIEL RODRIGUES - Boa Esperança, e nós tivemos a ameaça de um despejo. Nós fizemos uma manifestação. E até o doutor chegou e garantiu de encostarmos para negociar que saíssem os documentos. E lá com noventa dias nós iríamos retornar para ter um documento nas mãos e começarmos o nosso trabalho. Nesses tempos nós ficamos um ano e três meses. O que nós recebemos disso foi um despejo, porque hoje estamos à beira da BR-070, embaixo de um redão da rede elétrica, com muito perigo, com perigo demais, até de uma carreta desgovernada passar por cima dos nossos filhos, passar por cima das pessoas mais velhas que estão lá. E isso para nós está sendo uma preocupação.

Eu estou pedindo a vocês isso, com emergência, que possamos ser acolhidos e organizados em algum lugar para que não fiquemos nesse perigo. É com o que nós mais temos preocupação. E contamos com vocês para que nos ajudem. É isso que nós pedimos. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Dr. Pedro Taques, eu quero falar da Fazenda Boa Esperança. Eu nunca vi na minha vida o que está acontecendo com a Fazenda Boa Esperança. É uma terra que já foi decretada pelo Presidente Lula para desapropriação. E o fazendeiro entrou na Justiça Federal e o Juiz Federal sentou no processo e não está dando oportunidade a esses trabalhadores terem a terra para plantarem e produzirem.

É mais uma denúncia que eu faço contra a Justiça Federal, contra os Ministros do Superior Tribunal Regional. E eu quero dizer uma coisa: O que mais está encravando a reforma agrária em Mato Grosso é a Justiça Federal. O INCRA vai, do jeito que vai, ele volta. São os Ministros lá, em Brasília. Eu nunca vi tanto poder que Juiz, Ministro e Desembargador está tendo para segurarem processos de reforma agrária. E isso, companheiros, é uma das maiores indignações que eu tenho como homem público.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Eu acho que a sua pergunta é pertinente porque a desapropriação da Fazenda Boa Esperança, naquela região, e da Fazenda Pantanal, em Jaciara, na minha opinião, será o verdadeiro símbolo da reforma agrária em Mato Grosso. Parabéns pela sua pergunta.

O SR. PEDRO TAQUES - Deixe-me explicar ao Senhor o seguinte: O INCRA faz a vistoria, como nós todos sabemos, termina o procedimento administrativo, remete para o INCRA, em Brasília, e o Presidente da República edita decreto para desapropriação - não é isso? - autorizando o INCRA a ajuizar ação de desapropriação. Quando o Presidente da República edita o decreto o advogado do fazendeiro, do proprietário rural, impetra o mandado de segurança em Brasília, discutindo se a área é ou não produtiva, lá em Brasília.

O Senhor pode ter a absoluta certeza de que os Juízes Federais daqui, do Estado de Mato Grosso, são juízes sérios, dignos. Eu digo ao senhor o seguinte - eu não vou aqui defender o Juiz Federal. Se ele não fosse assim eu falaria -: Todas as ações de desapropriações, todas, são julgadas pelo Dr. Julier Sebastião da Silva, Juiz Federal da 1ª Vara. Para que o senhor tenha uma idéia, o Dr. Julier Sebastião da Silva, antes de ser Juiz Federal, foi Procurador do Estado de Mato Grosso; antes de ser Procurador do Estado de Mato Grosso, ele é advogado contratado pela CPT, pela Comissão Pastoral da Terra. É um Juiz Federal digno; é um Juiz Federal que não senta em cima de processo nenhum, com mais razão em processo de desapropriação. E todos os processos de desapropriação, todos, vão para o Ministério Público Federal, que dá o parecer.

Nessa questão da Fazenda Boa Esperança, foi impetrado mandado de segurança em Brasília. Não são juízes daqui. Agora, o que tem que ser feito aí? Tem-se que cobrar para que essa ação possa caminhar em Brasília, para que o Juiz não determine, lá de Brasília, que o Juiz daqui não possa, que o INCRA não possa, ajuizar a ação de desapropriação.

Mas o senhor pode ter a certeza da verdade: Que os Juízes Federais daqui são sérios. Eu sei disso porque sou Procurador da República há dez anos. Há sete meses eu fui embora para São Paulo, promovido, em outubro do ano passado. O senhor pode ter a absoluta certeza da lisura deles.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - O companheiro quer fazer uma pergunta e ele? Pode fazer.

O SR. DIVINO PAULINO - Eu sou Divino Paulino, do Município de Pedra Preta, do Assentamento Canudos.

Teve alguns assuntos que ficaram para trás, como Banco do Brasil, PRONAF, essas coisas. Infelizmente, há uma falta de comunicação muito grande entre as cooperativas de pequeno crédito e o Banco do Brasil.

Vejam bem: a questão de ter voltado duzentos e poucos mil do PRONAF foi falta de entrosamento do Banco. Na verdade, o Banco, quando chegava lá o pequeno produtor, que não tinha conhecimento, não tinha informação. Eu quero que alguém cite para mim quem conseguiu pegar o PRONAF Mulher, que estava no Banco. Ninguém! Na época, era o Sr. Carlos Vilela quem respondia pelo agronegócio do Banco do Brasil. Nós estivemos com ele, conversamos bastante. Então, falta no meio da comunicação entrosamento, falta conhecimento. Dinheiro tem. Mas o que falta? Falta conhecimento de como fazer um mecanismo para se chegar até essa verba. Então, é isso que falta, que ficou para trás.

Eu quero dizer, agora, o que acontece com essas pessoas que foram imprensadas pelo sistema e, às vezes, têm que abandonar o lote hoje, onde há outros posseiros. Às vezes, aquele posseiro que está lá deu a casa, deu o seu trabalho, para aquele que estava lá em cima e que não tinha condições.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Então, hoje é necessário que o INCRA faça um cadastramento no CPF desse mesmo elemento que está lá em cima. E, realmente, se ele for digno, criando-se a reforma agrária, que se aposse definitivamente, se não for, que seja feita a retirada. Mas, infelizmente, existe um lado negativo entre um sistema e outro. Então, não adianta. Eu sou ser humano, o Deputado Zé Carlos do Pátio é ser humano, todos são seres humanos. Então, onde há o ser humano há falha. Mas há falha que tem como se corrigir.

Eu quero dizer o seguinte: Que na estrutura do INCRA tem que ter uma política voltada para ser melhor aplicada a questão da infra-estrutura, porque uma vez aplicada nunca mais ela retorna. Então, há maneiras de fazê-la bem feita de modo a atender a maioria.

Nós temos um exemplo em Canudos, que não foi feito. Lá tem um investimento de duzentos e cinquenta mil para poço artesiano, que está sendo furado dentro de um buraco. Agora, vão ser usadas duas bombas para jogar essa água em um ponto mais alto. São 17m do nível de terra do local para atender a maioria. Então, isso é um abuso de poder, Sr. Leonel. Esse é um abuso de poder que não pode acontecer. Tem que ser feito? Tem que ser feito, discutido da melhor forma possível para atender a maioria das pessoas.

Infelizmente, na terça-feira passada, que estava um tempo ruim, nós tínhamos uma audiência marcada na Superintendência do INCRA, com o Sr. Leonel. Nós nos deslocamos, juntamente com o Prefeito de Pedra Preta, mas não teve essa audiência. Ela foi desmarcada na última hora. Nós tivemos trabalho para conseguir chegar lá. Eu avisei, liguei avisando: Nós estamos chegando. Eu entrei na Promotoria Pública do Município de Pedra Preta com um processo porque sou contra, estão esbanjando dinheiro, mas o dinheiro não é público. Será pago. Então, daqui a dez anos esses pequenos produtores que estão lá vão pagar. Quando vier o título definitivo, eles terão que pagar pela infra-estrutura do assentamento. Ah, ele será obrigado a abandonar. Culpa de quem? Do INCRA porque não fez a aplicação correta.

Então, vejam bem: Há a possibilidade de se investir quinhentos mil para perfuração de dois poços artesianos, sendo que só um resolve a questão. Não vamos abusar do dinheiro. Há cento e vinte famílias dentro de uma área de reserva ambiental.

Eu quero que o Pedro Taques, vou falar de um modo caipira, mas que é mais fácil, analise bem e nos auxilie para termos uma alternativa de como poderemos entrar com essa liminar. Porque não estamos conseguindo fazer com que se revogue essa questão, que se faça uma questão séria e honesta, porque o INCRA tem que ter pessoas honestas e capacitadas.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - A observação dele é interessante.

Leonel, que você anote para a sua palestra: Estão colocando os poços artesianos, muitas vezes, em lugares não tecnicamente viáveis. Muitas vezes, a alegação é a seguinte: Que está sendo uma definição mais política do que técnica. Em Canudos, colocaram em um lugar, ao invés de atender por gravidade, que terá que colocar uma bomba para bombear para os assentados.

A SR^a REPRESENTANTE DO ASSENTAMENTO SANTO ANTÔNIO DA FARTURA - Bom-dia!

O senhor é tido como um grande homem para nós lá.

Eu sou de São Vicente, do assentamento Santo Antônio da Fartura. E quero lhe dizer: Se for o Ministério Público que atende o pequeno, por que nós, há cinco anos, temos cento e quatro denúncias em Cuiabá, inclusive na sua gestão? Infelizmente, o Ministério Público vai esperar todos falecerem para chamar as pessoas para serem ouvidas? Porque quando o Sr. Leonel assumiu, o nosso assentamento já estava em andamento o corte. Ele não é culpado. Já estava em andamento. A pessoa que entrou lá, a empreendedora que entrou lá, abusou dos nossos velhinhos dando 4,0

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

hectares, 3,5 hectares para os nossos velhinhos dizendo que velho não trabalha. E estão lá cento e quatro denúncias no Ministério Público. E o Ministério Público, em cinco anos, não respondeu e nem chamou ninguém para ser ouvido. Então, vai reclamar para quem? O Senhor, sim, é um grande homem. Quando nós soubemos que o senhor foi embora, todos disseram: Foram para o chão as nossas denúncias.

Então, eu peço ao Senhor que solicite para quem está lá agora que faça um sorteio entre os cento e quatro. Não precisa ouvir todos. Mas ouça pelo menos cinco e veja o que o INCRA fez lá no passado. Acabou. O INCRA não respeitou o meio ambiente, o INCRA não respeitou ninguém, nem as nascentes, nem os idosos.

Então, eu lhe peço encarecidamente. O senhor, sim, para nós, é tido como um grande homem (PALMAS).

O SR. PEDRO TAQUES - Eu só pergunto se o assentamento Santo Antônio da Fartura... A Senhora conversou várias vezes no Ministério Público Federal. Nós, inclusive, requisitamos a instalação de inquérito policial contra, me parece, a Presidente da Comissão. Era uma senhora quem presidia a situação. Lembro-me bem dessa situação. Agora, eu não quero sair daqui com a impressão ou deixar a impressão de que o Ministério Público resolve tudo, Senhores. Nós não temos essa verdade absoluta. Nós não resolvemos tudo. Nós temos falhas, assumimos as nossas falhas. Nós erramos. Muitas vezes, nós erramos.

Agora, nesse caso, o Ministério Público trabalhou, sim, e demonstrou resultado. É lógico que em algumas oportunidades, Senhora, não contentamos a todos. Mas a Senhora pode ter certeza de que nesse assentamento dois assessores que trabalharam comigo ficaram só trabalhando em cima disso. A Senhora sabe. No início foi o Ussiel, depois foi o Rodrigo, que trabalharam em cima disso. Várias vezes conversaram no Ministério Público Federal sobre isso.

Agora, nós não resolvemos tudo. Eu vou dizer porquê. No Estado de Mato Grosso nós temos hoje quatro Procuradores da República para o Estado todo. Mas isso não me dá a desculpa para chegar aqui e falar que não temos tempo para fazer, porque nós temos que fazer. A única coisa que eu posso dizer a Senhora é que, infelizmente, nesse caso, a nossa atribuição não foi cumprida como deveria ser e assumir o erro que fizemos.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu quero colocar o seguinte: Estão abrindo muito a lista, tem a palestra do Sr. Leonel e depois terá perguntas dos trabalhadores. Eu pergunto: Será que é interessante ouvirmos todos os trabalhadores e depois da palestra do Sr. Leonel abriremos novamente? Ou abrimos a palavra agora e depois ouvimos somente a palestra do Sr. Leonel? (PAUSA).

Então, vamos fazer o seguinte: Nós vamos ouvir mais cinco perguntas consecutivas e depois vamos abrir a palavra ao Sr. Leonel, para não dizerem que estamos restringindo a palavra ao trabalhador, para não dizerem que estamos prejudicando o nosso povo. Porque aqui é para o povo falar, mas é importante ouvirmos o Sr. Leonel, Superintendente do INCRA.

Outra coisa que acho ser um peso importante para nós, companheiros: Na verdade, quem está aqui é aliado de vocês.

Aqui estiveram o Deputado J. Barreto, o Deputado Sebastião Rezende, o Deputado Welinton Fagundes, o Dr. Pedro Taques. Nós somos seus aliados. A Senadora. O pessoal de alguns setores da sociedade, do agronegócio, não nos vê com bons olhos porque defendemos o trabalhador. Então, nós temos que buscar saídas para ajudarmos o trabalhador. E esta Audiência tem esse objetivo. No final, nós vamos ter que fazer o encaminhamento desta Audiência Pública para não ficar como disseram: que fala, fala, fala e não tem resultado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Então, nós vamos dar a palavra a cinco companheiros. Depois o Dr. Pedro Taques fará o resumo de tudo e, é lógico, depois que o Sr. Leonel fizer a palestra, se alguém quiser fazer mais perguntas ao Dr. Pedro Taques, estará aberta a palavra, porque o Dr. Pedro está aberto para discutir.

O SR. VALDOMIRO DOMINGUES DE MOREIRA - Primeiramente, bom-dia!

Cumprimento a Mesa, os Deputados do Município de Rondonópolis e dos outros Municípios de Mato Grosso.

A minha pergunta é direta ao Sr. Leonel, Superintendente do INCRA. Seria o caso de um poço artesiano para o Assentamento Dom Osório.

Por que o INCRA não acompanha essas obras públicas? Porque nós temos uma rede d'água. Inclusive, com acompanhamento dos Deputados, dos vereadores, do Município, nós conseguimos também duas caixas d'água. Por que esse poço está saindo em um local fora da rede d'água e fora do local que ela trabalha por gravidade? Nas caixas d'água do Assentamento Dom Osório leva água às quarenta famílias por gravidade. Por que o INCRA não acompanha essas obras, não procura o assentamento, a comunidade para discutir essas obras? A pessoa que pega essa obra chega lá, entra lá e faz as coisas que não deve fazer. Ela tem que procurar a comunidade. Nós temos uma organização lá, temos Associação.

Então, eu queria que o Sr. Leonel revisse isso para nós.

Outro apelo que nós estamos fazendo é para o INCRA rever essas pessoas que estão no assentamento, porque nós temos cinco lotes. São quarenta famílias e tem cinco lotes lá que foram ocupados. Então, nós gostaríamos de pessoas que estão produzindo e que o INCRA fosse e revisse esses detalhes no assentamento para não criar problema. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Valdomiro, identifique-se pelo nome: Valdomiro, do Assentamento Dom Osório, para deixar identificado na Ata.

Com a palavra, o Sr. Evelino Silva, do Assentamento...

O SR. VALDOMIRO - Meu nome é Valdomiro Domingues de Moreira, Presidente da Associação Dom Osório.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Obrigado.

Sr. Evelino Silva, identifique-se e pode fazer a sua pergunta.

O SR. EVELINO SILVA - Eu sou Evelino, representando o Assentamento Celmir.

Tem uma pergunta para o Sr. Leonel, Superintendente do INCRA, da seguinte forma: Nós estamos ali em seis cidadãos, legalizados há mais de quatro anos, e estamos sem habitação. No final do ano, no final de dezembro, teve um representante do INCRA e se formou uma comissão, que abriu a conta. Ele disse que tinha verba. Só que dessa verba, até hoje, não foi repassado material para o Assentamento. E, também, disse o seguinte: Que ele iria convocar três casas de materiais de construção. A que tivesse o preço mais baixo liberaria o material. E se caso não saísse o material de construção naquele ano, esse dinheiro voltaria para o Tesouro Nacional. E nós estamos na espera desde dezembro. Não saiu o material até agora. Estamos prejudicados. Lá há pessoas morando debaixo de lona, já com quatro anos. E nós não fomos ainda beneficiados com aquela habitação.

Agora, eu queria a resposta concreta dele. Por que nós estamos prejudicados até hoje? Se esse dinheiro estava liberado, por que não recebemos e não fomos beneficiados? Aí tem um erro.

E tem outra pergunta para o Sr. Leonel. Aquelas pessoas que foram legalizadas... (VIRADA DE FITA) ...do INCRA que não estão se esforçando por essas pessoas, que são pessoas que precisam.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Tenho outra pergunta, também, para fazer para o Leonel: Quanto àquelas pessoas que compraram - tiveram pessoas que compraram mesmo, não adianta negar, vocês sabem que existem, isso nunca vai acabar - nós vamos ao Banco do Brasil e lá dizem que eles não têm direito de financiamento, mas por quê, se é o nome do outro que está no SERASA, se é o outro que não pagou a conta?

Existem pessoas dignas e capazes de trabalhar em cima do lote, e por esse motivo é que tem uma pessoa lá, um picareta, que deu calote no Banco do Brasil e aquela outra pessoa não tem direito.

Eu quero uma resposta concreta, porque eu quero levar para a minha comunidade, passar a objeto concreto para eles.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu quero colocar que a pergunta para o Leonel vai ser depois da palestra dele, porque, senão, depois não vamos poder abrir a palavra para os trabalhadores fazerem suas perguntas.

Mas as suas perguntas, ele anotou e vai responder para você. Está bom?

O SR. EVELINO SILVA - É o seguinte: Tem compradores que foram legalizados, que tem um contrato com o INCRA, já tem um contrato com o INCRA, mora em cima da área e estão em busca de um pronunciamento e não estão conseguindo.

Então, eu queria uma sugestão concreta.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Você vai sair daqui concreto, porque depois da palestra do Leonel, vamos ouvir perguntas e ainda vamos receber comitivas. Nós vamos tirar dúvidas dos trabalhadores. Nós estamos aqui para ouvir todos os trabalhadores.

Com a palavra a Srª Euripa Reis, do Assentamento 17 de Março.

A SRª EURIPA REIS - Eu vou ser bem rápida, até porque o Deputado Zé Carlos já sabe mais ou menos o nosso problema lá do Assentamento 17 de Março, do Olga Benário, que seria a questão do poço.

Seria uma pergunta para o Leonel, mas eu vou fazer aqui e depois ele responde na medida do possível.

O nosso poço está com quatrocentos e noventa e sete metros, o INCRA até hoje não apareceu lá para ligar essa água, nós nem sabemos se tem água naquele poço que dá para manter vinte e uma famílias.

E a outra pergunta, eu acho até uma reclamação, é na questão da energia elétrica. Hoje, nós estamos pagando ...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu vou fazer o seguinte... Eu estou sentindo que as perguntas agora estão todas direcionadas para o Leonel. Nós vamos abrir a palavra para o Leonel, vamos ouvir a palestra dele e depois vamos começar a fazer ...

Nós temos que ser objetivos, porque nós vamos ter que ouvir o Leonel. As perguntas estão sendo para o Leonel e não para o Dr. Pedro Taques.

Então, essas inscrições aqui vão ser prioritárias depois da palestra do Leonel. Combinado?

A SRª EURIPA REIS - Eu fiz a inscrição, dizendo que queria falar com o Leonel, só que eu vou terminar o meu raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Pode terminar.

A SRª EURIPA REIS - É a questão da energia elétrica.

A nossa energia era uma rede que passava, que ia para Poxoréo, puxaram lá não sei quantos quilômetros, nós pagamos, hoje, sessenta e dois reais de energia de uma taxa, além do consumo.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Então, o pessoal não está agüentando mais pagar energia. A maioria da energia lá está cortada e o Governo fazendo propaganda, alguém aí que é da energia, que está aqui, estão fazendo propaganda de Luz para Todos, enquanto que nós estamos carregando nas costas a luz para todos.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Obrigada, senhora. Anote, pessoal, por favor.

Vamos ser bem objetivos, mas se for para o Leonel, gente, vamos esperar a Audiência. É que eu quero esperar os trabalhadores. É para o Leonel? É Isaias? Então vamos começar com o Leonel. Vamos começar a Audiência com o Leonel?

Sr. Isaias, o senhor quer falar com o Leonel?

Depois do debate, o senhor é o primeiro a perguntar.

O SR. ISAIAS - Eu quero perguntar para todo mundo, não é nem para o Leonel e nem para o Pedro Taques.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Tudo bem. Então, depois nós começamos o debate. Depois da audiência, nós vamos abrir para todo mundo perguntar para o Leonel, porque estão perguntando para o Leonel, sendo que as perguntas seriam para o Dr. Pedro Taques. Você concorda comigo?

Com a palavra, o Sr. Isaias.

O SR. ISAIAS - Boa-tarde meus amigos.

Vejam bem, é uma pergunta para todos nós. Essa retomada de lote aí, vamos falar rápido, porque é muita gente para falar.

Veja bem, doutores, senhores, senhoras, todo mundo, eu acho que o INCRA tinha que fazer uma treinamento - eu estou representando a Carimã... Precisava fazer uma triagem com as pessoas que estão sendo tomados os seus lotes. Se a outra foi embora, é porque não tinha condição de falar o que já tinha falado.

Agora, essa pessoa que veio, precisa trabalhar. Agora, façam uma treinamento, se a mão é calejada, primeiro, se é trabalhador, faça uma treinamento dessas pessoas que estão vindo ali tomar conta daquele lote, dar seqüência no trabalho, produzir em cima, criar suas famílias. Então, faça uma treinamento adequada.

O Banco do Brasil, quando vai fazer um financiamento, não faz a treinamento de cada um?

Faça, INCRA, por favor, a treinamento para ver se esse trabalhador, realmente, é trabalhador, se merece a terra, aí faça justiça. Se é uma mão fininha, que não é calejada, amigo, manda embora da terra e coloque um outro, mas um mão calejada de trabalhador realmente. Quem é que não conhece o trabalhador? Vocês todos conhecem.

Então, faça uma treinamento. Venha uma comissão, primeiro, identifica-se os fundadores desse acampamento, a associação, para poder fazer o que estão fazendo, despejando os coitados que estão ali trabalhando e colocando outro que, às vezes, não é afinado com a terra. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu posso agora passar a palestra para o Leonel a palestra?

Então, com a palavra, o Dr. Pedro Taques, que vai fazer todo um apanhado de todas as perguntas que foram feitas para ele. Depois, nós vamos passar para a palestra do Dr. Leonel.

Eu quero colocar aqui que as perguntas eram para o Dr. Pedro Taques, as duas três últimas foram para o Leonel. Depois da palestra do Leonel, vai ser aberto para o debate. Além disso,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

o Leonel vai atender as comitivas. Fiquem aqui hoje, tem almoço. Nós estamos aqui para ouvir os trabalhadores, pegar tudo.

A Senadora Serys tinha uma caminhada, em Cuiabá, veio para esta Audiência, ela está marcando uma audiência com o Ministro, vai para a luta conosco também. Então, nós estamos aqui para ouvir o trabalhador.

Com a palavra, o Dr. Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES - Eu gostaria de agradecer a educação com que me ouviram e eu também estou louco para ouvir o Leonel. Eu acho mais interessante o Leonel falar. Muito obrigado por tudo.

O SR. LEONEL WOHLFAHRT - Meu bom-dia a todos e a todas!

Em especial, em nome do Deputado Zé Carlos do Pátio, eu me permito saudar a todos os componentes homens da Mesa, que estava formada antes, e, em nome da Senadora Serys Shlessarenko, cumprimento as mulheres que estiveram fazendo parte da Mesa.

Na verdade, nós vamos tentar aqui fazer uma situação de apresentação, primeiro, considerando que esse aqui é um espaço democrático. A sociedade brasileira está cada vez mais se articulando para conseguir dirigir o país, e essa é a importância desses espaços. As contradições, as diferenças têm que ser tratadas assim: olho no olho, e nós do Governo Lula não fugimos disso, podem ter certeza.

A Senadora que está aqui; a Deputada Verinha Araújo que está ali; e este Superintendente que aqui também está, nós não fugimos do debate seja com quem for. Esta é a primeira coisa.

Este aqui é um espaço democrático e é para ser usado dessa forma. Nós esperamos receber críticas e aqueles que nós achamos que receberão as devidas críticas.

Então, é assim que nós tratamos. E o nosso Governo quer construir com a sociedade brasileira uma forma da sociedade governar o país. É assim que nós temos feito desde que assumimos o INCRA. É importante, porque os movimentos, que aqui estão, sabem disso, nós chamamos os nossos parceiros para discutir aquele pouco recurso que tem para o INCRA trabalhar. É ali que nós decidimos, fazendo disso um ato participativo da sociedade. Nós chamamos também os executivos municipais, o Governo do Estado, porque reforma agrária não adianta querer dizer que é o Leonel ou o Rosseto que vai fazer, é a sociedade brasileira. Se assumir assim, vai acontecer, porque, senão, não vai fazer.

Do jeito que o nosso Procurador Pedro Taques falava ali que lá no Japão se fez em vinte e um meses, aqui é muito complicado, até porque os nossos representantes legisladores, que são aqueles que fazem a lei, muitas vezes descumprem a lei. Esse é o problema do nosso país, e nós temos que tratar nesse espaço aqui a forma de melhorarmos isso.

Então, é para isso que vimos aqui e vamos tratar, em dois momentos, a questão da reforma agrária aqui no Estado de Mato Grosso.

Primeiro, nós vamos falar da reforma agrária no Estado de Mato Grosso, dos precedentes da reforma agrária, daquilo que deixaram para nós aqui neste Estado. E não vejam agora, depois de dois anos que nós estamos no INCRA, dizer que nós temos que resolver as coisas. Não é assim e nós compramos o debate e apontamos aqueles que nos antecederam, dizendo que se comprometeram e deixaram aí.

Nós olhamos no olho do companheiro e da companheira e dizemos assim: Se dá, dá. Se não dá, companheiro, você me desculpe... E o Chico é um desses que sabe e por isso ele me provocou antes com aquela pergunta com relação ao Pedro Taques e que nós temos falado dessa forma.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Dr. Pedro Taques fez, realmente, uma consideração, dizendo para que o INCRA, em nível nacional, e por consequência aqui, parasse de gastar dinheiro público com desapropriação e aquisição de terra, enquanto não resolvesse o problema dos imóveis que estão irregularmente ocupados.

E para nós, na lei, o imóvel é grande ou pequeno, não tem diferença para mim, porque quem vai depois lá dizer para mim se estou certo ou errado é a justiça, e é por conta disso que estamos fazendo.

E por duas vezes, lá no INCRA, nós tivemos que sair pela porta dos fundos, porque a Polícia Federal estava lá para nos levar por conta de que estamos fazendo um trabalho correto da casa. Isso é importante dizer aqui.

Então, voltando agora ao nosso fato inicial aqui. Nós temos um relatório de 2004, e nós vamos considerar algumas questões iniciais aí.

Em 2004, não sei se todos sabem, mas é importante que saibam, teve uma greve dos servidores da casa que paralisou o INCRA, aqui no Estado, por 61 dias, a partir de abril, e era justamente na época que estavam chegando os recursos do INCRA para nós começar a colocar o nosso time no campo. E aí paralisou por 61 dias e nós tivemos um problema seriíssimo para lançar as licitações de tudo aquilo que o INCRA precisava fazer: poço, estrada, saneamento, casa e por aí vai e, principalmente, adquirir veículo, porque essa casa, quando nós chegamos lá - e a Senadora sabe disso - tinha um relatório que dizia que tinha cento e três veículos no INCRA, e eu achei que era um negócio importante porque ia dar para trabalharmos, tem 383 servidores, com 103 veículos dá para colocar o time no campo. Mas quando nós fomos procurar os bichos, nós achamos 19 veículos e a maioria com mais de sete anos para trabalhar. Esse é o INCRA que deixaram para gente ocupar.

Outra coisa, os 383 servidores que tem no INCRA, com quase dez anos de salário estagnado, a chamada alto estima dos servidores estava debaixo do chinelo. assim como eu sei que os companheiros do acampamento também têm. Nós não desconsideramos isso, mas por conta disso, nós achamos que a greve era importante, porque o nosso Governo, que é um Governo popular, ajudou a sociedade a pensar assim, a fazer dos movimentos de paralisação o seu ato de glória de ajudar a decidir e fazer as coisas acontecer.

E é por conta disso que foi aprovada a única instituição nacional que teve um plano de cargos e salários. Foi o INCRA no país, porque o Governo Lula acha que esse INCRA tem que andar, que esse INCRA tem que fazer a reforma agrária. E a única possibilidade, naquele momento, era um plano de cargo e salário.

E outra coisa, nos últimos dez anos, o INCRA perdeu quatro mil e quinhentos servidores que se aposentaram, outros morreram e nunca se recuperou isso.

No nosso Governo, nós já fizemos um concurso para 366 novos servidores. Aqui no Estado nós temos seis servidores desses, e, no mesmo momento do plano de cargos e salários aprovados, novos quatro mil e quinhentos servidores para o INCRA para que nós, até 2006, tenhamos pernas para trabalhar.

Esse é o nosso Governo. Aos poucos fazendo a coisa acontecer. E, neste ano, ainda vão ser contratados mais mil e vinte. Para nós, do Estado de Mato Grosso, numa outra ocasião aqui, nós dissemos que se chegar mais sessenta servidores nosso aqui, vamos colocar o INCRA para andar como nunca andou no Estado de Mato Grosso.

Então, é importante o que se teve isso no ano passado; é importante que eu falava aqui no sucateamento, o INCRA, quando chegamos lá, no coração do INCRA, que é o lugar que fazemos a desapropriação, onde tem os técnicos, os agrônomos para trabalhar, tinham vinte e seis

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

companheiros lá trabalhando com três micro computadores, daqueles de cinco anos atrás que tinha que fazer fila para fazer o trabalho andar.

Então, desse jeito, uma situação dessa não anda. Esse INCRA tem dentro dele duzentos e quarenta mil processos em andamento, tramitando lá. Cada folha desses processos tem que alguém do INCRA dar o seu parecer, escrever alguma coisa, é por conta disso que não anda esse negócio, é por conta dessa situação. Mas é importante que os companheiros entendam que se nós colocarmos mais gente lá dentro - e nós estamos fazendo isso no Governo Lula - nós vamos fazer andar a casa. Nós preparamos o INCRA nesses dois anos.

Nós fomos a única Superintendência no país - e podem procurar no *site* do INCRA - que adquiriu 16 veículos, Deputado Zé Carlos do Pátio, a única, porque nós apertados e comungados pelos movimentos sociais, dissemos que com 19 veículos não íamos trabalhar. E aí, nós conversamos com os movimentos sociais, tiramos dinheiro de uma outra ação, transferimos para comprar veículo e compramos. E por conta disso, eu sei - o nosso Procurador está aqui e sabe disso - nós temos o Tribunal de Contas, amanhã, na minha cabeça, porque eu desviei o recurso para atividade fim. Mas é isso que o gestor tem que fazer, se nós quisermos fazer a reforma agrária.

Nós fizemos isso, Deputado Zé Carlos do Pátio, e, com certeza, vamos responder.

Nós temos uma outra situação: Nós compramos para cada dois servidores do INCRA uma maquininha para digitarmos as coisas lá dentro. Então, nós temos condições, hoje, de fazer os processos informatizados andar, por conta de que essa é a nossa possibilidade de fazer a reforma agrária.

Nós tivemos uma outra questão que demorou e está demorando a nossa possibilidade, o INCRA agora está assumindo também fazer o processo de reforma agrária dos irmãos negros, daqueles que vieram para cá, trazidos como escravos. E nós reconhecemos, enquanto Governo, que nós temos que fazer andar, realmente, a reforma agrária para assumir os quilombos. Só que esses são sujeitos diferentes, não são aqueles companheiros debaixo da lona que nós éramos acostumados a lidar. Nós temos que aprender a lidar com eles e isso está demorando a nossa situação até pensar.

Até porque, Deputado Zé Carlos do Pátio, aqui no Estado, a Justiça Federal tem feito um sofrimento muito grande em cima dos companheiros irmãos negros que vem a toda hora sendo despejado em cima de terra de quilombo. E nós, realmente, comungamos com essa situação da justiça aqui no Estado que tem entravado o nosso processo de reforma agrária.

Nós temos também hoje a responsabilidade de assentar os ribeirinhos que são outros sujeitos que não são os nossos normais, são aqueles que vivem da pesca no Estado e que nós estamos apreendendo a lidar ainda com eles, por conta de que não conhecíamos ainda essa situação.

Ainda nós tivemos algumas situações que atrapalharam, mas que foram importantes, que foi a construção do segundo plano regional de reforma agrária do Estado, que foi construído com a participação dos movimentos sociais, de ONGs e de vários executivos de algumas prefeituras. Foi uma participação, onde nos indicou como deveria ser a reforma agrária no Estado. E é dessa forma que nós estamos conduzindo no Estado. O que foi decidido dentro do PRRA, que nós estamos fazendo, que é o Plano Regional de Reforma Agrária.

Nós temos duas marcas diferentes, aqui no Estado, para avançarmos nas perspectivas de mudar o INCRA. A primeira, nós criamos o primeiro e até hoje o único Projeto de Assentamento de Mulher no Estado, chamado PAC Mulher, que é um Projeto em conjunto com uma ONG e em conjunto com uma prefeitura do Estado. Para que isso? Porque sempre que o companheiro e a companheira sentam para fazer o seu projetinho lá em casa para pegar o PRONAF, vai colocando as vaquinhas, as galinhas e por aí vai, pega um pouquinho de fruta para colocar no

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

quintal, a companheira pede uma máquina de costura, e quando nós vamos somar esse negócio, dá mais que o dinheiro que nós podemos pegar lá no banco e aí tem que cortar. E o que é que corta nesse negócio? Corta o que as companheiras, as mulheres, pediram, nós temos que fazer a diferença, fazendo nova forma de trabalhar.

Nesse projeto, são as companheiras mulheres que vão dizer o que falta para receber o projeto. É o primeiro do Brasil, o único aqui no Estado, e nós estamos desafiando as companheiras mulheres para nos ajudar a construir outros aqui na perspectiva, não de dizer que o companheiro está errado, que o homem é machista ou sei que lá para ajudar a dirigir, de fato, porque a única possibilidade da gente andar é quando homem e mulher se reconhecerem enquanto parceiros, enquanto equilíbrio de relação, e isso nós estamos fazendo aqui no INCRA.

Embora muito pequeno, Deputado Zé Carlos do Pátio, mas é importantíssimo para nós mudarmos o pensamento dos homens e das mulheres, porque para que melhor situação dos companheiros reconhecer o valor da companheira mulher, porque se não fossem as mulheres, não tinham os homens. Elas são nossas mães. Essa é a importância que a gente criou uma diferença aqui no Estado de Mato Grosso.

E uma outra diferença, nós temos um Projeto de assentamento em agroecologia, aqui no Estado de Mato Grosso também, que é um projeto de assentamento onde não se usa agroquímico, que também é uma parceria com o movimento social e com uma ONG, na perspectiva da gente, de uma vez por todas, desvendar esse negócio que é só adubo químico, que é só veneno que faz produzir. Com certeza, não é isso. E nós estaremos provando nesse projeto. Ainda temos a perspectiva de introdução nisso aí do biodiesel.

Agora, vou dar uns dados que são importantes trabalharmos aqui também no Estado.

No Brasil, no ano passado, nós tínhamos uma meta de assentar 115 mil famílias. Nós conseguimos assentar oitenta e uma mil, duzentos e setenta e quatro famílias, atingindo uma meta de 70.6% no país. E dentro desse termo assentado para o INCRA tem diversos conteúdos, tem muita gente que saiu debaixo de lona, mas tem outros que foram regularizados, assim como alguns estão querendo aqui regularizar. Nós regularizamos aqueles que, no contraditório, conseguiram nos comprovar que realmente tinham esse direito. No país inteiro foi feito isso e aqui no Estado de Mato Grosso.

A nossa meta, aqui no Estado, era treze mil e quinhentos, nós iríamos contribuir com 11,7% do que seria assentado no país. Nós assentamos dez mil, duzentos e cinquenta e quatro famílias, passando 75,9% da nossa meta. Mas nós, em nível nacional, conseguimos contribuir com 12,7% dos assentados.

Então, é importante que a gente saiba que essa Superintendência passou da sua possibilidade em nível nacional.

Nós realizamos, no ano passado, cento e cinquenta e quatro vistorias preliminares, aqui no Estado, e de avaliação, criamos onze projetos de assentamentos e ainda reconhecemos cinquenta e quatro projetos do INTERMAT, que é um parceiro que nós passamos dezoito milhões de reais para que eles construíssem as casas no seu sítio, porque, senão, o INTERMAT não teria nem como trabalhar neste Estado.

Nós ainda fizemos vinte e seis ações de retomada de grandes imóveis, que é aquilo que o Dr. Pedro Taques já falava, que nós entramos na ação aqui, inclusive a Fazenda Pantanal é uma que está aqui. Nós ainda entramos com duzentas e sessenta e uma ações de retomada de lotes, dessas que estavam o problema aqui. É importante para vocês verem que são 261, 264 já estão para imissão de posse.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Mas eu quero falar aqui como é feito isso. O INCRA fez um calendário em conjunto com o Tribunal de Contas da União e com parte do ordenamento do Ministério Público Federal - e vai passar em todos os projetos de assentamento - para ver aquelas que estão em situação irregular. E como é que faz? Vai um técnico do INCRA lá para dentro, vê a situação e constatado que a pessoa não é aquela que deveria estar lá, é feita uma notificação. E eu ouvi, hoje, alguém aqui dizendo que teve momentos que não foi feito isso. Nos apresente - inclusive é um Vereador - essa denúncia por escrito que nós vamos apurar, porque não é assim que se faz.

Nós vamos lá, vistoriamos, constatado que não é quem deveria estar por conta da nossa documentação, faz uma notificação, a pessoa tem direito de ir lá explicar o que está fazendo e comprovar para o INCRA que é ela que deve ficar ali. Se não for aceito isso - essa é a situação que foi feita aqui - depois o técnico, em cima de um documento da nossa Procuradoria, que é a nossa assessoria jurídica no INCRA, volta o técnico lá dizendo: Olha, você não é nosso cliente, você vai ter que sair. Isso é uma ação administrativa do INCRA.

Feito isso, tem também um determinado tempo, se não deu isso, a nossa Procuradoria envia para a justiça, porque é a Justiça Federal que vai dizer daí se vai ser aquela pessoa ou se vai ter que sair de lá. E é isso que está acontecendo aqui.

Então, é um processo jurídico. Nós não fizemos nada por conta que eu não gosto do Pedro ou da Maria. Aqui é uma instituição pública e nós temos feito dentro da legalidade. Então, qualquer situação fora dessa, nos apresente, escrevam, porque só no falar também, eu não tenho como tocar o processo para frente.

Tem gente que falou aqui que nós temos servidores corruptos, que faz diferente de um lado, que faz de outro, para mim isso só não adianta. Eu não consigo fazer nenhum processo se for assim. Eu preciso que vocês me escrevam e levem para mim, porque aí eu vou, realmente, fazer um processo de sindicância para aferir isso. Isso é o que a sociedade precisa e deve fazer. Nós temos muitas sindicâncias dentro do INCRA por conta dessas situações.

Nós também temos uma coisa aqui interessante, que nós conseguimos, no ano passado, fazer um acordo com grandes ocupantes de imóveis - é importante que vocês saibam disso. Como é que é isso? Nós entramos com uma ação de reintegração de posse, assim como essa que está sendo feita aqui, ocupantes de oitenta mil hectares, de cinquenta, nós perdemos na justiça logo depois, aí nós os chamamos: Vem cá, o povo nosso, que é o nosso cliente, está do lado da área, está do lado da Pantanal, está do lado da Grandene... Nós precisamos colocar essa pessoa para trabalhar a terra. Vocês sabem que essa terra que vocês estão em cima não é de vocês, é ocupação irregular, mas por outro lado eles sabem que na justiça ficam demorando, um, dois, três, quatro, cinco anos.

E plantando soja, Deputado Zé Carlos do Pátio, em um ano, eles tiram o valor que eles pagam para os Advogados segurarem essa área. Essa é a questão que está em jogo. E nós, então, fizemos uma discussão, os chamamos: Nos devolvam parte dessa área, porque os ânimos vão se acalmar, nós vamos colocar os nossos parceiros em cima da área, eles não vão ocupar a terra de vocês, e aí nós continuamos a briga na justiça. E assim, nós conseguimos quatro acordos aqui no Estado, onde nós recebemos de volta dezesseis mil e setecentos hectares de terra, que é importantíssimo para uma perspectiva de nós resolvermos o mais rápido a situação.

Eu gostaria - vou falar aqui, porque tenho certeza que o Jota vai ouvir depois, porque está gravado - demais que o Deputado J. Barreto, que é nosso companheiro de Governo, fizesse a mesma defesa que ele fez aqui dos companheiros, que ele tem razão aqui, porque tem que fazer isso. Nós vamos ter que ir à justiça verificar essa situação. Agora tinha que fazer também para os grandes ocupantes, porque é a mesma situação. Ninguém faz uma defesa desse jeito lá. Os

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

grandes só mandam. É mandar neguinho dar tiro na gente, mandar ameaçar os companheiros que estão lá no lado da terra, os companheiros aqui sabem disso, é assim que acontece.

Essa é uma situação... Deputado, eu sei que o senhor tem coragem, Senadora Serys Slhessarenko, eu sei que tem coragem e já fez isso, nós temos que ir lá para o palanque defender o imediato retorno da terra pública desse Estado que está na mão dos grandes, e aí fazer um grande avanço.

O que é que está acontecendo? E eu chamo a atenção, porque a Senadora está aqui e para ela me ouvir. Aqui no Estado de Mato Grosso estão sendo regularizadas as terras públicas do Estado de Mato Grosso, e a Assembléia - vocês sabem disso - com dois, três ou quatro votos contrários, o resto regulariza para o grande que está lá, e a terra publica. Por que não regularizar para nós aqui? E cobra quinhentos reais por hectare. O INCRA tem pagado até quatro mil reais por hectare. Se entregarem essas terras do Estado para nós, nós compramos todas, Deputado. Vamos fazer essa proposta. Se entregarem para nós a quinhentos reais do jeito que estão regularizando para o grande, nós compramos todas, é mais barato para o INCRA. Essa é a coisa que tem que ser colocada aqui.

E eu tenho certeza que o companheiro J. Barreto deve fazer um pronunciamento lá na Assembléia também pedindo a desocupação imediata dos grandes imóveis rurais, aqui do Estado de Mato Grosso, que estão nas mãos de grandes.

Nós temos quatrocentos e oitenta e dois lotes, grandes imóveis, que somados dão três milhões e seiscentos mil hectares de terra, que se nós recebermos de volta, resolvemos o problema de cem mil acampados no Estado. Essa é a importância dessa situação.

Então, quando a gente fala de uma coisa mais próxima de nós, nós também temos que lembrar aquilo que está ali atrás, porque vai resolver o nosso problema. Então, é importante isso.

Aqui no Estado, tem três milhões e seiscentos mil hectares de terra num processo que o Pedro Taques falava aqui antes que foi ele que iniciou, aqui no Estado, em 1997, pedindo para o então Superintendente que apresentasse as terras públicas do Estado, Deputado, e até hoje... (VIRADA DE FITA) ...retornar o imóvel que é público, que é nosso e por conta disso eu tenho certeza de que nós temos alguns parceiros, companheiros nossos aqui, que volta e meia estão lá conosco nos questionando e sabem. Nós somos ameaçados de morte neste Estado por conta dessa situação, não é por outra, não. É porque quando nós queremos dar realmente um passo à frente, para trazer aquilo que o Governo Lula sempre defendeu para o trabalhador tem uma outra contraproposta que segura e, se bobear, fazem o que fizeram com a irmã no Pará. Essa é a situação neste nosso País.

Nós não temos medo de enfrentar isso, porque este é o Governo que queremos. É complicado? É. Vocês têm que fazer isso que estão fazendo, se mobilizar. Cada ocupação de estrada que sai aqui no Estado de Mato Grosso tem gente que fala: "Leonel, o que você vai fazer? Esse povo não tem jeito. Tem que botar a polícia". Essa é a mobilização do público dentro da área pública, porque rodovia é pública. É assim que as coisas têm que ser feitas, para dialogarmos, para avançarmos. Porque se chegar só esse superintendente lá em Brasília e dizer assim: Olha, Ministro, nós precisamos de mais uns 10 milhões, porque a reforma agrária está complicada. Ah, lá no outro Estado tem um monte de gente parando estrada, parando o INCRA e por aí vai.

Então, essas mobilizações são importantíssimas sob o aspecto de dialogarmos, o que é popular no nosso Governo, porque dentro do nosso Governo tem alguns que são contrários a isso que estou falando aqui. Então, é a contradição que está estabelecida e a única forma de avançar é trazendo a sociedade junto para defender o que nós estamos querendo defender.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Por isso esse é um momento importante para vocês: se mobilizem, se organizem, façam as ações, nos cobrem. Nós estamos prontos nesse aspecto. Não temos problema nenhum em dialogar. Se acharmos que estamos errados, nós recuamos; se acharmos que estamos certos, vamos avançar; e se acharmos que temos que dizer que não dá, vamos dizer que não dá. É assim que fazemos.

É importante dizer que fizemos uma ação no ano passado aqui que foi histórica e temos que falar, porque embora um companheiro tenha vindo aqui reclamar de seis habitações que estão faltando no projeto, inclusive depois nós vamos ver como vamos fazer, mas aqui no Estado de Mato Grosso, no ano passado, nós disponibilizamos quase 70 milhões de reais em cento e oitenta e poucos projetos de assentamento para fomento, para o companheiro comprar alimentação, comprar semente, comprar enxada e além disso construir sua casa.

Nós fizemos o maior programa da história do INCRA de Mato Grosso aqui no Estado. São 13.041 novas habitações sendo construídas com dinheiro que essa Superintendência disponibilizou. É importante que saibamos disso. Nosso Governo está fazendo, aos poucos, mas está. Nunca foi feito isso no Estado de Mato Grosso, inclusive estamos preocupadíssimos, porque sabemos que a indústria dentro do Estado de cerâmica, aquela que faz tijolo e telha, não terá condições de produzir aquilo que precisamos. Isso é importante.

Nós estamos trazendo desenvolvimento para o Estado de Mato Grosso, porque até do outro lado o Governo do Estado também está construindo em torno de 13 mil e a soma disso não vai dar realmente para fazer as construções com cerâmica daqui. Ou seja, algum outro industrial que tiver coragem pode vir para cá e pode produzir telha e tijolo para aqui vender, com recursos do Governo Federal.

Nós temos ainda a dizer que no ano passado nós iniciamos a construção, porque algumas estão sendo feitas agora ainda, em oito projetos de assentamento, 203 quilômetros de estradas, 31 poços artesianos sendo construídos, ainda topografia em 4 projetos e em 11 projetos foram inviabilizados, porque está muito baixo o preço e aqueles que fazem esse trabalho não quiseram assumir.

Nós temos licenciamento ambiental em 28 projetos de assentamento, dos quais 02 já estão aprovados. Todos os projetos de assentamento do INCRA do Estado de Mato Grosso, todos, fora esses dois que aqui estão licenciados, não estão licenciados na questão ambiental. Tudo isso que foi feito para trás deixaram para nós. Pior...

Estão falando ali em 203 quilômetros de estradas. Só para vocês terem uma idéia, é muito pouco, é pouquíssimo, mas foi o que deu para fazer com o dinheiro que tínhamos no ano passado. Nesse ano nós pretendíamos chegar em torno de 600 quilômetros de estradas. Foi contingenciado o nosso recurso - vocês sabem disso - e essa ação aqui é importante para levantar o brado para descontingenciar esse recurso. Mas o mais importante é que dentro dos projetos de assentamento do INCRA no Estado de Mato Grosso estão faltando 18 mil quilômetros de estradas para recuperar ou para fazer 18 mil quilômetros. Isso dá para ir ao Estado do Rio de Janeiro quatro vezes e voltar. Essa é a situação em que pegamos o INCRA. É por isso que a situação é do jeito que vocês falam, não é por conta do que estamos fazendo, porque fizeram sempre de conta - larga o povo lá e deixa que depois eles se viram. Nos nossos, nos que estamos criando, podem nos cobrar aqui, aqueles que criamos, estamos indo passo a passo, inclusive contratando assessoria técnica, social e cultural, colocando técnicos lá para ajudar a decidir o que é melhor para o assentamento, para não ter que depois sair de lá e fazer o que fizeram. Este é o nosso Governo.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Em três anos, vamos fechar os assentamentos que estamos criando. Não vamos ficar devendo nada para aqueles e aquelas que estão sendo assentados pelo nosso Governo. Os outros, vamos recuperar à medida que as pernas nos deixarem.

Outra situação, que é a pior, é a situação da água: mil e cem poços faltam ser feitos nos projetos de assentamento do INCRA. Agora, com o companheiro Juca na FUNASA, nós vamos tentar ver se fazemos um acordo para ajudar em alguns momentos.

O pior dessa situação é que nós pegamos no ano passado um recurso e separamos para tentar comprar umas duas perfuratrizes para ver se resolvíamos mais rápido isso - quatro milhões para comprar duas. Sabem quantos poços nós iríamos fazer por ano? Cem poços. Iríamos levar 11 anos fazendo poços e não tinha o dinheiro ainda. Fui brigar em Brasília: “Não tem”. Essa é a situação. A situação é uma situação que foi sendo deixada e aquilo que pegamos é o que aí está.

Nós estamos na parceria - isso é importante. Não sai da cabeça deste superintendente nada para o INCRA. Todas as ações são feitas de vistoria, inclusive hoje é importante que vocês saibam que aqui temos dois companheiros agrônomos, inclusive um que veio de Roraima e um que veio da Barra para iniciar a vistoria de sete áreas aqui na região, por conta de um acordo que nós já éramos para ter iniciado, mas por conta de que as pessoas não receberam a notificação para entrarmos na fazenda e, quando receberam, colocaram lá que só é possível se for um perito da justiça junto. Isso é legal e tem que aguardar. Mas a partir de segunda-feira já tem dois agrônomos nossos aqui para cumprir as sete fazendas que estão sendo vistoriadas.

É importante também dizer que temos um programa aqui no Estado, que é o programa de consolidação dos assentamentos, que são aqueles assentamentos que já estão mais avançados, a partir de 10 anos, conseguir aplicar recursos para ver se termina, na perspectiva, eu diria assim, de desmamar do INCRA, porque para mim, e eu tenho certeza de que para vocês também é, quanto antes titular cada um de vocês é melhor, menos um que vai estar lá me pressionando e eu posso estar dando condições a outros andarem.

É importante. Nós vamos titular, aqui em Rondonópolis, para quem está com tudo estabelecido em cima dos critérios. Vamos titular este ano ainda. Inclusive ali no Rio Vermelho tem alguns que vamos titular. Nós vamos titular aqui no Estado neste ano em torno de 10 mil famílias. Nós vamos titular companheiros que estão lá, que merecem, que foram exemplos, que ficaram lá, fizeram essa reforma agrária dar certo. Vamos titular. Coisa que não estava sendo feita há quase 10 anos. Há 20 anos não se faz regularização fundiária neste Estado pelo INCRA. Nós estamos debatendo dois anos dentro do nosso Governo e este ano ainda vamos fazer - este ano ainda. Falta normatizar para dizer como é que vai, porque nós temos que ir acabando com os problemas para ficar menos e vermos onde é possível andar mais rápido, atendendo aqueles problemas maiores.

Nós tivemos aqui no Estado também o maior programa de documentação da mulher do País. É importante. Nessa superintendência nós temos companheiras mulheres, que são aquelas companheiras que volta e meia nos visita, deram conta aqui no Estado de visitar, em 22 municípios, 114 projetos de assentamento e colocaram a documentação das companheiras mulheres em dia, porque a companheira mulher recebeu um PRONAF Mulher para gastar, que até agora ainda não saiu, mas vai sair, e quando ela ia ao banco não tinha o documento para se credenciar. Então, tivemos que fazer isso. E aqui no Estado nós fizemos 12.571 documentação, Senadora. É importante, por conta de que isso aqui é a maior ação do País dentro do Estado de Mato Grosso. Doze mil, quinhentas e setenta e uma novas companheiras receberam documentação.

Nós criamos aqui no Estado de Mato Grosso também, em convênio com 16 organizações, inclusive com organizações daqui, com cooperativa do MTA, com a associação de alguns sindicatos de Pedra Preta, e fizemos convênio para a prestação de assistência técnica, social e

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

cultural nos assentamentos e 28 mil famílias estão sendo atendidas no Estado. Estamos aplicando 33 milhões de reais desse recurso e é importante que essa assessoria vai ser uma assessoria para transitarmos entre a perspectiva de utilizar veneno e a agroecologia, para pensarmos um assentamento diferente, para melhorarmos a situação da qualidade alimentar lá dentro. Essa é a importância. É desse jeito que esses técnicos e técnicas, agrônomos e agrônomas vão trabalhar nos assentamentos.

Por fim, temos uma ação de regularização fundiária aqui no Estado, pela Lei nº 10.267, a Lei do Georreferenciamento, inclusive eu recebi um cartão de um companheiro que é da Geomensura, dizendo que não está trabalhando - está aqui o companheiro - e eu vou dizer porquê. Essa história do georreferenciamento é para descobrirmos onde estão as terras no Estado de Mato Grosso, da União, do proprietário - que tem validade - do assentamento, porque tem problema aqui no Estado. Você pega um título de alguém e, de repente, vem outro e diz que é o mesmo título, vem outro em cima e por aí vai.

Nós chegamos, num exemplo, de dezesseis aqui no Estado, Senadora, um em cima do outro. Então, não dá mais. O nosso Estado tem noventa e poucos milhões de hectares, mas nos cartórios, se somar, da duzentos milhões. No País inteiro tem oitocentos e poucos milhões de hectares, duzentos milhões não se sabe onde estão. Então, georreferenciamento é para descobrirmos isso.

O problema... Aqui no Estado tem terra pública do Estado e da União, aqueles três milhões e seiscentos mil que estávamos falando.

O que estava acontecendo? Havia alguns técnicos pegando um título lá de Poconé e trazendo para a terra pública ali da Guiratinga. Assenta bonitinho, é aqui, parará, vai lá o Leonel, Superintendente do INCRA assina, vai para o cartório e beleza, regularizou a situação do cara, 50 mil hectares, 80 mil hectares, 30 mil, 03 e por aí vai.

Quando recebemos uma denúncia de um técnico que estava fazendo georreferenciamento, um técnico privado, chegou e nos disse. Eu falei: me diga quem. Ele falou. Agora me diga como está fazendo. E ele falou. Nós fomos lá, pegamos o processo, pedimos um parecer e ficamos mais assustados, porque vimos que estava acontecendo mesmo.

O que fizemos? Paramos o processo de georreferenciamento até fazer um reestudo de todos.

Para os senhores terem uma idéia no País inteiro as outras superintendências, uma tinha feito 02 imóveis, outro 05, outro 04 e no INCRA de Mato Grosso 230. Então, era o que mais tinha feito, trabalhou bem, mas só que quando nós vimos que estava nessa possibilidade, seguramos o facho, porque, senão, essa inclusive era uma das situações pela qual a Polícia Federal estava querendo nos levar, porque eu assino e eu que vou estar dizendo que comungo com isso.

Nós paramos isso, estamos fazendo um reestudo, estamos colocando toda a base cadastral e depois não vai ter desse jeito não e você vai voltar a trabalhar e ganhar o seu salário.

Nós estamos fazendo também um trabalho na BR-163, que é o reordenamento e recadastramento dela, que é de 50 quilômetros para cada lado, que são terras públicas federalizadas. Estamos fazendo esse reestudo em conjunto com a Universidade Federal e temos uma perspectiva de assinar um convênio com o Governo do Estado.

Ainda, por fim, vou falar sobre a titulação. Nós vamos titular. Isso é importante. O nosso Governo vai titular aqueles que estão credenciados. Só lá no INCRA tinha mil seiscentos e poucos projetos paradinhas, era só ter assinado e mandado para frente e estão parados lá. Então, vamos regularizar. Este ano ainda 10 mil famílias vão receber título e aí, sim, vão andar com suas pernas.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Eu vou passar para uma situação mais de Estado, que eu quero trazer aqui mais da região algumas situações para depois eu abrir para conversarmos.

Nos temos aqui na região sul, eu coloquei uns dados mais gerais para falarmos. Em 2004 nós criamos 05 PAs aqui, várias fazendas foram desapropriadas, a maioria ou quase a totalidade, MTA, 03 municípios, 442 famílias.

Vistorias de avaliação - imóveis que já foram decretados para fazermos avaliação: 06 PAs, 04 municípios, 445 famílias.

Ajuizamento de desapropriação - está faltando uma que já passou por todo o processo e vai ajuizar agora para desapropriar, nós vamos embora e o povo vai estar lá dentro, Fazenda Furnas, 60 famílias.

Imóveis com vistorias preliminares aguardando agora para fazermos relatório, são dois aqui em Rondonópolis, para 240 famílias, ainda não temos relatório.

Imóveis com ordem de serviço para realizar as vistorias são 07 imóveis e a equipes está aqui hoje, temos dois técnicos, um de Roraima, em quatro municípios, para 575 famílias.

Temos mais 03 outros imóveis que já estão aptos, está faltando pegarmos, porque nós temos um calendário, temos pouco técnico e então temos que esperar fazer uns para depois ir colocando - tem mais 03 aqui na região e um município.

Tem um imóvel que está em estudo dominial, fizemos uma vistoria mas achamos que ele tem problema de títulos, desses que tem um em cima de outro, então está em estudo para vermos o que fazer, para 270 famílias, um imóvel grande aqui da região.

Com relação à questão das trabalhadoras rurais, aqui na região nós trabalhamos com 214 no Município de Rondonópolis.

Infra-estrutura executada, estradas 2003/2004, são as que estão sendo efetivadas. Então, eu só pegaria os valores, em torno de 725 mil reais, um poço e construção de estradas, 37,5 quilômetros.

TDA, que estamos fazendo aqui na região, em seis municípios, que é o projeto de desenvolvimento do assentamento, que é uma licitação e tem um prazo de 120 dias, em meados de julho vai estar fechando para vermos. Se tivermos perna, vamos tentar fazer a topografia via direta, o INCRA, se não vamos desafiar os prefeitos da região e, com certeza, alguns depois nós já vamos assinar aqui um termo de compromisso, Deputado já numa perspectiva de parceria de estrada e até de topografia.

Crédito instalação - nós estivemos aqui 12 projetos assentamentos, 622 famílias beneficiadas, onde estamos aplicando em torno de um milhão, quinhentos e dezoito mil aqui na região. Isso é dinheiro que mobiliza e viabiliza os pequenos municípios.

Poços que estão sendo executados aqui na... Isso aqui é no Estado. Isso foi um erro.

Titulação - em nível de região estamos pensando em 09 municípios, 38 projetos de assentamento, chega em torno de 2.300 títulos aqui para a região.

Em princípio era isso. Vou aguardar agora.

Há um complicador, Deputado, eu preciso sair daqui às 16:00 horas, porque eu preciso ainda resolver um problema. O INCRA está ocupado literalmente neste momento e eu preciso resolver uma pauta.

Eu não tenho problema de tocar direto, mas temos que ver como faremos.

Eu gostaria, não sei se é possível, de as questões específicas de perguntas de responder aqui, mas não dá para encaminhar. As questões mais tranquilas de fazer seria de coletivo, de comissão ou coisa assim e aí poderíamos receber.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

A minha parte está pronta.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Companheiro, nós vamos abrir as inscrições.

Sr Souza, do Assentamento Padre Josino, primeiro inscrito; Sr. Valdecir Tabares, também do Assentamento Padre Josino.

Eu quero propor que um fale por cada assentamento, até para termos mais objetividade.

Srª Ana Maria Xavier, Gleba Ribeiro; Srª Ednilza da Silva, Gleba Ribeiro.

Eu queria que todos que fossem fazer perguntas que já usassem da palavra e a cada cinco que falar o Sr. Leonel responde.

Eu estou sentindo que seria bom cada um falar por representação. Depois não vai ter reunião das comissões.

Companheiros, antes de os trabalhadores perguntarem, quero passar a palavra para os movimentos, porque os movimentos representam todas as entidades e depois passaremos as inscrições para as entidades.

Passo a palavra para o representante da FETAGRI. Ele está aí?

Representante da Pastoral da Terra.

Passo a palavra para o representante do MTA - Movimento dos Trabalhadores Acampados, Valdir Corrêa.

O SR. VALDIR CORRÊA - Companheiros trabalhadores que vieram de vários municípios - estamos aqui hoje em torno de 12 municípios - companheiros de Paranatinga, de várias regiões daqui, para debater sobre a reforma agrária, nós temos que respeitar esses companheiros que se deslocaram, andaram à noite para estarem aqui hoje participando desta audiência.

Então, em nome desses companheiros e dessas companheiras, cumprimento todos os presentes para que passemos aqui a também dizer a nossa versão, também dizer o que nós pensamos do INCRA, o que pensamos do Governo Federal, o que pensamos do Governo do Estado.

Acho que é um momento muito importante para nós, porque cada um que aqui está veio aqui porque tem seus problemas, tem sua realidade que não está sendo cumprida de acordo com o determinado, de acordo com a política de reforma agrária do Governo.

Então, eu acho que este momento a Senadora Serys, o Superintendente do INCRA, o Deputado Zé Carlos do Pátio e as demais autoridades têm que ouvir algumas coisas que são realidades, que estão acontecendo no nosso meio em relação.

Na primeira questão eu gostaria de dizer que o INCRA de Mato Grosso tem uma dívida, não só o de Mato Grosso, mas do Brasil inteiro, com a reforma agrária.

O Governo federal prometeu, já são dois anos de Governo, pede paciência e não tem mais como ter paciência não. A fome não marca dia e nem hora para chegar.

Então, acho que temos que ter uma ação mais ofensiva. Por que o agronegócio tem para negociar dívida, os setores capitalistas, banqueiro têm e para os trabalhadores não tem uma política de agilidade?

Nós não temos política agrícola no País. Não temos. Desafio qualquer um aqui para dizer aqui, se tiver, a mostrar, porque não existe política agrícola. O que está existindo hoje ao pequeno agricultor, aos assentados é uma repressão, inclusive estamos apavorados com o que está acontecendo. Os assentamentos hoje estão passando por massacres, pelas leis que foram implantadas de países de primeiro mundo.

O nosso leite hoje não pode ser vendido mais em tambor ou em litro, tem que ser através de resfriador. Nós não temos condições. Isso é uma vergonha.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

O açougueiro hoje não pode mais abater o gado. Tem que vender para o frigorífico, que está pagando R\$36,00 a arroba. Isso é uma vergonha.

O Governo não tem política agrícola voltada para o pequeno agricultor.

Antigamente vendiam-se seis, sete bezerros e passava o ano se alimentando. Hoje já não consegue vender mais. Vaca que nós pagamos a R\$1.000,00 pelo PRONAF hoje custa R\$300,00 no mercado de especulação e ninguém faz nada, nada, nada mesmo.

A outra questão que eu gostaria de citar aqui é que nós vimos aqui inúmeras famílias sendo assentadas pelos números mostrados pelo superintendente. Estamos aqui em 12 municípios. Eu quero que, se o seu município foi assentado uma família em 2004, se foi assentada alguma família, levante e venha aqui dizer onde foi, porque eu não sei onde foram assentadas essas famílias. Eu não sei. Não sei onde colocaram. Não sei se na Bolívia, ou onde foi que assentaram as famílias.

Nós não podemos aceitar as coisas enfiadas goela abaixo aqui, não. Nós protocolamos, enquanto movimento, 180 processos para vistoria. Não foi feita nenhuma vistoria em 2004 no movimento MTA, nenhuma. Eu quero que mostre. Pior ainda, programaram, desde o início do ano, sete vistorias e cada dia que o nosso companheiro da coordenação, que está aqui, vai lá no INCRA, falam: “Semana que vem”. Então, já colocamos apelido no INCRA de “semana que vem”, porque não conseguiram fazer nenhuma vistoria para nós aqui e aqui em Rondonópolis não foi assentada nenhuma família. O que se compreende por assentamento, um parcelamento onde cada família sabe onde fica sua parcela de terra onde ele pode ser assentado e aqui não foi feito nenhum parcelamento de terra em 2003 e 2004 e nem em 2005.

Então, não podemos aceitar esse tipo de coisa, que vai dizendo que está fazendo, está fazendo. Pior ainda. O nosso movimento está sendo discriminado pelo INCRA, sendo discriminado. Nós estamos propondo uma ação pelo Ministério Público, porque o INCRA tem que atender todos iguais e não atender um e deixar o outro para trás. E a comunidade tem que ser...

Eu prefiro sempre continuar contra o George Bush, porque massacra o povo e nós vamos lutar por isso.

O INCRA está até nas ações, chegando nos assentamentos e não ouvindo ninguém. Não tem associação, não tem ninguém. Ele chega e massacra. Diz: o poço artesiano é aqui. E não tem discussão com ninguém.

Então, para que existe comunidade? Para que existe associação? Não tem motivo ter associação, porque não tem respeito pela associação. Tem que ter respeito, porque ali as pessoas moram. Respeito à casa dos outros. Tem que ser respeitado.

O caso que ocorreu no Dom Osório agora, levaram poço artesiano para cinco famílias, somente cinco famílias, 200 mil reais. Isso é um absurdo! Que política louca é essa? Eu não acredito que o Governo Lula saiba dessa situação, não, porque não pode... (VIRADA DE FITA) ...quem vai ser atendida será a família do assentado. O Padre Josino é a mesma situação. Fizeram poço artesiano para cinco famílias também. É um absurdo!

Então, queremos que as coisas sejam com mais transparência, muito mais transparência. Gostaria de estar colocando aqui que estamos muito preocupados com o INCRA, porque o INCRA do Mato Grosso virou em sindicância.

Esses dias eu estive em Cuiabá e encontrei, mais ou menos, seis pessoas de Brasília, conhecidas da gente, e perguntei: Vocês estão trabalhando aqui? Falou: “Não. Estamos fazendo uma sindicância aqui dentro do INCRA”. O pessoal da Procuradoria lá de Brasília, que, inclusive a gente encontrou. Falei: Mas, sindicância aqui em Cuiabá? “É, sindicância no INCRA de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Mato Grosso”. Falei: Então, está cheio de problema o INCRA! Ele falou: “Como está. Tem problema demais!” E aí, até pensei: Esse pessoal veio para desapropriar mais áreas para nós aqui.

Então, estou muito preocupado. E nós, enquanto movimento, estamos preocupados com a forma conduzida do INCRA do Mato Grosso, com a política de reforma agrária que não está sendo feita. O nosso movimento tem um trabalho em toda região, em Lucas, Tapurah e em muitas outras regiões, no Araguaia. E estamos indo e perguntando para o pessoal quem foi assentado aqui? Como é que foi? Quantas famílias foram assentadas aqui? Estamos indo procurar as famílias lá. Tão logo vamos trazer alguns dados aqui da realidade, porque o Governo passado a gente contestava. Inclusive contestamos os dados maquiados do Governo passado, que não concordávamos e vamos continuar dizendo a mesma coisa, o que não é realidade não pode ser dita ou não pode ser afirmada porque são dados falsos.

E gostaria de dizer o seguinte: Temos seis mil famílias acampadas, com mais de cinco anos e que, na verdade, para conseguir qualquer coisinha, tem que ir para o INCRA umas duzentas vezes.

Temos hoje - estávamos ontem olhando - em torno de cento cinco pautas, acordo assinado com o INCRA, cento cinco feitos e nenhum deles cumprido. Então, os companheiros dizem: “Mas o que adianta, fazemos os acordos, mas não são cumpridos. O que adianta fizemos acordo de que na semana que vem vai sair a vistoria, e não sai. Que na semana que vem vai sair a emissão de poços, não sai.” Então, estamos muito preocupados com isso.

Inclusive, esses dias mantivemos contato com o pessoal de uma cooperativa de garimpeiro lá de Pontes e Lacerda, onde falou que está conseguindo uma área de mineração, que fizeram um acordo com o INCRA para desapropriar essa área que, na vez passada, foi rejeitada, mas que nessa área eles ficaram inclusive de nos apresentar documento de que correu propina pesada. Isso é um absurdo! Inclusive temos uma área aqui também no Município de Pedra Preta que eu peguei um processo com o telefone de São Paulo, do proprietário da Paraíso Perdido, telefone, celular que o INCRA passou, documento para o fazendeiro orientando para não deixar desapropriar a sua área. O telefonema foi feito por pessoas do INCRA. Pegamos esse documento! Está em nossas mãos. Já encaminhamos para Brasília, vamos estar entregando ao Ministério Público, porque as coisas têm que ser feitas com clareza.

E gostaria de dizer o seguinte: Quero que o INCRA apresente coisas concretas, porque não adianta ficarmos sonhando, como diz o Dr. Pedro Taques. Nós temos que começar a botar os pés no chão. Começar a fazer as coisas acontecer. Não colocar dados que não são verdadeiros. Então, inclusive chegamos a uma análise que no Mato Grosso, antigamente tinha a UDR, a milícia que despejava sem-terra, que massacrava sem-terra. Hoje, não precisa ter mais, porque o INCRA não está conseguindo fazer a reforma agrária. Então, não precisa o fazendeiro ter a organização para se defender, porque o INCRA não funciona. E não precisa ter... Trabalhadores estão aí... Inclusive polícia federal para despejar sem-terra, lá tem, mas para cumprir as determinações, que sejam essas terras públicas da União repassadas aos trabalhadores não existem. Então, como tem facilidade para adquirir um contingente da polícia federal para ir para os assentamentos, e por que não adquirir as polícias federais para tirarem um fazendeiro que está em cima das terras da União?

Colocamos cento cinquenta quatro processos. Gastamos trinta mil reais de certidão no cartório. E nem bola foi dada para os nossos processos lá no INCRA. Eu acho que perderam tudo, deve ter perdido tudo. Então, companheiros, estamos indignados sim! Estamos indignados com essa forma de tratamento. E cada um que aqui está é pessoa trabalhadora, não é bandido, não! E não vamos em nenhum momento ficar com medo de qualquer ação abusiva e

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

autoritária, porque o pior para nós é o sistema neoliberal, econômico, que está instalado no País, hoje. Esse é o pior, que mata todo mundo. Nós vamos lutar, sim, pela reforma agrária! Vamos lutar, sim, pelo nosso direito à terra.

Temos muitas coisas a serem ditas que devem ser ditas, muitas realidades que devem ser ditas aqui. Estão aqui os nossos companheiros que ficam no INCRA. Esses dias, eu cheguei no INCRA e conversei com o senhor de Cotriguaçu, que ele tinha três dias na frente do INCRA e não conseguia ser atendido. Eu falei: Não é possível, companheiro! Eu tenho até o nome dele anotado. Ele ficou três dias na frente do INCRA e não conseguiu ser atendido. Então, qual é a democracia que existe em nosso País?

Gostaria de dizer o seguinte: nós temos que ser respeitados como trabalhador. As nossas associações vão ter que serem respeitadas nos assentamentos. Se nós representamos o assentamento, tem que ser respeitado, sim! E não tratado com casca e tudo, como o INCRA tem feito conosco. Isso não é política, não! Isso aí...

O INCRA, ultimamente, tem deixado a reforma agrária a desejar e tem pendido para um lado só. Ele tem protegido algumas pessoas aqui, no Estado, na questão da reforma agrária. E provamos, porque estivemos em Brasília e temos as informações em Brasília. Os dezessete decretos que saíram este ano foram atendendo, na verdade, pessoas, famílias de outros movimentos, mas, no geral, não foi levado em consideração. Então, gostaria de dizer isso. E nós estamos dispostos a continuar a nossa luta. Vamos trancar a BR, se for preciso o INCRA e vamos trancar muita coisa, neste País, ainda se não funcionar.

Então, companheiros, tem muita coisa para ser dita aqui, muita coisa até escrevi aqui, porque estava aguardando para falar, hoje. Mas acho que o tempo e o momento para nós foram prejudicados, a situação do almoço, mas aqui estamos e vamos continuar nessa luta.

É isso que gostaríamos de estar falando aqui. E todos que vieram aqui não vieram para brincadeira, não! Vieram aqui para trazer as suas questões e para debater as suas questões, Deputado. Então, eu acho que esta Audiência Pública é dos trabalhadores e não é dos políticos, para ficar fazendo discurso. É dos trabalhadores esta Audiência Pública. Então, acho que isso tem que ser transformado em instrumento para os trabalhadores. Estamos aqui para participar. Porque eu disse que pessoas que saíram duas horas da manhã, que nem o pessoal de Paratinga, que saiu três horas; o pessoal de Guiratinga e de outros lugares têm que ser respeitados. É isso que eu gostaria de estar dizendo aqui. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Quero dizer o seguinte: vamos sair desta Audiência Pública com uma pauta positiva.

Vamos fazer o encaminhamento. Eu falei da importância do papel da Senadora da República, Serys Slhessarenko.

A Senadora é uma pessoa que vem nos ajudando muito na questão da reforma agrária. Estaremos marcando uma Audiência Pública com o Ministro para descontingenciar orçamento. Estamos fazendo uma mobilização nacional: FETAGRI, CONTAG, o próprio movimento aqui também vai fazer as suas movimentações, MST, Pastoral da Terra. Quero aqui dizer o seguinte: Aqui temos um compromisso muito grande com a reforma agrária.

Quero aqui colocar uma coisa que o Leonel falou que é verdade.

Lá na Assembléia Legislativa, o que mais acontece é a aprovação de grandes latifúndios, de área de terra pública do Estado de Mato Grosso. Isso que o Leonel fez aqui é uma denúncia séria. Isso não é de hoje, não. São anos e anos. As terras públicas do Estado estão todas sendo legalizadas para grandes fazendeiros, grandes latifúndios. Essa elite, temos que ir para cima dela. E o Deputado Zé Carlos do Pátio votou contra todos esses projetos. Todos! Nenhum eu votei a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

favor. Votei contra todos! E quero aqui dizer que é uma questão de princípio. E vamos precisar mudar essa questão. Temos que nos unir, que buscar caminhos para ir para cima para buscar políticas públicas para defender o nosso povo. Porque essa elite quer justamente é o racha dos interesses da classe trabalhadora.

Uma coisa que quero colocar aqui bem clara, Leonel.

A Senadora veio aqui dizer o seguinte: Realmente nós precisamos muito de política pública de reforma agrária aqui na região sul, porque senão daqui a alguns dias o agronegócio vai nos comer. Vai matar de vez com o trabalhador! Aqui só fala no agronegócio. O Maior produtor de soja do mundo está aqui, de algodão está aqui, e o trabalhador, como é que ele fica? Então, acho que aqui tem que ter um tratamento especial, porque aqui as pressões sociais são muito grandes. A situação do trabalhador é muito grande aqui. Eu tenho certeza de que aqui somos aliados em defesa dessa luta.

Vou passar a palavra, agora, à Senadora da República, Serys Slhessarenko, que ainda vai ter que viajar para dois, três municípios ainda hoje. Saiu de uma marcha lá em Cuiabá, dos trabalhadores, para estar aqui, hoje, prestigiando este grande ato nosso aqui, que é esta Audiência Pública. Quero aqui dizer que vamos sair com uma pauta positiva daqui. Uma Audiência Pública com o Ministro, alguns encaminhamentos que têm que serem conduzidos.

Com a palavra, a Senadora da República Serys.

A SRª SERYS - Gostaria de iniciar fazendo uma saudação a todos e a todas que aqui estão.

Quero saudar as autoridades que estão aqui e as que estiveram aqui, na pessoa do Deputado Zé Carlos do Pátio, que é um batalhador. Sabemos, temos acompanhado o trabalho dele, seguidamente ele está em Brasília lutando, estamos juntos com ele em todas as ações possíveis, e ele tem todo o nosso apoio para o trabalho que ele vem fazendo aqui na região em relação à questão da reforma agrária.

Há pouco houve um fala, onde foi dito que esse aqui é o espaço para os trabalhadores falarem. Tem que ser o espaço para os trabalhadores e trabalhadoras falarem. Mas tem que ser o espaço para os políticos falarem, sim. Porque só vamos fazer as reais mudanças com a força dos políticos que botamos lá, em Brasília, e aqui na Assembléia Legislativa. Se não fosse o Deputado Zé Carlos do Pátio ser eleito aqui pela região, não tinha esta Audiência Pública hoje, não. Portanto, tem que ter apoio dos políticos, sim.

Os políticos sérios, que realmente acreditam na força do povo e que estão junto do povo. E tem muito malandro por aí também. Estou falando dos políticos sérios!

Há menos de dez anos, senhores, não existia movimento sem-terra neste nosso Estado de Mato Grosso, seja ele lá qual for. Existia um grupo de pessoas, principalmente no Baixo Araguaia, que tinha uma luta pela terra e muita gente morreu por lá. É novo! É novo! Dê o nome que quiser para o movimento sem-terra: MTA, MST ou outros movimentos. Eu acho que tem que ter apoio todo aquele cidadão e aquela cidadã que quer terra para nela trabalhar e dela tirar o sustento da sua vida e não pode ter a sua terra. Esses são os clientes da reforma agrária, e esses precisam de terra para tirar o seu sustento com dignidade para suas famílias. (PALMAS).

Quando dizemos aqui que é chorar as pitangas, e a choramos mesmo, dizendo de toda herança maldita que recebemos do passado.

Meus companheiros e minhas companheiras, não temos que ficar só falando nisso, não! Mas são quinhentos anos de herança maldita, que meia dúzia neste País se apossaram de todas as terras, de todas as riquezas, deixando a grande maioria sem terra e sem riqueza. E agora têm muitos por aí, lá, em Brasília, principalmente, que querem pousar de bons moços, dizendo que estão

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

lutando, que isso e aquilo, e são aqueles que têm os maiores latifúndios em suas mãos, hoje, e vêm com conversa fiada para o nosso lado. Agora não, companheiros, aqui nesta Mesa e muitos outros por aí afora, têm história de luta junto àqueles que querem a terra.

Em meados da década passada, eu estava em todas as lutas dos sem-terras já aqui em Mato Grosso organizados. Lembro-me muito bem da primeira ocupação nesta região, que foi da Fazenda Aliança. Quanta luta do povo dessa região sem-terra foi, através daquele primeiro momento, que foi a ocupação da Fazenda Aliança. E se hoje temos todas essas mulheres e homens lutando por terra, porque isso foi um caminhar, uma construção de um movimento forte, e vocês estão de parabéns. Movimento tem que ser organizado, tem que ser forte, tem que ter mobilização, porque senão não avança, não, meus companheiros e companheiras.

Já foi dito aqui que o agronegócio está tomando conta. O agronegócio vai muito bem obrigado, eles que cuidem do destino deles, porque do destino dos senhores e senhoras, nós, autoridades, temos que ajudar, sim. Porque os senhores são pequenos, têm dificuldades, não têm poder econômico, não têm grandes extensões de terra e precisam do poder público, sim, junto para ajudar realmente a conquistar as mínimas condições de dignidade de vida para os senhores e para as suas famílias.

Agora, para isso, meus companheiros e minhas companheiras, quero dizer aqui, ser breve, inclusive, que uma das questões importantes que o Governo Lula vem enfrentando, que o Ministro Rossetto vem enfrentando, que meu companheiro Leonel vem enfrentando, é a questão do resgate das terras públicas em Mato Grosso. Os senhores devem saber já, e as senhoras, que isso não é brincadeira, não!

Mato Grosso tinha mais de seis milhões de hectares de terras públicas. Dava para fazer reforma agrária para todo mundo que queria terra, sem comprar um metro de terra. Mas, infelizmente, os grandes e os poderosos, através daquilo que o companheiro Leonel já falou, de regularizações esquisitas e outras coisas mais, que eu não vou repetir, já se apossaram de três milhões e pouco de hectares. Mas têm três milhões de hectares de terras públicas que estão aí, que têm que ser resgatadas, sim, porque terra pública para fazer reforma agrária e ponto final, o resto discutiremos depois.

Agora, para isso, precisamos da mobilização de todo mundo. Porque os grandes não vão deixar de graça, não. Eles já se apossaram das grandes extensões de terra de forma gratuita e querem agora, de preferência, vender para o Governo, para o Governo fazer reforma agrária. E isso não está correto, porque se tem a terra pública para ser distribuída, que se use o dinheiro do Governo Federal para fazer política agrícola de boa qualidade para todos e para todas.

Quero também dizer para aqueles - é um recado - que já tiveram a terra da reforma agrária e que venderam, esses, do nosso ponto de vista, nunca mais podem entrar em terra de reforma agrária de ponta a ponta neste País. Vendeu a terra, não pode mais entrar na terra. Porque não é justo, não é certo que se use o dinheiro público, o dinheiro de todos os brasileiros e as brasileiras para comprar terra, se dê a terra e eles vendem a terra para aí pedirem outra terra, novamente. Esses estão fora da política da reforma agrária, do meu ponto de vista.

Quero aqui, já encaminhando para os finalmente, dizer que o Deputado Zé Carlos do Pátio, para citar somente duas ações dele, esteve há dias conosco na ELETRONORTE, em Brasília, numa luta bonita, senhores e senhoras, onde juntos lá conversamos com o representante do Ministério de Minas e Energia ao Presidente da ELETRONORTE. E lá foi conseguido um acordo que realmente vamos conseguir colocar energia, só um exemplo, Luz para Todos no Baixo Araguaia, que era uma situação realmente praticamente irreversível de dificuldade para iluminação, e foi feito um esforço conjunto dos políticos sérios de Mato Grosso, e conseguimos essa questão.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

E senhores e senhoras, têm que atentar. Luz para todos é diferente de Luz no Campo. O Governo anterior tinha um Luz no Campo, que está todo mundo atolado, tendo que pagar, o Governo Lula, hoje, é Luz para Todos. É de graça a instalação da luz em cada residência da área rural. Isso faz a diferença, sim! Não são aqueles coitados que entraram nessa da luz para o campo - eu digo coitados porque é uma dificuldade enorme em termos de recurso e ainda tem que ficar pagando projetos do FHC do passado.

Quero ainda - já encaminhando para o encerramento - dizer a todos e a todas que aqui em Mato Grosso costumam dizer, meus companheiros e companheiras, de que a Senadora Serys Slhessarenko é radical. Costumam dizer que os movimentos dos trabalhadores e trabalhadoras que querem terra para produzir são movimentos radicais. Não! Não somos radical, não! O Deputado Zé Carlos do Pátio não é radical, não! Eu não sou radical, não! Os senhores e as senhoras não são radicais, não! Somos lutadores, sim, por direitos do povo que juntos com o povo organizado, iremos construir essa estrada, o melhor possível e o mais rápido possível.

Radical é quem, como esse Governador do Estado que esta aí, pode colocar polícia militar para proteger os latifundiários. Esse é radical! É radical esse aí, que foi considerado por uma revista da Inglaterra os dois maiores destruidores de floresta do mundo, George W. Bush e Blairo Maggi. Dois maiores destruidores do meio ambiente do mundo!

E, na sexta-feira, Deputado Zé Carlos do Pátio, não sei se Vossa Excelência já viu, esqueci de comentar com Vossa Excelência, o jornal de tiragem nacional, um grande jornal do Brasil, que é o jornal chamado *O Globo*, diz lá: “Blairo Maggi ao Belzebu do meio ambiente do Brasil.” Sabe por quê? Porque lá também diz na matéria que ele é o rei das queimadas e o imperador do desmatamento. São palavras do jornal *O Globo*, não são palavras minhas, não.

Por quê? Porque foram queimados em 2004, levantamento feito pelos órgãos competentes, vinte e quatro mil quilômetros quadrados de desmatamento na Amazônia. E dos nove Estados da Amazônia, Mato Grosso foi responsável por 50% desse desmatamento. E ali diz com todas as letras: “Deve-se isso a Blairo Maggi”.

Portanto, senhores e senhoras, radical é ele. Radical é Blairo Maggi que só considera que alguns têm o direito de usufruir de tudo ou quase tudo, quando a grande maioria ele não dá o direito de quase nada, a não ser botar polícia em determinados momentos para realmente se posicionar contra os pequenos e as pequenas trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Meus companheiros e minhas companheiras, eu preciso dar um recado final, especialmente às companheiras mulheres. E, agora, peço a todos e a todas um minuto para eu acabar o meu discurso.

Lá em Brasília, eu tenho muitas frentes de trabalho, mais muitas mesmos. Eu trabalho com a questão do meio ambiente, da mulher, do turismo, que é importantíssimo. A reforma agrária, estamos permanentemente juntos, a questão da melhoria da infra-estrutura para o nosso Estado de Mato Grosso, para estradas, para luz. Enfim, em todos os setores.

Mas a questão da mulher é uma das importantes que estamos levando no ano de 2005. Infelizmente no nosso País ainda temos um altíssimo índice de discriminação contra nós mulheres, um altíssimo índice de violência contra a mulher. Porque, meus companheiros e minhas companheiras, violência contra a mulher não é só o assassinato e espancamento. Violência contra a mulher é humilhação de todo jeito e de toda forma que se sofre a cada dia. E não pense porque sou Senadora que não sou também discriminada, porque eu sou, sim. Em outros patamares, mas sou também.

Agora, quero também dizer que só vamos superar, só vamos acabar com essa discriminação contra as mulheres se contarmos com a participação dos companheiros homens,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

porque a mulher ser tratada de forma diferenciada na política, no trabalho, em todos os sentidos, principalmente na família, no trabalho e na política, não podemos mais conviver com isso, não.

E para melhorar isso aí, precisamos da participação dos companheiros homens, dos homens solidários, fraternos, generosos, que têm consciência que temos absolutamente os direitos iguais entre homens e mulheres.

Mas para isso, minhas companheiras mulheres, precisamos nos organizar, estarmos juntos. Precisamos construir a sociedade nova e diferente, e essa sociedade nova e diferente é aquela sociedade em que a competição não tem mais lugar. É a sociedade que tem lugar a fraternidade e a solidariedade.

Quando em 11 de setembro - agora nem me lembro o ano - bombardearam as torres dos Estados Unidos, foi mostrado para o mundo inteiro, senhoras e senhores, que não é mais tempo de dizer que eu sou a maior, politicamente; não importa que eu sou o maior belicamente, nas armas, não importa; que eu sou a maior no poder econômico, também não me interessa. Não interessa mais, porque, em segundos, você tem distribuído o poder econômico, como foram destruídas as torres, mostrado com toda violência como foi bombardeado o Pentágono, a força maior do poder bélico dos Estados Unidos. Não adianta você querer ser o maior. Adianta, sim, você construir a nova sociedade, com novos valores, onde não seja a competição o principal, mas, sim, seja a fraternidade, a vontade de, como irmãos, construirmos um mundo melhor para todos e para todas. Um abraço carinhoso a todos e a todas. (PALMAS). Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Quero aqui dizer que esta Audiência Pública está me...

Eu vou passar à Senadora, porque nessa pauta é a nossa ida ao Ministério. Já o Deputado J. Barreto se prontificou, o Deputado Sebastião Rezende, o Deputado Federal Welinton Fagundes. E quem vai encabeçar essa ida ao Ministro vai ser a Senadora, porque, na verdade, a Senadora é a autoridade maior lá em Brasília, em reforma agrária, não tem outro político, não. Pode existir para defender, mas não tem. Cada político tem uma área, mas ela é a que mais defende a reforma agrária. Então, ela que vai marcar a audiência com o Ministro Rossetto. Então, ela vai falar aqui.

A SRª SERYS - Só para assumir o compromisso, eu falei para o Deputado, porque esqueci.

Há uma programação e ele está anunciando o tempo inteiro de uma agenda positiva. E essa agenda positiva tem que sair daqui e temos que dar os encaminhamentos. E os encaminhamentos que têm que ser dados juntos a todos os órgãos federais, no caso específico o Ministério da Reforma Agrária, eu assumo aqui o compromisso, não só com o Deputado, mas, principalmente, com todos e com todas que estão aqui de que vou estar lá batalhando junto com todo o grupo de políticos de representação do movimento que aqui está. Lá, em Brasília, estaremos juntos. Podem contar comigo. Eu vou estar lá, sempre estive, e não vou deixar a peteca cair na luta dos trabalhadores e trabalhadoras. Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Quero colocar, Senadora, que agradecemos toda a sua atenção.

Na última vez que eu fui na ELETRONORTE, estamos conseguindo esse projeto luz para todos. Vamos ver se intensificamos esse projeto para garantir eletrificação para o trabalhador. Muito obrigado por ter ido conosco e defender o trabalhador. Vossa Excelência é uma pessoa que luta muito pelo trabalhador.

Continuar a nossa Audiência Pública porque aqui foi cobrado muito. Os trabalhadores do MTA fez uma cobrança. O Valdir, que é uma pessoa que vem lutando muito pela

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

mobilização dos trabalhadores, tem razão. Falta uma ação mais forte aqui na região sul. Falta mais desapropriação, mais infra-estrutura, mais apoio.

Quero aqui dizer o seguinte: O Leonel tem alguns encaminhamentos de infra-estrutura que vai anunciar aqui também. É ainda insuficiente. Mas eu vou, Leonel, primeiro, ouvir os trabalhadores.

Estão inscritos vários trabalhadores. Ouviremos de cinco em cinco. E, depois, abriremos a pauta.

Antes, quero passar a palavra para a Pastoral da Terra. Temos o Baltazar e também o Afonso, que representam a Pastoral da Terra.

Com a palavra, o Baltazar.

O SR. BALTAZAR - Movimentos dos Sem-terra e dos Assentados.

Hoje, a Pastoral da Terra desenvolve um trabalho junto com os trabalhadores escravos... (VIRADA DE FITA) ...e queria também saber uma posição mais clara, Sr. Leonel, a respeito da questão da retomada desses lotes que foram vendidos. Ouvimos aqui pessoas que são do município e que defendem a permanência daquelas pessoas que adquiriram esses lotes. Nós sabemos que iniciou um trabalho do INCRA. Eu acho que no Pontal da Areia, onde já foi feita a execução junto com a Polícia Federal. Queria saber com certeza e bem claro se, de fato, isso vai acontecer ou não vai acontecer, porque a discussão em cada município é de apoiar o erro. Nós sabemos que a maioria - é uma verdade que às vezes não agrada a todos - mas a questão de terra pública eu considero, em que tem os projetos de assentamento, a maioria deles, aqui, todos são terras públicas. Eles não são de proprietário nenhum, porque eles não foram titulados. Eu acho na minha percepção que, se é terra pública, tem que cumprir a lei conforme ela determina. Não adianta adquirirmos terra da Usina Pantanal ou de outro latifundiário e fazermos o mesmo erro. Eu acho que para a reforma agrária crescer, nós temos que cortar na própria carne, que é fazer a lei ser cumprida. Não adianta o próprio trabalhador dar um péssimo exemplo, e nós virmos aqui querer reivindicar terra e nos fazer de coitados. O exemplo que temos hoje aqui no município, em Mato Grosso, é de comercialização de lote e na minha concepção, discuto com os trabalhadores, se for para continuarmos a reforma agrária para vender lote, quem vai continuar pagando o preço é o coitado que pega o lote, porque a condição não é só financeira, as condições que os colocam dentro dos assentamentos que praticamente os obriga a sair. Aquele mesmo companheiro que, às vezes, lutou para assentar o companheiro ali é o mesmo que faz a intermediação da venda do lote. Isso nós sabemos que fere alguns companheiros, mas o que nós precisamos dentro da reforma agrária, quando se fala em moralidade é de dentro da própria casa para fora. Não adianta estarmos dentro do segmento e defendermos o erro, porque nós não vamos ter avanço. Eu acho que o avanço começa da própria conscientização do trabalhador.

Às vezes quando comentamos sobre esse assunto, emocionamos um pouco, porque é uma realidade que nós temos. E a minha preocupação, que na retomada de lotes, o companheiro que está acampado debaixo da lona, se ele vai para esse lote, nós queremos saber também que segurança que esse trabalhador vai ter para estar ocupando o lote, onde quem está lá dentro fala que vai matar e que só tira ele dali morto. Com violência, eu acho que não vai resolver a situação. E de que forma que vai ser feito isso aí, eu queria que Vossa Excelência esclarecesse para os trabalhadores para tocarmos o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Com a palavra, o Sr. Daniel Corrêa, Presidente da Associação Olga Bernardes.

É Olga Benário. Não é Olga Bernardes! A Olga Benário foi uma companheira que morreu na câmara de gás na Alemanha, lutadora!

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

O SR. DANIEL CORRÊA - Boa-tarde a todos, cumprimento a comissão da Mesa.

Eu sou representante lá do Olga Bernardes, sou Presidente de lá e eu quero dizer para o Sr. Leonel os casos que estamos passando com as conseqüências. Foi um pessoal lá tirou uma análise para fazer o poço artesiano e não sei quem conta desse erro, se fizeram o poço fora do lugar, porque quando a pessoa tira a análise, tem a certeza que é tantos metros que vai dar água, eu acho que quando chega na distância devido à água, senão não vale nada aquela medição.

Aí fizeram lá já quase 500 metros de poço e até agora não deu água. Uma vez o INCRA foi lá, o trator arrancou todos os canos assim, os encanamentos, remendaram outra vez, mas está outra vez da mesma forma. E nós continuamos sem água. Eu quero dizer para vocês que eu tenho uma água que mina lá no meu mato, vai água para os outros assim, sabe? Com gravidade! Mas, para mim não vai. E, às vezes, passamos um sofrimento muito difícil.

Então, eu queria que vocês tomassem essa providência, fazer esse poço, por uma máquina ou mudar, fazer outro poço. Eu não sei onde é que está o erro, Sr. Leonel.

Então, o senhor veja onde está esse erro, para definir isso aí.

Eu quero também dizer que, lá nós somos 21 famílias, 06 famílias já não são o mesmo dono, mas como já ouvimos falar que cada caso é um caso. Só que eu queria assim, no meu modo de vista, e como apreciamos da outra vez que o INCRA foi fazer uma vistoria nas pessoas. Então, eles chegaram assim em cada casa e eles não chegaram para conversar com o dono da casa, eles chegaram e conversaram com o vizinho. Se acaso eles fossem chegar dono da casa assim e ver a situação de que forma que estava, a gente até concordava, porque você sabe que quando as pessoas não vão ao próprio dono vai ouvir fuxico, aí vai causar muitos problemas.

Então, até agora eu tenho visto lá que as pessoas que estão lá... Eu não estou dizendo assim que estou defendendo Pedro nem João, só quero dizer assim que vocês vão de perto para ver lá de que forma está. Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - O Olga Benário é um problema, não deu água, furou quase 500 metros e não deu a água. Precisava, ou continuar o poço ou rever um outro poço para Olga Benário.

Estão aqui os companheiros do Olga Benário, e o Presidente colocou agora.

Eu quero dizer o seguinte: vai estar furando agora pelo INCRA dez poços artesianos na região Sul, e realmente nenhum poço não está dando menos que 500 metros, não! Todos estão dando acima de 500 metros. Aqui o lençol freático é muito profundo.

Com a palavra, o Sr. Idalmo, do Assentamento Canudos (PAUSA). Com a palavra, o Sr. Joilson, do Assentamento 28 de Outubro.

O SR. JOILSON - Boa-tarde, companheiros, boa-tarde, Deputado Zé Carlos do Pátio, que encabeçou esta Audiência Pública de bastante valor para os nossos trabalhadores.

Eu venho aqui, quero falar uma hora em três minutos para o companheiro Leonel, fazer algumas perguntas com respeito à infra-estrutura do Assentamento 28 de Outubro, um poço que foi licitado lá no ano de 2000, três poços foram licitados, e desses três poços restou um poço com 250 metros de profundidade. O INCRA foi lá e repassou esse poço para o 9º BEC e o 9º BEC repassou esse poço para a GEOESTE. Enfim, foi uma outra firma terceirizada. E, repassaram três vezes, perfuraram o poço com 130 metros e o poço que era uma vazão de 30, 40 mil litros, deu apenas 10 mil litros de água, não resolvendo o problema do assentamento.

Então, a geóloga, Drª Célia, foi lá e me pediu para que recebesse o poço. Nós nem a vimos, ela chegou lá e recebeu o poço. Não sei para quem ela entregou esse poço, mas o poço está lá. É um elefante branco que eu não sei se vai resolver a questão do 28 de Outubro.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Outra questão que vem até como esclarecimento. Nós, do 28 de Outubro criamos uma cooperativa de pequenos produtores. Nós hoje estamos plantando 200 hectares de girassol para a fabricação de biodiesel. E essa cooperativa, quando nós a criamos, houve uma cogitação até de alguns técnicos do INCRA que foram fazer vistoria nos lotes comercializados lá, que nós havíamos cooperativa para defender a compra de lote. Eu digo o seguinte, nós nunca defendemos a compra de lote, nós nunca aceitamos essa negociação. Inclusive, eu como militante do MST uma certa época, defendi a não compra de lote e fui ameaçado de morte e o INCRA se omitiu e documentou o lote para o parceleiro. E hoje tem vários no PA 28 que é documentado, estão usando dois pesos e duas medidas. Eu digo o seguinte, que existe pessoas que, às vezes, não tem condição de permanecer na terra e não podemos usar o mesmo critério para todos.

Então, gostaria que o Superintendente usasse de bom senso e encaminhasse isso com clareza, porque o terror está sendo esparramado lá até pelos próprios técnicos do INCRA e isso é inadmissível. E nós não vamos aceitar essa situação para o PA 28. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Com a palavra, a Sr^a Ana Maria Xavier, da Gleba Ribeiro.

Desculpem-me, mas eu chamei e ele não estava aqui, mas ele chegou. Com a palavra, o Sr. Idalmo, do Assentamento Canudos.

O SR. IDALMO - Boa-tarde. Eu estava conversando com a Senadora. Eu falei para ela que eu perdi prova, Deputado, para vir aqui hoje para perguntar uma coisa para ela.

Sobre lote eu não vou falar, porque é essa é uma questão que todo mundo já falou, mas eu queria falar sobre o nosso poço. Eu pedi à Senadora, eu vou pedir ao Sr. Leonel que reveja a posição do poço em nosso assentamento, porque nós estivemos agora na terça-feira lá no gabinete, me chamaram lá, porque disseram que tinha um outro dinheiro para furar outro poço. Nós fomos lá, o Sr. Leonel precisou sair até por motivo justo e não nos atendeu. Então, fui eu e o Prefeito, e nós fomos falar com o Assessor dele. Eu fui lá para cobrar o que a comunidade quer. E quando cheguei lá o menino falou que vai proibir até a minha entrada no INCRA, o Assessor dele, porque eu falei para ele que tinha que furar um poço era lá em cima, em vez de furar dois. Ele falou: “Olha, rapaz você conversa demais, eu vou proibir a sua entrada aqui no INCRA”. Eu olhei para ele e falei assim: Está poderoso!

Então, o que nós tínhamos para pedir para o Sr. Leonel, pedimos para a Senadora Serys e vamos pedir para o Deputado é que o poço seja revisto aquela posição. Onde está não vai beneficiar toda comunidade. E aí o próprio assessor lá falou para mim, e eu queria até saber do Sr. Leonel isso. Ele falou que ia ser um recurso do INCRA, do MST, que o dinheiro é deles, que eles é que mandam. E eu não entendo assim, porque eu acho que o dinheiro que vai para lá para a comunidade, é público. Então, não tem como falar que é. Pode ter sido pedido, eles pediram para furar, mas falar que o orçamento do INCRA é deles, que eles que conseguiram o dinheiro em Brasília... E no projeto está lá para atender 45 famílias, mas só vai beneficiar 08 e dentre os 08 eu sou um deles, dentre os outros que vão ter água na porta. Só que não adianta eu ter água enquanto os meus companheiros que estão aqui presentes não têm água nem para lavar boca, nem para beber lá em cima. Então não pode pegar dinheiro do INCRA para beneficiar 08 famílias dentro de um assentamento em que tem 45.

Então, quero pedir para o Sr. Leonel, pedir para a Senadora Serys. Nós barramos o caminhão lá, não fui eu, foi a comunidade toda, em peso. O caminhão foi lá para executar a obra não executou. A comunidade está firme que não vai furar. Tem um ofício do Sr. Leonel até, que ele revertesse isso aí, uma PM lá pedindo reforço da polícia para garantir esse poço lá dentro do

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

assentamento. O ofício veio para o 5º Batalhão aqui e o menino falou para mim lá que a Polícia Federal é que vai lá autorizar a fazer o posto.

Então, eu só quero que reveja essa posição e quanto às questões dos lotes, eu só queria deixar bem claro aqui que lá na comunidade nós também sempre defendemos isso, quem estiver dentro dos critérios, quem for trabalhador, quem estiver morando, criando sua família lá dentro que seja homologado. E a comunidade apoiou. Agora, o INCRA é que tem que levantar quem não é. Tinha dois lá que não se enquadravam e durante todo esse tempo não falou para a comunidade. Esses dois já foram embora.

Então, a exemplo do que o menino falou lá, antes que se mande a Polícia Federal para fazer injustiça lá dentro que se levante certinho o nome das pessoas, porque são cinco agora, são cinco lotes lá que tem esse problema. Então, que se levante, se for beneficiado como nós fomos, que se homologue. E o poço! Não esqueçam do poço, porque a água é o direito de todos.

Eu falei para a Senadora ali agora que eu ouço, assisto a TV Senado, Deputado Zé Carlos do Pátio, e queria parabenizar a Senadora aqui em plenário, sabe porque? Porque ela elogiou você lá na tribuna. E eu assisto, todos os dias que estou em casa eu assisto à Sessão do Senado, quando não é de manhã ela repete à noite. E a Senadora falou uma coisa lá que ficou muito gravada na minha cabeça. Elogiou o Deputado Zé Carlos do Pátio e a Deputada Verinha Araújo, que estão levando a Luz no Campo no Vale do Araguaia e as pessoas lá agora vão ter acesso às coisas mínimas da vida, que é o copo d'água gelada para beber. Aí eu pensei: Que contraste, Deputado! Nós lá! Nós vamos ter a energia e não vamos poder ter o copo d'água gelada, porque não tem água. E o Estado está colocando o dinheiro lá dentro para deixar o povo sem água. Isso que eu queria falar para ela. Aí eu a elogiei. E falei: Agora, é bem contraditório, Senadora, essa água! A água também é direito de todos, não é só de 08, não! Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Com a palavra, a Sr^a Maria José Vieira (PAUSA). Com a palavra, a Sr^a Ana Maria Xavier.

Eu quero só fazer um encaminhamento aqui, o Engenheiro, Dr. Gustavo, ele já está saindo. Eu quero perguntar o seguinte. Eu queria Dr. Gustavo de propor aqui uma comissão dos Trabalhadores do MTA - Movimento dos Trabalhadores Acampados e Assentados, FETAGRI, Pastoral da Terra, para que esses trabalhadores fizessem um levantamento para que nós pudéssemos levar o pleito daqueles trabalhadores que ainda não receberam o Projeto Luz para todos, para começarmos a negociar lá em Brasília.

Eu já estive com o Dr. Gustavo lá em Brasília uma vez, nós já estamos colocando Luz para todos em outros lugares e faço essa proposta de fazer uma comissão para levantar esse projeto para brigarmos em Brasília. Eu vou voltar em Brasília daqui uma semana para reunir com o Presidente da ELETRONORTE, junto com o Dr. Gustavo, e eu preciso desse levantamento para continuar nossa briga para colocar Luz para todos lá.

Dr. Gustavo tem que ir para Cuiabá, ele que dirige a ELETRONORTE em Cuiabá, e ele quer fazer o agradecimento final.

O SR. GUSTAVO REIS LOBO VASCONCELOS - Agradeço a todos. Quero dizer que esse programa Luz para todos é um programa inédito. Eu acredito que ninguém aqui até hoje viu um programa que, só este ano vão ser aplicados 120 milhões em energia elétrica, sem nenhuma contrapartida do trabalhador. O trabalhador não paga nada, só vai pagar o consumo.

Então, é um programa muito bom, espero que vocês acreditem e espero que este dia fique marcado na memória de todos vocês. Mais uma vez, parabéns pela data de hoje e que Deus acompanhe todos vocês com muita saúde e paz. Muito obrigado (PALMAS).

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Com a palavra, a Sr^a Ana Maria Xavier.

A SR^a ANA MARIA XAVIER - Eu sou Ana Maria Xavier de Oliveira, estou representando a Gleba Ribeiro, no Município de Guiratinga, eu vim cobrar do Sr. Leonel uma data para ele aparecer lá no nosso acampamento, porque nós estamos acampados há dois anos, no Município de Guiratinga. Então, lá nós não temos transporte, nós andamos de carona, a pé e só está faltando a mão do INCRA para melhorar a situação para nós.

No mais, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Com a palavra a Sr^a Maria José Vieira.

A SR^a MARIA JOSÉ VIEIRA - Boa-tarde companheiros e companheiras, eu sou Presidente, como eu já falei de manhã, da Associação São Benedito e do Assentamento Santo Antônio da Fartura.

O nosso assentamento é o assentamento mais próximo de Cuiabá, Campo Verde e Jaciara. Para mim esse negócio de venda de lote, de compra de lote, nós batemos muito duro em cima disso aí, mas por fim, nós abandonamos. Igual o companheiro acabou de falar, que somos ameaçados. Se começar a bater duro, começa a ser ameaçado, porque na gestão do outro Superintendente, a Associação não tinha voz e ele nem atendia, porque eu fui uma, não só eu como outras companheiras que estão aqui, fomos recusados. E a única semente que ele deixou dentro do nosso assentamento foi alguns empreendedores, que quando o Sr. Leonel entrou, acabou isso aí. Mas, só que onde essa semente foi plantada só nasceu espinho para nós.

Então, para mim é uma vergonha, eu como Presidente de Associação, eu lutei pelos trabalhadores para assentar, eu passei fome, eu andei descalça, porque minha sandália arrebentou na rua, eu não tinha dois reais para comprar um *super bonder* para colar. E aí, o cara chega: “Eu quero terra, pelo amor de Deus, arruma terra!”. Você briga, você luta, você é discriminada e no fim o que é que o companheiro faz? Recebe o financiamento, vende e vai para a cidade de volta. E aí, o que é que ele vai fazer? Volta para os outros assentamentos, há outros acampamentos. Ele já tirou, ele coloca no nome da mulher dele, ele coloca no nome do filho dele, porque dentro do nosso assentamento, quando nós denunciemos, foi vendido o lote pelo marido. Nós denunciemos, não foi acatado, ele colocou no nome da mulher dele e agora a mulher dele vendeu, depois que recebeu todo financiamento. E o nosso assentamento não tem problema de estrada, não tem problema de ponte, mas dá para viver. Esses caras que venderam na beira do asfalto, em que ele podia pegar a produção dele e colocar numa caixa na beira do asfalto, que ele vendia, e vender a produção dele. Não! Eu não estou de acordo! Agora, muito cuidado, esses dirigentes de assentamentos, para receber essas pessoas de volta. Tem várias pessoas, dentro do nosso assentamento deve ter uns 20% só, o resto foi todo vendido, porque é que eles não acham o direito. Só acham o direito de vender depois que recebem todo financiamento do Governo. E lá tem um que eu falei, da empreendedora Adair, embora ela esteja doente, para ela não aceitar, porque ele era do meu acampamento e em dois anos a pessoa só bebia e ele não tratava nem para sobreviver, era pedindo. E essa aí recebeu o PRONAF, recebeu todos os direitos. O dono do boteco foi lá dentro do sítio dele arrastar bezerro para pagar a cachaça dele. E, hoje, esse lote está sendo negociado. E são vários! São vários! E eles saem de lá e vão para outro acampamento. E tem muitos que acontece isso aí.

Agora, eu defendo aquela família... Por exemplo, eu estou com problema seriíssimo, certo? Saiu um comentário que eu tinha vendido meu lote, porque eu fiquei 28 dias fora fazendo um tratamento, problema sério, eu não posso mexer com agrotóxico, mais nada! E sabem o

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

que é que aconteceu? Foram me denunciar no INCRA que eu tinha vendido o meu lote. Eu acho muito bonito, porque se nós vendermos o lote, nós não temos a casa, a cerca não é nossa, nada é nosso! Simplesmente, eu não estou achando bom, chego lá e entrego! Certo? E é isso que tem que fazer.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Agradeço.

Eu quero neste momento, já está encerrada todas as inscrições.

Com a palavra, o Sr. Nilton José Pereira, Vice-Presidente do PA COOPERCENTER e Banco da Terra.

O SR. NILTON JOSÉ PEREIRA - Boa-tarde ao Superintendente, eu sou Vice-Presidente lá do PA COOPERCENTER, nós somos clientes lá do Banco da Terra, eu gostaria de saber se o INCRA vai dar atenção para os assentamentos do Banco da Terra e em dando essa atenção, como que nós temos que fazer para participar do programa de consolidação, uma vez que nós já estamos assentados, nós já recebemos o PRONAF-A, implantamos uma central de produção e o nosso projeto prevê sete centrais de produção.

Então, quando o senhor fala na consolidação, isso aí realmente nos interessa e eu gostaria de saber como é que nós fazemos para chegar até o INCRA, para estar apresentando o nosso projeto e daí fazer parte do programa de consolidação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Com a palavra, o Sr. Chico Fogueteiro.

O SR. CHICO FOGUETEIRO - Sr. Leonel e Sr. Cajango, nós já estamos nos conhecendo e está parecendo que é da família já.

Eu tinha até solicitado uma audiência em Cuiabá, porque o pessoal comenta muito, às vezes critica, mas quando chega a hora de elogiar, nós também devemos elogiar. Não é bem assim o tratamento no INCRA, não! Pelo menos eu, tenho sido muito bem recebido em Cuiabá, tenho conversado várias vezes com o Sr. Leonel, com o Sr. Cajango, eu saio com ele na entrada, de lá eu invoco, vou para dentro. E eu tenho uma atenção peculiar, eu sou muito grato, até já cheguei em Cuiabá e falei: Não tenho dinheiro para ir para a rodoviária! E o Sr. Leonel: “Manda levar no meu carro!”. Eu não sei se é para se ver livre. E falou: “Vá embora! Leve no meu carro!”. Eu fui embora. Quer dizer, ele tem dado uma atenção muito boa para nós. Esse elogio, ele merece!

Agora, Sr. Leonel, vou ser bem rápido. É o seguinte: A nossa situação lá por duas reuniões, já foi feita lá com o senhor, inclusive, às 20:00 horas, o senhor está lembrado disso e sempre fica maio, janeiro, dezembro, final do ano... Agora, já passou vistoria até o final do ano, só que nós trazemos todas essas palavras e essas reivindicações documentadas. Há pouco tempo mesmo, nós demos para o senhor a assinatura do livro de Atas, para que o senhor nos responda e se fosse possível marcar esse pedido que eu fiz para em Cuiabá termos uma conversa amigável, franca e rápida, seria muito bom, porque nós poderemos resolver rápido. O problema de lá, o senhor já está ciente e fácil, fácil, resolve! Basta um sinal verde do senhor para darmos um pulo lá. Resolve rápido, eu garanto!

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Com a palavra, o Sr. Delci Rodrigues, do Pontal de Areia.

O SR. DELCI RODRIGUES - Eu gostaria de perguntar às autoridades que estão presentes na Mesa, que nós temos uma ordem de despejo por três Oficiais de Justiça e Federais para tirar 25 famílias de onde estão produzindo e são trabalhadoras, sem defesa nenhuma. Sem alegação nenhuma já chegaram os oficiais do INCRA com o caminhão que ficou circulando lá, para poder nos jogar fora. Eu não sou contra, não! Mas, que faça uma vistoria e que prove que esses 25 não são

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

produtivos, porque esses 25 que estão lá, eles estão entregando em média de 500 litros de leite ao dia. E estão com a ordem de despejo para serem jogados fora. E os que compraram lá foram 55. Por que só 25 teve a ordem de despejo e principalmente os que mais trabalham, os que mais estão produzindo? Vão lá! Se eu não for da terra, se eu não estou produzindo, que me tire, eu não vou resistir coisa nenhuma! E sou contra aquele que comprou lote e abandonou lá! Eu posso até testemunhar contra ele. Mas, que faça uma coisa bem feita! Não que chegue lá para nos pegar e jogar fora. Onde vamos colocar o gado, as vacas, as porcas paridas, os bezerros que tem que mamar, de última hora? Onde, senhores, nós vamos colocar isso? Vocês tem que saber se produzimos na terra ou não.

Eu gostaria que vocês olhassem isso com carinho.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Quero convidar o Vereador Aristóteles, para compor a Mesa.

Com a palavra, o Sr. Ailton, do Assentamento Padre Josino.

O SR. AILTON - Sr. Leonel, eu gostaria de fazer simplesmente duas perguntas: Lá foi furado um poço agora esses dias, de 360 metros para 08 famílias do MST e eles estão alegando que esse poço não vai ser atendido todo o assentamento, que são 120, só vai atender as 08 famílias.

E sobre o pessoal que comprou os lotes, eu gostaria que vocês fizessem uma vistoria mais rígida para ver quem pode ficar e se passa pelo padrão do INCRA. Só isso que eu gostaria de falar.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Agradeço. Foi bem objetivo!

Com a palavra, o Sr. Nei, do PA Carlos Marigueli.

O SR. NEI - Eu gostaria de fazer uma pergunta ao nosso amigo, o Superintendente do INCRA: Como é que vai ficar minha situação? Porque eu estou lá há três anos e quatro meses, e os meus companheiros estão lá também. Eu gostaria de ter uma resposta sua agora, porque eu comuniquei ao INCRA que estou lá há muito tempo. Agora, gostaria de saber de você uma solução para o nosso problema agora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Agradeço. Foi objetivo!

Eu quero fazer um registro aqui, que a pessoa não vai usar da palavra, mas pediu para registrar. A Srª Ana Lúcia Brandão do PA Canta Galo diz que a estrada do assentamento está precária, não está dando para sair a produção do PA Canta Galo.

Deixa isso registrado a Srª Ana Lúcia Brandão. Ela pediu para registrar isso aqui.

Com a palavra, o Sr. Valmor Luís Bresan, Coordenador de Agricultura de Primavera do Leste.

O SR. VALMOR LUÍS BRESAN - Senhoras e senhores, eu já pedi muito a palavra, eu já podia falar de manhã.

Eu só tenho pena que as pessoas que tinham que ouvir isso não se encontram aqui. Quando me disseram que todo aquele monte de dinheiro voltou do PRONAF porque não teve o projeto e não teve a capacidade de dizer que foi por excesso de burocracia que nós não conseguimos o dinheiro. Essa é a grande verdade. Eu falei isso uma vez quando o Superintendente era o Sr. Carlos Avalone, que esteve em Primavera do Leste, Sr. Deputado... (VIRADA DE FITA) ...disse que não, que era norma do banco. Eu disse ao Sr. Superintendente e afirmo para todos que vieram aqui de novo: eles pedem tanta certidão, tanta papelada, que só falta pedirem certidão dos pecados dos pequenos produtores. Agora, do grande, eu acredito que não peçam, eu acredito que deve sair uma fatia lá por trás, por isso o dinheiro sai mais fácil.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Eu demorei onze meses para conseguir uma merreca de dezoito mil reais e hoje consigo tocar o meu pé de meia por conta. E essa facilidade tinha que ser revista, essa burocracia, Srs. Deputados, porque o grande empecilho impede o pequeno produtor de começar a dar o passo e ele esmorece no caminho. A burocracia é tanta que desanima. É uma pouca vergonha!

Uma outra questão, quando se refere à reforma agrária e agricultura familiar, eu queria aqui, encarecidamente, reafirmar o apelo e o pedido. O senhor lembra que na AGRISHOW conversamos um pouquinho. O senhor talvez não se lembre muito bem. Mas, quando se trata da agricultura familiar, está se cogitando um CEASA em Cuiabá. Eu gostaria que os nossos Deputados, as nossas autoridades, tirassem o capricho, o tempo, sei lá, o que preciso for, para destinar grande parte desse CEASA para os pequenos produtores, para os assentamentos. Porque, senão, o que estará acontecendo? Nós vamos produzir os hortifrutigranjeiros, ou o que for produção, na pequena propriedade, e vamos estar entregando para o atravessador. Seria a mesma coisa de fazer um galinheiro e botar a raposa para cuidar da porta do galinheiro. Não vai adiantar nada. Temos que ir lá vender o nosso produto.

Eu sou um produtor de transgênico em Primavera do Leste. Eu forneço um tipo de produto para Cuiabá e Rondonópolis. Eu demoro cinco meses para ganhar dez reais numa caixa de batata. O atravessador ganha oito reais dentro da semana. Se ele tem despesa, eu também tenho. E por que não eu, o pequeno produtor, ter o *boxe* lá para, ao invés de vender a dez, vender a doze? Assim mesmo estaria barateando seis reais para o atravessador do mercado ou para o consumidor. Isto é um ponto muito importante que temos que bater o pé e conseguir, segurar grande parte desses *boxes* do CEASA para as pequenas propriedades, para os pequenos produtores nos assentamentos. Senão é o que eu disse, primeiro, vamos fazer o galinheiro e botar a raposa para cuidar da porta do galinheiro. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Com a palavra, o Sr. Antônio Ferreira dos Santos, Presidente do Assentamento Santo Expedito.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DOS SANTOS - Boa-tarde!

Eu quero agradecer o Deputado, a pessoa do INCRA.

Nós estamos no Assentamento Santo Expedito. Nós estamos sem luz, sem água e sem estrada. Nós estamos há quatro anos lá, estamos cada qual na sua parcela, mas nós não temos luz, não temos estrada. Nós temos alguém que tira leite. Temos o dinheiro do PRONAF para comprar as vacas, mas não temos como levar o leite até o destino, onde o caminhão pega. Nós estamos sem estrada e sem luz ainda. Quatro anos sem luz e sem estrada!

Então, nós estamos pedindo que vocês verifiquem isso aí, dêem uma olhada lá, olhem como está a nossa situação. Somos do Santo Expedito e nós necessitamos de luz, água e estrada.

Eu agradeço a oportunidade, a posição de vocês. Nós estamos ali batalhando. Nós temos um resfriador colocado pela COMAJUL. Então, se uma empresa nos ajudou, por que o INCRA também não nos ajuda? Nós estamos necessitando.

Eu agradeço a oportunidade. Boa-tarde para cada um.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Muito obrigado.

Eu quero aqui dizer que, parece-me, Presidente, que está nos próximos lotes do Projeto Luz para Todos. Eu quero até perguntar para o Genilton. Eu não sei se o INCRA tem a lista, mas eu acho que está. Nós vamos nos empenhar, mas me parece que já está. Nós vamos lutar por isso. Pode contar com a gente.

Com a palavra, o Sr. João Donbrosiok, da Associação...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Não, Santo Expedito já falou. O senhor quer falar também? Santo Expedito de novo, eu já citei, mas eu acho este espaço é democrático. Mas eu queria...

O SR. REPRESENTANTE DO ASSENTAMENTO SANTO EXPEDITO - Boa-tarde, Deputado Zé Carlos do Pátio e nosso amigo do INCRA.

Eu queria dizer o seguinte, Deputado, como o Presidente da Associação do Santo Expedito falou, nós não temos nada. Nós temos simplesmente a parcela e o braço para trabalhar. Estamos indo muito bem, obrigado. Mas queria dizer ao Superintendente do INCRA que nós temos na estrada carreiro que puxa o leite, mas que passam ladrões, levando tudo aquilo que nós produzimos.

Eu queria dizer, encarecidamente, Superintendente, que o senhor tome uma decisão, porque senão eu tranco o corredor. Eu não vou plantar nada para vândalo pegar e levar embora. Roubam óleo, roubam banana, roubam mandioca, tudo que nós produzimos. Alguém de Rondonópolis ou de outra cidade que está carregando. Então, como que eu vou pagar o banco se me roubam tudo que eu faço?

Então, Superintendente, pelo amor de Deus, faça estrada, leve água, porque no ano passado, Deputado Zé Carlos do Pátio, nós já levamos o nosso gado do PRONAF num córrego para beber água três quilômetros longe!

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Com a palavra, o Sr. Delçon Souza, Assentamento Padre Josino.

O SR. DELÇON SOUZA - O negócio é o seguinte: com poucas palavras, eu quero dizer ao Superintendente do INCRA. Eu sou lá do Padre Josino. Tem três anos que eu moro lá. O meu lote não foi embaixo da lona. É um lote que passaram para mim. Então, eu quero saber do meu caso e de muita gente que tem lá. Nós somos trinta e oito famílias e todos compramos lote lá, vamos dizer logo assim. Então, de repente, chega e fala assim: “Vamos despejar todo mundo e sair”, é o nosso caso. Eu tenho gado, tenho minhas galinhas, tenho porco, tiro leite e entrego na COMAJUL, em São José do Povo. E fica uma situação difícil, porque nós temos filho e o que tínhamos na cidade, nós aplicamos tudo na terra, está tudo lá, porque quando cheguei nesse lote não tinha nada, quando foi passado para mim não tinha nada. Eu fiz cerca, consegui energia porque não tinha, eu tive esse privilégio, graças a Deus, briguei muito porque eu morava lá e ficava no escuro.

Então, eu quero saber da situação. No ano passado, quando me passaram o lote, falou que tinha dívida com o Governo do Estado, eu estou conseguindo pagar. No ano passado, vendi vaca para pagar a prestação do lote. Eu sei que passaram porque tinham dívida. Então, é uma situação difícil.

Vemos o que está acontecendo no Pontal do Areia, que já foi caminhão, já foi a Polícia Federal para tirar esse povo. Eu tive uma notificação, o povo do INCRA esteve lá e passou uma notificação, mas só que não perguntaram para mim: “O que você fez? Quanto tempo você está aqui?”

Então, eu acho que deve fazer nova vistoria nesse pessoal que comprou lote lá, para ficar um negócio mais... Quem deve encaixar na reforma agrária, quem não deve, eu acho, para evitar conflito, porque o pior de tudo, hoje, conflito tem no Brasil inteiro. Agora, tirar esse povo, quem tem benfeitoria, como é que vai ficar? Está certo, é errado? É. Mas, talvez, pela informação que a não tivemos, nós pegamos e fizemos essa, vamos dizer assim, burrice e hoje talvez estamos pagando caro por isso. Era só isso, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Agradecemos a presença do trabalhador.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Com a palavra, o Sr. Valdecir Tavares. Ele pediu para passar o nome dele. Com a palavra, a Sr^a Mariane Andrade, Assentamento São Bento.

A SR^a MARIANE ANDRADE - Boa-tarde!

A pergunta que eu quero fazer é para o Sr. Leonel: eu gostaria de saber do Sr. Leonel se, no nosso Acampamento São Bento, nós estamos assentado ou acampado, e quando vai ser o parcelamento.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Muito obrigado.

Com a palavra, o Sr. Manoel Soares, da Gleba Ribeiro - já falou.

Com a palavra, o Sr. Manoel de Jesus, do Assentamento São Francisco.

O SR. MANOEL DE JESUS - Boa-tarde para todos!

Eu estou aqui, porque eu também tenho um pedaço de terra lá no São Francisco. Essa terra, eu sempre estou trabalhando em cima dela. Criei porco, galinha. Criei o meu gadinho lá em cima. Eu tenho trabalhado porque não tenho outro serviço e o meu serviço é ali. Todo momento o pessoal fica falando que eu vou perder a minha terra, ali trabalhada. Trabalhei para produzir, para ter meu pedacinho de terra, porque quem trabalha sempre Deus ajuda. Ficamos preocupados. Todos querem ter, mas poucos querem trabalhar. O meu está ali para quem quiser ver, é pequeno, mas é uma coisa abençoada por Deus. Eu tenho trabalhado, a minha produção é de ovos, da galinha, do porco, que eu vendo, pimenta que eu mando para feira. É essa a produção que eu estou tendo.

Um dia eu até comentei com o Deputado Zé Carlos do Pátio... Quero agradecer a presença dele. Ele falou que ia ter esta reunião. Meus irmãos, quem trabalha, Deus ajuda. Hoje, muitas pessoas estão aí desempregadas, precisando de um trabalho. No meu trabalho, eu sempre falava: eu queria ter um pedacinho de terra para produzir, ter minhas coisas. Assim foi o meu sonho. Assim estou trabalhando ali. Estou aqui com vocês, mas tenho que ir para lá tratar das minhas criações, das minhas coisas. Mas é uma coisa com que eu me sinto muito alegre, porque foi Deus que me deu, porque eu pedi a Deus para Deus me dar um pedaço de terra. Cheguei só com a cara, a coragem e meus filhos.

Assim, de onde estou trabalhando, eu peço a vocês que estão ouvindo, o pessoal do INCRA, que tenha misericórdia. Nós, vamos dizer assim, estamos abandonados, estamos trabalhando. Eu estou precisando de água. Não tem água também. Estou em cima de um lugar que vou falar para vocês, tem hora que vou almoçar duas horas da tarde sem água. Da água, eu corro atrás. São mais de seiscentos metros de mangueira. Eu chego, as mangueiras estão cortadas, estão todas arrebentadas, porque é por cima da terra, o pessoal passa maquinário em cima e ficamos naquele sofrimento.

Eu peço para vocês que tenham misericórdia. Nós também somos filhos de Deus. Eu tenho trabalhado ali. Se vocês forem e olharem o meu trabalho ali, vocês falarão: "O rapaz merece mesmo." É pequeno, mas é um pequeno que Deus me abençoou e eu tenho trabalhado em cima. Eu preciso da água, da luz, porque não tenho essas duas coisas em cima desse pedacinho de terra.

Agradeço a cada um de vocês.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Obrigado ao companheiro do Assentamento São Francisco, na divisa de Rondonópolis e São José do Povo.

Pois não, o senhor quer falar? Use a palavra, eu achei que ele estava dizendo que não queria usar da palavra. Então, identifique-se e fale o assentamento. Aqui é democrático o espaço.

O SR. WILSON - Boa-tarde, Deputado Zé Carlos do Pátio!

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Eu o conheço desde o tempo que estava lá no pátio, engenheiro civil. Eu sou agrimensor aqui desde 78...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu tinha citado o seu nome, mas você não estava presente...

Sou Wilson, agrimensor.

Eu queria declarar que sou um sem-terra desde o tempo da Gleba Rio Vermelho. Eu não fui selecionado. Essa é uma frustração que eu carrego até hoje.

Eu dirijo a pergunta ao Sr. Superintendente: por que o técnico, às vezes, solteiro, na época eu era solteiro...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Pode usar o meu microfone.

O SR. WILSON - Não pude ser contemplado com a terra. Eu era técnico agropecuário. Fiz quatro anos de ginásio agrícola e três de técnico. Depois me tornei técnico em agrimensura, e abracei essa causa. Desde 77 que sou agrimensor. Hoje, graças a Deus, sou geomensor e tenho muita esperança, agradeço ao Superintendente que me trouxe a resposta com esperança ainda. Espero que regularize a situação do georreferenciamento.

Outra coisa, eu mandei para você, para a comissão... Eu acredito na organização de cada um de vocês. Sem organização não se vai a lugar nenhum. Eu sou técnico agropecuário, técnico em agrimensura, corretor imobiliário e estou fazendo turismo. Turismo pode ser uma opção para os pequenos produtores.

A única maneira de vocês fugirem do aspecto negativo do latifundiário é se organizarem, reivindicarem, aprenderem, informarem. Eu acho um absurdo o que aconteceu, duzentos milhões voltarem por falta de projeto.

Então, eu dou uma sugestão para a Comissão: que vocês organizem, por exemplo, um cadastramento de profissionais autônomos mesmo, para atender os produtores rurais, uma vez que a EMATER, a EMPAER, no caso, ou outras entidades, outros órgãos, às vezes, não têm funcionários, dinheiro para... Mas no momento que tiver dinheiro, mas no momento que não tiver dinheiro nós profissionais da área, credenciados, podemos atender a demanda, os pedidos...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Obrigado.

O SR. WILSON - Eu quero agradecer a comissão por esta oportunidade. É a primeira vez que participo de uma Audiência Pública. Acredito que o Deputado está no caminho certo, sendo um leão do Centro-Oeste para desbravar os problemas da comunidade e de todos os setores.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Obrigado, Wilson. Eu já tinha chamado você, talvez, você não estivesse na hora aqui. Muito obrigado.

Com a palavra, o Sr. João Bosco Prado da Silva, Acampamento Gleba Ribeiro, Guiratinga.

O SR. JOÃO BOSCO PRADO DA SILVA - Boa-tarde, Deputado Zé Carlos do Pátio! Boa-tarde, Leonel!

Eu sou João Bosco lá da Gleba Ribeiro, Município de Guiratinga.

Eu estou aqui, Leonel, para fazer uma cobrança meio dura. Nós estamos acampados há dois anos lá na Gleba Ribeiro na beira da rodovia. Nós estamos precisando da mão do INCRA lá para tirar os pontos da área, para dar mais uma animada na galera lá. A lona está rasgando. A palha, o fazendeiro não deixa tirar. Condições e dinheiro, ninguém está tendo mais. A água é muito difícil também lá, Deputado Zé Carlos do Pátio. Está uma calamidade lá, Leonel.

Então, nós estamos querendo uma mãozinha do INCRA. Vá lá nos fazer uma visita. Já foi agendado duas vezes em Cuiabá e nada foi cumprido. Então, nós estamos precisando de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

uma mão. Tem muitos latifundiários. Nós estamos na beira da terra da União, fazendas improdutivas, fazendeiro passa dando risada na nossa cara e os trabalhadores com vontade de trabalhar e não têm condições.

Então, dá uma mãozinha e fica tudo bacana, Leonel. Mandando o INCRA para lá, nós já ficamos satisfeitos. Nós não temos condições, não temos ônibus. Tem uma viaturinha lá que puxa os alunos, mas é muito derrubadinha. Então, é preciso dar uma mão, porque o trabalhador, passando para terra para trabalhar, produzindo, ele trabalha com mais clareza, com mais pureza e fica mais satisfeito. Era só isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Obrigado.

Com a palavra, o Sr. Evangelista.

Eu quero aqui dizer que o Acampamento Ribeiro é ocupação de terra pública da União. Há muito tempo vem uma luta dos trabalhadores lá. Ali seria bom assentar aquele povo para amaciar o lombo desses latifundiários (PALMAS) que estão ocupando terra pública da União.

Com a palavra, o Sr. Evangelista.

O SR. EVANGELISTA - Boa-tarde, Deputado Zé Carlos do Pátio! Boa-tarde, Leonel, todos os componentes da Mesa! Boa-tarde a todos companheiros e companheiras que aqui hoje estão presentes!

Eu não poderia deixar de falar porque é uma situação complicada que nós nos encontramos, em todo o Estado de Mato Grosso, na questão de reforma agrária que foi iniciada em 95. Está igual ao que o Leonel disse, deixaram várias dividas e hoje estão cobrando da atual administração. Mas, por outro lado, eu quero dizer também que, muitas vezes, fizeram vistas grossas para algumas dívidas, mas também não fizeram vistas grossas para outras situações como a dos colonos que estão ocupando seus lotes.

Quero dizer também que no Pontal de Areia, hoje, existem cinqüenta e cinco lotes que foram renegociados, porque não estão os parceleiros originais, hoje estão outras pessoas. São outras pessoas também que têm condições de trabalhar, são pessoas que querem ficar na terra, que lavraram sua terra para dela tirar seu sustento.

Quero dizer, quero colocar como um ponto de referência, um casal ali. Venham aqui, Sr. Rui e Dona Dalila, por favor, rapidinho...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Nós temos mais três pessoas inscritos ainda.

O SR. EVANGELISTA - Eu quero só dizer, Leonel, que este é um dos fatores... Um senhor como este, que está com a sua senhora que é doente, está lavrando o seu lote. Muitas vezes a senhora desmaia, ele puxa para sombra, depois se levanta, vai trabalhar para tirar o sustento. Antes, o lote estava quase abandonado lá pelo primeiro colono. Hoje, está bem trabalhadinho, bonitinho. E lá está este casal de velhos com um rapaz, trabalhando no seu lote.

Agora, eu digo: qual é o mercado de trabalho que vai pegar esses senhores? Onde está esse mercado de trabalho que vai se comprometer com todas as leis e empregar este senhor com esta senhora? Para onde este senhor e esta senhora vão? Porque eles não têm para onde ir e assim sucessivamente.

Eu considero que a lei deve ser cumprida, mas que seja cumprida numa situação que dê credibilidade para quem precisa de credibilidade, não passar o facão, porque muitas vezes o latifundiário tem, está ilegal, está com terra da União e é reembolsado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, é desapropriado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Muitas vezes, vocês vão ser despejados, isso se não acontecer o pior dentro do Estado e não tiver remuneração nenhuma. Não tem esse compromisso com vocês, o que vocês entregaram lá vai ficar, não pode ser tirado.

Então, eu quero dizer que se cumpra a lei, mas que também faça um rastreamento em todos os assentamentos, para ver as pessoas que precisam, quem não precisa da terra tire da terra. Agora, aqueles que precisam, eu acredito, têm que ficar na terra, porque vai ser um dinheiro investido para desapropriar esse cidadão que vai dar para assentar duas famílias ou mais.

Quero dizer também para o Leonel que no Assentamento Pontal existe um poço artesiano perfurado, mas até agora não está funcionando. Existe lá um pedido de projeto elétrico do poço, mas a CEMAT não liga.

A educação precisa de estrada. Educação se faz com água. Não tem jeito de fazer educação... Foi muito bem colocado pela companheira Fátima que aqui disse que é necessário demais estrada. O ônibus quebra. Não tem água, não tem estrada, não tem como fazer educação. Para ter um futuro do Brasil melhor, amanhã, tem que ter educação, e é nisso que temos que investir, na educação e na infra-estrutura, onde o colono estiver. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Esta fala aqui me deu uma baqueada... (PALMAS). Eu acho que nós temos que buscar uma saída para essa questão. Essa questão é muito séria. Temos que buscar uma saída não fazer aqueles discursos emocionais, mas você olha esse trabalhador e a sua mulher... Vocês olharam para eles? Não é preciso falar mais nada... (PALMAS.)

Com a palavra, o Sr. Sérgio Domingos dos Reis, Assentamento Vale do Prata.

O SR. SÉRGIO DOMINGOS DOS REIS - Quero fazer uma pergunta para o Lenoel sobre o Assentamento Vale do Prata, sobre um acordo que foi feito entre o MTA e a FETAGRI. Nós queremos saber por que estamos isolados naquele lugar. Não está tendo mais solução. Cesta, faz cinco meses que não vai cesta para nós. Então, nós estamos querendo saber se esse acordo foi feito, Leonel, para desenrolar aquele problema lá, porque chega de sofrer embaixo da lona.

O Presidente atual lá é o Marcílio Nunes Porto. Ele liga para você e você fala que ele não pode marcar reunião porque tem que ser o Valter do Sindicato de Guiratinga. Agora, o Valter do Sindicato de Guiratinga só está com sacanagem. Ligue para o Valter, procure saber com o Valter que jeito é essa fazenda lá, ele não sabe que jeito é essa fazenda.

A Deputada Teté Bezerra, o Deputado Zé Carlos do Pátio, teve um comício no Vale Rico e eles falaram: “Sorriam porque ano que vem vocês estarão na terra de vocês.” Você se lembra daquilo. Nós sorrimos lá, alegres, mas deram essa risada em cima do nosso pedaço de terra, que é o que nós brigamos. Então, nós estamos querendo saber se esse acordo existe mesmo entre o MTA e a FETAGRI, porque nós somos pela FETAGRI. Aí os comentários são esses, se o Marcílio fez esse acordo com o MTA, vai sair tudo junto com o MTA, diz que a Federal vai lá tirar todo mundo...

Então, nós estamos em trinta e cinco. Eram cento e dez, quando fizemos essa associação lá. Agora nós estamos em trinta e cinco. Muita gente foi desistindo, está acabando e pelo jeito não vai virar nada porque nós estamos nas últimas, não estamos tendo cesta, não estamos tendo apoio, estamos isolados naquele lugar.

Então, eu peço para você responder para nós, porque chega de sofrer. Já estou nas últimas mesmo. Falei para turma que vou esperar até, eu acho... Inclusive, vou até passar, foi uma análise de tirar a terra, mas não identifica se é o INCRA, se não é, porque nós temos a nossa associação aqui, Associação dos Trabalhadores Rurais do Vale Rico...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Então, se chega alguém do INCRA lá, eles não dão moral, eles vão lá no MTA. Se nós quisermos temos que ir correndo atrás. Os nossos documentos já não estão nem com os números de tanto levar para o INCRA, mas nada é solicitado para aquele lugar. Então, eu peço, Leonel, olhe por nós naquele lugar, no Assentamento Vale do Prata. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Com a palavra, o Sr. Zico, do Assentamento Paraíso, Dom Aquino.

O SR. ZICO - Boa-tarde, pessoal! Boa-tarde, Leonel!

Eu sou lá do Assentamento Paraíso. Há oito anos estamos assentados ali sem água. Lá tinha um projeto de irrigação, inclusive foi liberado dinheiro para montar o projeto de irrigação e foi desviado esse dinheiro, o dinheiro sumiu. O dinheiro saiu da Secretaria de Agricultura e desapareceu na época do Governo Dante. O Secretário de Agricultura da época não implantou o projeto, mas a FEMA estava lá e nós nem sabíamos disso, estive lá para fazer um licenciamento ambiental, procurou o projeto e não achou.

Então, eu queria dizer que o motivo pelo qual muitas pessoas venderam os lotes foi esse. Tinha um projeto de irrigação, nós temos o lote e tem um outro lotezinho de irrigação que é na beira do córrego. Muita gente vendeu esses lotes que hoje estão ocupados por outras pessoas que estão trabalhando. Eu não vendi, só que nessa lista de pessoal que vai retomar, estão querendo retomar o meu lote.

O Leonel mesmo falou que o investimento que é feito em cima de terra pública, se você não é assentado, é um investimento de má fé, porque as pessoas perguntam: “Se eu for despejado, vai me indenizar?” Então, você fez o investimento de má fé, você não tem direito. Só que eu sou assentado, não fiz investimento de má fé, não. Está tudo plantado lá, está tudo bonitinho, não vou entregar para ninguém, não.

Então, estou colocando isso aqui. Vocês são testemunhas. Se amanhã ou depois, vocês me verem reclamar disso é porque estão fazendo injustiça comigo. Eu conheço o Leonel da luta. O Leonel é companheiro de luta. Eu o conheci em Cáceres, quando eu ainda era membro do MST. Nós sabemos da luta dele. Sempre nos ajudou lá quando ele era executor da EMPAER. Ele nos ajudava com carro, com gasolina, a própria casa dele servia para nos abrigar, para às vezes nos esconder dos pistoleiros que nos perseguiram.

O Deputado Zé Carlos do Pátio conhece a minha luta, sabe. O Cajango viu. Eu fiquei quatro anos impedido de pegar recurso. Fui perseguido pelo MST, porque eu montei um movimento paralelo ao MST. Eu vou pedir licença para continuar falando aqui, porque vou precisar explicar uma coisa aqui: nós temos que parar de nos mobilizar através dos políticos. Vamos juntar duas pessoas de cada assentamento. Vamos montar um fórum permanente para defender os nossos direitos.

Dia 25 de julho é Dia do Trabalhador Rural. Hoje é o Dia do Trabalho. Nós poderíamos marcar um local para nos encontrarmos em Rondonópolis e discutirmos as nossas questões, para podermos conseguir realmente reverter essa situação. Uma coisa é a lei, outra coisa é o homem. Quem veio primeiro? O homem ou a lei? Eu acredito que Deus fez primeiro o homem, depois ele fez a lei para organizar melhor a sociedade (PALMAS).

Deputado Zé Carlos do Pátio, eu vou terminar esta fala porque estão me cobrando aqui.

Uma coisa que nós temos que nos preocupar, Leonel, na questão dos assentamentos, é com a questão do meio ambiente. Por quê? Morreram duas vacas minhas no valor de mil e quinhentos reais, que eu comprei com o dinheiro do PRONAF. Por quê? O INCRA libera o dinheiro para fazer a estrada bem feita, manilhada, para caber dois carros, o prefeito só faz com uma

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

e doa as manilhas para candidato pedir voto. Aí nas nossas estradas acontece erosão, desce para a represa, assoreia a represa, seca, a água leva a terra para dentro do córrego, o córrego leva para dentro do rio e o rio vai descer lá para o Pantanal. Então, o meio ambiente tem que ser preservado, porque a consequência vem em proporções catastróficas e todo mundo paga.

Então, eu quero convocar vocês: vamos montar o fórum permanente para defender nossos direitos. Vamos tirar duas ou três pessoas de cada área, vamos marcar o local, vamos nos encontrar. O meu nome é Zico. Se quiser falar comigo, nós temos telefone, tem o lugar, tem o Afonso que é de Rondonópolis, e vamos discutir os nossos direitos. Não precisa mandar ônibus, não precisa dar almoço, nós viremos com o nosso dinheiro.

Se vocês quiserem, nós vamos montar um movimento (PALMAS), não para defender vendas de lote, mas para fazer justiça social. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu agradeço, Zico.

Eu quero colocar para você, Zico, que eu acho que quem faz a reforma agrária e quem faz as mudanças não é a classe política. Então, eu concordo com você, quanto mais a sociedade tiver organizada, mais nós vamos conseguir as transformações.

Então, eu quero aqui que nós só somos um agente para ajudar a encaminhar, mas quem tem que dar o rumo são os trabalhadores. Essa consciência eu tenho. Não adianta... (VIRADA DE FITA) ...lá de Cristina. Lá é o 26 de Janeiro, não é o acampamento lá de Cristina, não? Daniel, vem Daniel.

O SR. DANIEL - Boa-tarde. Quero cumprimentar a Mesa, cumprimentar todos os companheiros aqui presentes.

Então, companheiros de luta, de nosso acampamento, eu quero fazer uma pergunta ao Sr. Leonel.

Em uma oportunidade em que estava eu, o Benedito e o Mineirinho, ele disse que a questão da Fazenda Bom Jesus, do P.A do Bom Jesus, que para a gente entrar no orçamento, a nossa área entrar no orçamento de 2005, teria que fazer um aditivo. Eu quero que o senhor responda para mim como são esses aditivos, quais as condições que serão feitas. Tem que ser feito, nós não queremos correr esse risco, de que não entra a nossa área no orçamento de 2005. Outra coisa é a homologação, a nossa homologação, porque estava com dois meses, e estava mudando o sistema do INCRA, esse é o conhecimento meu. Eu não sei se já tem um novo sistema ou não.

O Sr. Leonel disse em uma oportunidade que assentou treze mil famílias, então eu pergunto agora, Sr. Leonel: nós estivemos aqui fazendo um levantamento, já dentro mesmo no decorrer da audiência, depois que o senhor usou a fala, para ver se dos doze municípios da região Sul se tinha assentamento da gestão Leonel e, portanto, não existe. Então, eu quero saber onde estão esses assentamentos. Essa é a minha colocação.

Deputado Zé Carlos, parabéns pela sua criatividade. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Obrigado.

Com a palavra, a Srª Iraci, da Gleba Rio Vermelho.

A SRª IRACI - Boa-tarde a todos que estão a Mesa.

Sou da Gleba Rio Vermelho, sou moradora, sou a primeira grileira da Gleba Rio Vermelho. Então, eu gostaria de saber, do Sr. Leonel, quando que vamos receber os nossos títulos, pois nós estamos lá há dezessete anos, foi uma das glebas que não teve apoio, pode-se dizer, do INCRA, não tivemos estrada, só no papel; não tivemos estrada, tínhamos projeto de ponte que não foi feita pelo INCRA; tínhamos escola que não foi feita pelo INCRA; tínhamos as casas, que tínhamos direito, como todos têm direito, menos a Gleba Rio Vermelho, onde até hoje temos morador debaixo das palhas, debaixo de lona.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Eu gostaria de saber por que a Gleba Rio Vermelho está esquecida. Nós temos somente três poços que foram feitos pelo INCRA. Os dois primeiros estão até hoje, mas o último que foi feito, veio uma ventania e derrubou todos os postes. Depois fui em Cuiabá, juntamente com o INCRA, ele disse que o dinheiro já tinha sido repassado pra nossa comunidade. Só que ele veio diretamente pela Prefeitura, e simplesmente a Prefeitura não fez. E aí, quando eu cheguei aqui de volta, disse para o Prefeito: você vai refazer senão a televisão vai lá publicar vocês na televisão. Com duas semanas nosso poço foi feito, malfeito, na linha dois. Aí, com mais dois meses, afundaram todos. E nós estamos sem água até hoje. Nós não podemos plantar, nós não podemos dar água para o nosso gado, na seca não podemos fazer nada.

Quero saber se o INCRA já mandou esse dinheiro para refazer esse poço ou não. Eu gostaria que o INCRA desse força. Principalmente pelo nosso dinheiro, porque, nós que somos moradores antigos, não somos culpados de ficar lá por causa dos compradores. Não, então entreguem os nossos títulos, pelo menos para quem está lá para trabalhar, que somos obrigados a estar lá junto com os outros, e padecendo por causa dos outros que estão comprando as terras. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Obrigado.

Com a palavra, a Sr^a Aparecida Souza, do assentamento Salete Strozar.

A SR^a APARECIDA DE SOUZA - Boa-tarde para todos vocês, muito prazer em encontrar todos vocês aí na Mesa, como o Deputado Zé Carlos, como o Sr. Leonel.

Com muita alegria eu estou aqui representando a todos, porque não escutei falar lá na Salete, então, eu estou lá, sou a proprietária lá do sítio.

Então, eu gostaria que o Sr. Leonel me desse uma informação, de como que podia fazer, porque eu estou lá, até agora não tenho documento nenhum, eles passaram lá, levaram alguns documentos, mas até hoje eu não tenho. Aí o senhor que me deu, que cedeu o sítio, ele já morreu, ele estava muito ruim, e aí eu fico assim, não sei o que faço. Eu gostaria que os senhores fossem lá, vissem onde eu estou, o meu sítio, a minha casa, inclusive o Deputado Zé Carlos me conhece há vinte anos. Então, ele sabe que eu sou uma trabalhadora, minhas mãos toda calejada, meus filhos vão lá, me dão apoio e assim eu vou indo. Eu gostaria que vocês me dessem força.

O PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Fica na divisa de Juscimeira com Dom Aquino.

A SR^a APARECIDA DE SOUZA - Não, para lá de São José do Povo quinze quilômetros. Na Fazenda onde era do finado Donato. Lá só tem eu, também. Lá são trinta famílias, só tem eu. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Obrigada, senhora. Eu estou dizendo que lá tem que abrir uma estrada interligando a Dois Irmãos até a Salete Strozar. Aqui foi feita uma pergunta, chamou algum representante do acampamento Furna?

Armando Nunes, artista, para usar da palavra.

O SR. ARMANDO NUNES - Boa-tarde, queridos revolucionários desse país. Esse povo que está reunido aqui hoje a convite do Deputado Zé Carlos do Pátio, vem mostrar a força do outro lado do país. Aqui não está o pessoal da máquina, do agronegócio que foi feito para lá da Vila Operária, lá do Bom Jardim Atlântico, aqui está o representante dos sacrificados, do povo, Zé Carlos, maior respeito pela sua pessoa, que após sete dias de uma explanação e de uma luta nacional dos grandes que estão destruindo Mato Grosso, você tem coragem de trazer a Assembléia Legislativa desmoralizada por um punhado de gente que tem lá.

Gostaria que o Pedro Taques estivesse aqui, mas não está, que é um dos grandes Procuradores da República Federal. Eu, como cidadão, como trabalhador, como povo, não poderia

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

falhar. Zé Carlos do Pátio, sua atitude é das mais nobres dos poucos políticos que tem Mato Grosso, que aqui tem uma leva de safados, que não tem compromissos com vocês, vocês que são o sustentáculo dessa pátria, não é o agronegócio, não, aí é uma enganação. Nós estamos sustentando é a China, nós estamos sustentando são os Estados Unidos. E vocês sustentam o povo, vocês estão mudos, como diz aquele Presidente babaca, o Lula, estão com a bunda no banco. Esse não é argumento de Presidente, de que nada faz o pequeno, só enganação. Nós não podemos aceitar esse PT que está aí para enganar, temos que brigar. Um rapaz que estava aqui falou: vamos criar um movimento dos sem terra. Eu não sou sem terra. Eu não tenho nada, só não tenho escultura para fazer, porque eu sou um sem escultura.

Eu gostaria, Zé Carlos, para não atrapalhar sua manifestação pública, e acho que você tem que se orgulhar desse momento, embora eu discorde de alguma coisa de você, e acho que você criou na sua vida pública, nesse mandato, o direito de ser a maior liderança do PMDB do Estado e não assumir publicamente, porque você teve uma votação aqui esplendorosa, graças ao povo de Rondonópolis. O povo de Rondonópolis não concorda com essa administração medíocre, comprada pelo Governador. Você teve uma votação esplendorosa... (PALMAS), você não está sabendo usar, você não está sabendo usar o direito que você adquiriu. Ai, eu discordo de você, mas, no resto, eu concordo com você. E gostaria que vocês trabalhadores que vão lá atrás de uma cesta básica, uma cesta básica, eu não aceito que vocês fiquem calados diante dessa governança mentirosa, e reaja, povo, porque povo unido jamais será vencido. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Obrigado.

Eu quero convidar agora a professora Jucileide Maria Rondon, para usar da palavra.

Depois nós vamos passar para o Leonel responder.

A SRª JUCILEIDE MARIA RONDON - Eu queria dizer que fiquei muito emocionada com o Armando, que é meu companheiro vizinho. É isso aí, a gente constrói a história de Rondonópolis. Eu sou filha dessa terra, saí daqui aos dezessete anos para estudar em Cuiabá. Fiz o magistério aqui.

O companheiro José Carlos, chegando de Minas, formado em Engenharia, dando suas aulinhas, foi convidado para ser Secretário de Obras da Prefeitura e ali, depois do seu expediente, muitas vezes encontrei com ele fazendo plantas de casa para quem não podia pagar um engenheiro, de graça. Era o cotidiano da gente. Eu moro ali na Otávio Pitaluga, sou filha do professor Mariano e da professora Erandi, que tem o comércio ali há quarenta e dois anos, a Casa Clima.

Saí para estudar em Cuiabá e lá fiz minha militância política no Partido dos Trabalhadores, graças a Deus que eu saí daquela visão pequena, burguesa e consegui fazer um contato com o povo em suas causas que são expressivas e mais importante para gente que vem do povo. A gente que tem uma origem agrária, meu avô era um polonês que se radicou aqui na Marechal Rondon, mas trabalhou primeiro aqui na Paulista, trabalhava de plantar café, naquele período da migração. Não deu certo, deu broca nesse café e replanta de novo.

Então, resgatar a raiz da gente é muito importante. E ver vocês para mim hoje foi de uma emoção muito grande, muito grande mesmo, porque vocês são aqueles que, na década de setenta, ou final da década de setenta, foram banidos, ou muitos de vocês são descendentes daqueles que foram banidos para implantar o grande projeto nacional de plantação de soja das grandes áreas rurais, e vieram para cidade e hoje retornam para o campo. E hoje eu acompanho esse processo. Eu que tomei banho no Rio Ararial quando suas águas eram limpas, que pesquei no rio Vermelho, fui

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

até a Barra do Jurídico pescar com meu pai, sei da importância que o movimento como de vocês tem para fazermos uma sociedade mais justa, mais igualitária, mais fraterna e mais humana.

Era isso, eu só queria deixar minhas saudações, dizer que vocês podem contar comigo, hoje eu estou só concursada do TRT- Tribunal Regional do Trabalho, trabalhei dois anos na Junta de Conciliação aqui e estou atualmente em Cuiabá porque me casei com um cuiabano, acabei fazendo a minha família lá. Mas acompanho a vida dessa cidade de uma forma muito apaixonada, porque sou filha daqui. Um grande abraço para vocês e vamos à luta, companheiros. Isso aí.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Obrigado.

Eu vou passar a palavra agora para o Vereador Cadidé, ele é Presidente da Comissão de Agricultura aqui de Rondonópolis, e todas as políticas públicas na área de agricultura passa por essa Comissão.

Então, com a palavra, o Vereador Aristótele Cadidé.

O SR. ARISTÓTELE CADIDÉ - Boa-tarde, Deputado Zé Carlos do Pátio; Superintendente do INCRA; companheiros da Mesa; Trabalhadores que aqui se fazem presente.

Vou usar rapidamente da fala para, principalmente, dar um testemunho ao Superintendente do INCRA, que eu não tenho um contato pessoal, mas as informações que tenho, Superintendente, é que o senhor é uma pessoa bastante sensível e que, está em que pese, não foi Vossa Excelência que criou os problemas que hoje tem nos assentamentos ou nos acampamentos, mas que tem a sensibilidade de poder encaminhar para resolver.

A história de luta que nós temos conhecimento aqui na região Sul, da sua pessoa, e quero dizer que quando eu tinha quatro anos de idade meus pais invadiram, grilaram, juntamente com duzentas e poucos famílias, na Cascata. Eu sou cria de lá. O resto precisa falar, lá naquela época não tinha INCRA, não tinha nada. Só foice, machado e a coragem de enfrentar o pistoleiro do fazendeiro. Então, se naquela época os trabalhadores, Deputado Zé Carlos do Pátio, que o senhor conhece, está o Baltazar ali que acompanhou, me viu lá criança, da pastoral da terra, ora, se naquela época os trabalhadores não tivessem colocado o sangue na frente, meus pais e mais duzentos tinham sido eliminados dela e não sei para onde eles iam. Provavelmente para as periferias da cidade passando necessidade, e hoje não sei onde eu estaria. Graças a meu pai estar lá, que me colocou para estudar aqui na cidade, lá em São Vicente, escola interna, Técnico Agropecuário e hoje sou Vereador para representar e relembrar isso. E aqui eu encaminho e sei que é vontade de todos, e aqui o Zico - é Zico não é? -, gostei de sua fala. Eu tenho curso superior, estou aprendendo Direito agora, e você colocou o que foi na primeira aula, você não foi no curso de Direito, mas você colocou o que foi na primeira aula, que o Direito nasceu depois do Homem. Então, o Homem foi criado e depois o Direito veio para dizer isso você pode, isso você não pode, isso é seu direito, isso é seu Dever. E você está certo. Eu só estou colocando isso porque se meu pai não estivesse lá naquela terra suando, eu não trabalhei lá, não, porque eu era guri. Quem trabalhou foi ele, e me colocou aqui para estudar, e hoje eu tenho condições de criar minha família, graças àquele primeiro passo.

Essas pessoas que trabalham na terra, que tira o seu sustento dela não interessa se foi comprado, se foi ganhado, se foi assentado (PALMAS), é aquele que trabalha, que adianta eu ser assentado como cliente da reforma agrária e ter vendido o meu espaço, e ter vendido e entrado em outro. Então, a Justiça e a lei são feitas para proteger o homem, então, se a lei está errada, se a lei diz uma coisa que não contempla quem está na terra trabalhando, mas quem é que faz a lei? É alguém do além? Ou somos nós desse mundo que fazemos? Nós fazemos a lei para nos regular. Se tiver algo que se tem que fazer para dar direito a essas pessoas se cadastrarem, Deputado, o senhor sentiu na pele aqui, é inconcebível que se erre duas vezes.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

E aqui eu encerro minha fala. Primeiro não sei quem, mas hoje o problema está na mão do Superintendente, errou por escolher errado o cliente da reforma agrária, aí escolheu o cara errado, que não é da terra, não sabe nada da terra e colocou lá. Aí ele pegou o financiamento e vendeu. Aí, aquele que deveria ter ganhado, aquele que deveria ter ganhado... (PALMAS), que deveria ser o primeiro cliente, que trabalhava nas fazendas, trabalhava lá não sei aonde, trabalhava de vaqueiro, empregado, vendeu tudo que tinha, juntou os cacarecos, falou: agora eu tenho minha terra. Ele não ganhou do INCRA, mas deveria ter ganhado. Aí ele entrou, e agora o INCRA corre o risco de errar duas vezes, ou talvez três, porque este já está na reforma agrária, ele está lá trabalhando e dando sustento. Aquele que comprou para fazer veraneio, sítio de final de semana, esse sim não deveria nem estar lá, já deveria ter sido tirado (PALMAS), deveria ter sido tirado, deveria ter sido tirado.

Porque aí nós vamos arriscar de novo, Superintendente. Quem garante que aquele que vai entrar no lugar dele que lá está não será mais um que vai pegar e vai vender de novo (PALMAS).

Então, não é demagogia, não é nada, mas é uma coisa que nós conhecemos. Então, se meu pai não estivesse lá naquela terra, que não existia essa política de reforma agrária que era uma luta, uma bandeira de vocês, uns andar na estrada e eu tive oportunidade de acompanhar as margens não como participante direto, mas dando apoio porque eu trabalho na Polícia Rodoviária Federal e a gente fazia aquele batedor para as pessoas fazerem as sua margem, isso há dez anos atrás, há oito anos atrás.

Então, o nosso posicionamento, que analise, o senhor já deve ter percebido isso, eu quero também dizer que o papel do INCRA, ele tem que entrar na Justiça é um dever de ofício, mas ele tem a competência também de cadastrar essas pessoas, de verificar quem é realmente da terra e se produz na terra, essa reforma agrária está existindo. Se o INCRA errou de colocar pessoa errada naquele primeiro momento, agora está na hora de acertar, de colocar o cadastro daquela pessoa que ali está.

Então, eu sou Presidente atual da Comissão de Agricultura aqui da Câmara de Rondonópolis, parabênizo o Deputado Zé Carlos do Pátio, a forma democrática que o Superintendente do INCRA estar aqui ouvindo, porque vocês sabem que não é toda hora que vem um Superintendente que tem a coragem de vir até o povo para pegar e ouvir as reivindicações. Então, essa questão tem que ser e precisa ser revista. Porque os trabalhadores serão mais um na periferia da cidade. Nós estamos fazendo justiça, não estamos fazendo justiça. Então, a lei foi criada justamente para dar, como dizia antigamente antes de ouvir a lei formal “a César o que é de César”.

Parabéns para vocês, essas palavras não são só minha, na Sessão de quarta-feira da Câmara esse tema foi debatido aqui da Câmara de Rondonópolis. Todos os Vereadores estão apoiando a pessoa que trabalha na terra, que trabalha e sobrevive do que dão sustento.

Eu gostaria de aproveitar, Deputado, e passar a palavra para o Vereador de São José do Povo, que gostaria de usar a palavra. Então, gente, muito obrigado a vocês. Parabéns, Deputado, política se faz dessa forma. O senhor está de parabéns. Muito obrigado.

O SR PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu quero agora passar a palavra ao Valter, Vereador de São José do Povo.

Uma pergunta aqui: “Zé, gostaríamos de ouvir as respostas do Leonel. Obrigado”

Não, o Leonel está aqui, está anotando. E tem mais, o Leonel me pediu agora toda a Ata dessa audiência pública, eu vou passar para ele, porque ele está anotando tudo que foi reivindicado aqui. Agora, a Audiência Pública está sendo filmada e está sendo gravada, na

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Assembléia Legislativa vão taquigrafar, vão datilografar tudo, todas as palavras que foram ditas aqui. Ele quer ter isso como documento.

Eu vou passar a palavra, agora, para o Vereador Valter, de São José do Povo.

O SR. VALTER - Boa-tarde a todos.

Quero agradecer ao Superintendente do INCRA, o Sr. Leonel; quero agradecer também o Zé Carlos do Pátio; quero agradecer também o meu primo Cadidé, que me deu essa oportunidade.

E quero aqui fazer um apelo ao Superintendente, eu sou de São José do Povo e lá a situação das estradas é crítica. E lá, inclusive, ficaram várias estradas que eram de obrigação do INCRA, mas, infelizmente, só fez desmatar e deixou lá, tem criança andando dois quilômetros a pé, atravessando lama, levantando cinco horas da manhã para chegar no local de pegar o ônibus. E o Ministério da Educação exige toda criança na escola, só que temos que criar recursos para que a criança chegue à escola.

Então, eu quero fazer esse apelo com relação à água, também. Lá no Município de São José do Povo todos os assentamentos têm problema de água. E a maioria das pessoas que vendem os seus lotes justamente por causa disso. Eu cito um exemplo, eu tenho um irmão que foi assentado lá, está tirando oitenta litros de leite, já cavou dois poços manual, um com quinze metros e o outro com doze e não deu água, perdeu o dinheiro, está desesperado, está pensando até em vender o lote e ir embora, porque tem que buscar água dois quilômetros distantes. Então, é uma situação de reparo. Inclusive, também quero fazer um apelo, quando o 9º BEC for fazer as estradas para lá, ou arrumar, que aceite a opinião dos assentados. Porque a maioria das estradas que foram recuperadas através do 9º BEC, as pessoas iam dar uma opinião, de que eles estavam fazendo o serviço errado, eles falavam que não estavam ali para atender ninguém, fazia do jeito que eles quisessem.

O resultado, ao invés de colocar manilha com um metro de diâmetro, colocaram com cinqüenta centímetros; ponte que tinha que fazer com cinco metros, fizeram com três. No fim, quando a água veio, carregou tudo. Carrego as pontes, ficou só um monte de madeira no meio do buraco. Então, tem que ouvir as pessoas dos assentamentos para fazer um serviço melhor. Eu quero fazer esse apelo, principalmente pelas entradas que pertence ao INCRA, porque a Prefeitura de São José do Povo não tem recursos, infelizmente, é um município carente e o povo cobra, com direito mesmo, porque tem que cobrar, mas, infelizmente lá só tem uma patrol e um caminhão. A situação é crítica e nos assentamentos em volta. Igual aquela senhora do assentamento Salete Strozar, no ano passado teve criança que vinha estudar em São José do Povo a cavalo até a metade de estrada porque não tinha nem como sair lá de dentro. Então, tinha que reparar uma coisa que tinha que dar recurso para esse povo. Eu quero fazer esse apelo, é uma coisa séria, quero que o senhor estude com carinho isso aí e nos atenda. E muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - É, nesse momento eu, até para não cometer injustiça, porque aqui é um espaço democrático, havia chamado um representante do acampamento Furnas, mas acho que na hora ele não ouviu. Então, agora eu vou chamá-lo novamente. Só que aqui não estava o nome dele, Alessandr Barreira Alves, representante de Furnas.

O SR. ALESSANDRE BARREIRA ALVES - Eu como representante de Furnas quero falar para vocês alguns segundinhos, só de palavras, que o horário não espera. O Zé Carlos do Pátio aqui, esse homem que é considerado por Rondonópolis, que uma vez que se candidatou aqui, onde eu corri atrás dele a noite toda, aonde eu vi o retrato dele ser rasgado pelas mãos dos corruptos, ele se lembra bem disso, abandonei o lugar. Eu quero dizer para o Sr. Leonel que nós também estamos sendo rasgados, jogados pela corrupção dos fazendeiros. Porque quando eu fui para a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

fazenda Furnas, fui convidado pelo fazendeiro, e ele me disse o seguinte: diante de uma reunião de todo mundo de Furnas, que a fazenda Furnas era improdutiva, que fizesse um acordo com o INCRA, hoje ele chega diante do povo e fala que vai despejar e que não vai acontecer nada. Leonel, há oito meses, eu perdi uma filha de oito anos que tinha vontade de ser Sem Terra, que tinha vontade de trabalhar. Eu tenho medo, Leonel, de quando a fazenda Furnas sair, eu ficar louco, de tanto ouvir que ela subiu e desceu, subiu e desceu e o resultado não veio. Será até quando vai durar isso. Hoje o fazendeiro olha para nós lá e faz como somos cachorros, até o cachorro é mais olhado, eu vi pessoa no contestado, na beira da estrada morrer porque a carreta bateu, ninguém olhou. Morreu o sonho da terra. Eu vi na fazenda Furnas motoqueiro sair gente e quando chegar à BR morrer, ninguém olhou por isso, ninguém viu. Eu penso, será que eu vou morrer também sem ver o resultado da fazenda Furnas. Agradeço a todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Obrigado, a gente deixa os nossos sentimentos aqui.

Bem, agora eu vou passar para o Leonel, ele vai responder. Eu vou ler algumas reivindicações aqui que mandaram para mim da pauta do MTA, Movimento dos Trabalhadores Assentados e Acampados, vistoria das áreas, Fazenda Complexo Tarumã - Guiratinga, Fazenda São Vicente - Juscimeira, Fazenda Araras em... (VIRADA DE FITA) ...Pedra Preta, Paudálio, Rondonópolis, Fazenda Furnas.

Imissão de posse - Pedra Preta, Fazenda Boa Esperança; imissão de posse - Campo Verde.

Tem algumas áreas aqui que já está para sair o processo. Nós temos que colocar. Por exemplo, algumas que eu estou citando já estão para sair.

O PDA, que é o Plano de Desenvolvimento Agrícola, e parcelamento direto pelo INCRA; Frei Servácio Schult, Pedra Preta; Vale do Prata, Pedra Preta; Corgo São Bento - Dom Aquino; BR-070 - São Gabriel, Primavera do Leste.

Inclusão do PA 26 de janeiro, aditivo para ampliar a execução do PDA, Acampamento Madre Cristina.

Liberação do processo da Boa Esperança para execução do PDA e parcelamento.

Área para decreto - Fazenda Buriti III, Campo Verde.

Assentamentos da região Sul. Estão solicitando doze poços artesianos e semi-artesianos e a construção e abertura de estradas em assentamentos.

Esta é uma das pautas que tem aqui. Eu quero passar ao Leonel.

Neste momento, nós vamos passar a palavra ao Sr. Leonel Wohlfahrt, Superintendente do INCRA.

Eu quero colocar o seguinte. Eu tenho uma coisa clara comigo. Esta Audiência Pública teve vários encaminhamentos. Inclusive, eu acho que nós vamos construir essa pauta positiva. Eu falei para o Leonel: Leonel, nós temos que construir essa pauta positiva. Nós não podemos ficar com aquele espírito negativo. Vamos avançar. Nós precisamos avançar a reforma agrária na região Sul. Nós precisamos construir essa sociedade que nós queremos.

Eu quero dizer que isso é o que nós vamos trabalhar. Inclusive, eu quero responder ao pessoal da Mata Grande, que deixou uma pergunta: E a Mata Grande? Eu quero dizer o seguinte: Está aqui anotado. Nós vamos pedir à Rede CEMAT ir lá fazer o levantamento e o projeto do Programa Luz para Todos. Iremos cobrar o Programa Luz para Todos, porque há trinta anos esses trabalhadores moram lá e ainda não têm energia elétrica.

Então, eu vou passar a palavra ao Sr. Leonel Wohlfahrt, para responder as perguntas dos trabalhadores.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Eu acho importante todos os trabalhadores ficarem e ouvirem todas as respostas para fazermos um encaminhamento final. Obrigado.

O SR. LEONEL WOHLFAHRT - Em primeiro lugar, eu acho que vai ser difícil responder todas as questões porque foi difícil anotar. Mas algumas, pelo menos, eu anotei.

É por isso que eu quero solicitar a Ata desta Audiência para termos um documento que nos motivará as nossas ações.

Eu gostaria de iniciar falando devagar e principalmente com aqueles que estão com o maior problema. Eu não fujo desse tipo de discussão. É importante que as pessoas dêem por conta, porque eu quero falar devagar.

Eu sou gestor público. Eu não sou uma pessoa que tem a garantia do Parlamento e não pode ser presa, Deputado Zé Carlos do Pátio. Eu sou gestor público e tenho regras para serem seguidas. Como o nosso companheiro, estudante de Direito, falou aqui, é dever de ofício eu dizer o que está acontecendo com os recursos públicos dos quais eu sou o gestor. O de maior valor é a terra, de menor valor, talvez seja, uma caixa de fósforos que nós utilizamos dentro do INCRA, de vez em quando. Mas eu tenho que prestar conta de tudo isso.

E com relação ao que foi determinado - e hoje, pela manhã, o Sr. Pedro Taques não respondeu bem - o Ministério Público Federal disse assim: "Leonel, vocês passaram gritando as últimas quatro eleições que iriam melhorar o Brasil. Agora, que vocês são Governo, me digam o que estão fazendo com os recursos públicos que estão sob suas tutelas e façam acontecer, de acordo com um calendário que nós colocamos juntos para ser feito".

É assim que eu estou fazendo. Eu estou entrando e vou entrar com todas as ações. Aqueles e aquelas que receberem têm os seus direitos. É isso que o Zico falou: Vocês são organizados, então, vão atrás, discutam o que está acontecendo. Entrem na Justiça, porque ela está ali e vocês estão denunciando, porque são eles que deram a última palavra. E são a eles que - se eu não fizer a retomada de lotes - eu vou pagar por um problema que não é meu, é de vocês. Eu não compro problema. O problema é de quem fez. Vá atrás, corra, se organize e discuta isso. Esse é o nosso Governo. Eu não vou, de forma nenhuma, dar um passo a mais para comprar um problema que não é meu, que não é do INCRA, é de quem fez. Porque deveria ter ido ao INCRA. Conhece o INCRA há muitos anos, então, vá ao INCRA, fale, pegue um documento, qualquer coisa. Não fez. Por quê? Eu vou dizer porque, vereador. Esse Estado e o Estado do Pará são os dois piores Estados nessa questão no País. Por quê? Porque é aqui que está avançando a fronteira agrícola, porque é aqui que o grande latifúndio quer colocar a soja, quer colocar as suas garras para tirar, colocar veneno e fazer de tudo. E aí eles usaram muitos de nós, companheiros, companheiras, pequenos, dizendo: Façam esse negócio que não dá de... E por trás eles buscaram cinquenta "laranjas" para plantar soja nos nossos assentamentos, para fazendo por trás a desgraça que vocês conhecem. Aquele não é trabalhador. Colocaram laranja.

Nós temos no Itanhangá hoje seiscentos e sessenta e dois projetos de assentamentos, de lotes, que serão retomados. Serão retomados porque são "laranjas". E sabem o que dará mais lucro nessa época? Nós fomos lá notificar. Aqueles que venderam estão em Santa Catarina, estão no Rio Grande do Sul, estão em São Paulo, no Paraná e, agora, estão todos voltando de ônibus com passagens pagas por aqueles que compraram para chegarmos lá e acharmos o cara que deveria estar lá, passar o título a ele e depois ele ainda sair dando risada de nós e entregar ao cara que ele já vendeu. Essa é a bagunça que estava aqui. Essa é a questão que o nosso Governo vai, com todas as limitações que temos, enfrentar. Nós queremos ir para o debate com vocês. Nós não vamos dar nada de graça. Não. E o nego sem vergonha não vai ter jeito.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Agora, àquele que tem condições para se assentado eu farei somente uma reflexão aqui. Eu quero, porque hoje é o nosso dia. Hoje, é o dia do trabalhador. Eu estou aqui em uma outra função, mas eu sou e continuo do mesmo lado. A reflexão que eu quero que vocês façam é a seguinte: Aquele que, embora tendo uma casinha que vendeu por dois, três, quatro, cinco mil, comprou um lote é justo e moral ele atravessar a fila daqueles que estão debaixo da lona, sem comunicar ao INCRA desse processo? Reflitam sobre isso. Reflitam sobre isso. Nós temos aqui vinte e cinco mil debaixo da lona, vivendo a pior coisa que uma família pode viver, que é viver debaixo da lona. Reflitam sobre isso. Essa é uma questão que cada um, que cada uma, que atravessou o processo tem que questionar. Questione-se. Se configurar uma ação positiva nisso vá tranquilo, vamos discutir.

Para finalizar, eu não vou entrar no processo de cada um aqui porque cada um é cada um. Cada uma é cada uma. Eu já falei isto para várias pessoas que estão aqui em outros momentos lá no INCRA. É caso a caso. É caso a caso. Vocês, hoje, não têm mais nenhum tipo de ação para fazer com o INCRA. Eu sou gestor público. Está nas mãos da Justiça Federal, com Oficial de Justiça, notificando o INCRA para o INCRA acompanhar. É esse o processo que há hoje.

Então, vocês têm que se organizar na perspectiva de entrar com um processo na Justiça, porque isso tudo é um processo. Com essa cópia do processo entrem organizadamente isso e discutam isso. Na sensibilidade política eu não queria tirar nenhum. Vocês acham que eu, um agente político de vinte e três anos no mesmo Partido, gosto de fazer isso? Não tem ninguém que possa dizer isso. Eu, como o Zico falou aqui, nas primeiras intenções do MST no Estado, corri risco juntamente com eles. Eu não tenho essa idéia na minha cabeça. A questão é legal, é de dever de ofício. E eu sofro as conseqüências da responsabilidade fiscal. A Lei de Responsabilidade Fiscal passa por cima. Eu não posso pisar de nenhum lado.

E do mesmo jeito que eu estou tratando isto aqui é importante nós termos a clareza que nós tratamos do mesmo jeito o grande latifúndio aqui, no Estado, que ocupa as nossas terras públicas. E se nós tivéssemos essas terras de volta não teríamos nenhum problema com essas pessoas. Nós traríamos mais pessoas de outros Estados para assentarmos aqui.

Então, essa é uma discussão que os Movimentos têm que assumir também. Mas seriamente, não só para pressionar o INCRA. Porque o INCRA é o que eu falei antes, tem veículo para dar contar do possível, tem gente para dar conta do possível. E a Justiça Federal? E a Justiça comum, que entra nos processos e despeja as pessoas? E não poderia, Vereador, o senhor sabe disso. A Justiça comum não deveria entrar nos processos da Justiça Federal. Mas entra e despeja no outro dia porque o Governo do Estado também tem interesse nisso. Então, é importante falarmos isso. Nós temos tranquilidade para falarmos isso.

Quanto à questão dos lotes o principal é que alguns, uma senhora falou aqui, outro companheiro da CPT, tenham entendimento diferenciado disso na sociedade e na Justiça. Então, há uma possibilidade de brecha para discutirmos isso. Se houver entendimento diferenciado é porque há possibilidade. Então, essa é a discussão quanto a essa questão.

Agora, por último, dizer que esse é um Programa nacional, não saiu da cabeça desse Superintendente. O Ministro Rosseto veio aqui, no Estado de Mato Grosso, fazer o lançamento desse Programa, que se chama Moralização da Reforma Agrária. Então, não estamos fazendo nada que não tenha orientação institucional para fazer. Nós não estamos fazendo uma coisa porque não gostamos do cicrano, do fulano. Estamos cumprindo com uma missão do INCRA, que é moralizar os nossos projetos de reforma agrária. Essa é a primeira questão.

Segunda questão é a da reforma agrária na região Sul e no Médio Norte do Estado. Esse é um debate para termos juntos. Vamos chamar os representantes do latifúndio para fazermos o

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

debate sobre o índice de produtividade? Vamos chamar o Zeca D'Ávila para vir aqui debater conosco porque não estamos conseguindo desapropriar, porque os índices têm base em 1975. De 1975 é a base dos índices de produtividade para vermos se a área é produtiva. Aí você chega lá, o cara jogou qualquer coisa na terra, ela é produtiva e você não pode desapropriar. Quando nós, enquanto Governo, propomos agora um ajustamento no índice é importante, Deputado Zé Carlos do Pátio. Eu vou lhe passar esse material para Vossa Excelência provocar na Assembleia Legislativa uma discussão. É interessante porque os índices de produtividade em cima do latifúndio, eles propagam para todos que o latifúndio está na crista da onda, que o latifúndio e a fazenda de soja é a melhor coisa do mundo, que está fazendo bem para o Brasil. Nós concordamos em parte com isso porque está trazendo recursos. Agora, quando queremos mudar o índice de produtividade de 0,13% de uma cabeça de gado. É o que já dá produtivo a um hectare de terra. Nós estamos querendo ajustar para 0,29%. Eles estão gritando, dizendo que nós vamos tomar todas as terras dele. Que latifúndio é esse? Se fosse produtivo não teria medo disso. Não dará nem uma parte da vaca por hectare e os caras já estão gritando para não ajustarmos. Quando nós vamos ver o índice de produtividade da soja aqui, no Estado de Mato Grosso, que é de vinte sacas por hectare não tem. Olha, é só largar a soja lá e deixar, tomar conta, que você produz mais do que isso por hectare. Agora é que nós estamos querendo ajustar para quarenta e seis sacas por hectare eles estão gritando que não podem fazer porque vão perder todas as fazendas. Que índice é esse? Que produtividade é a do latifúndio para dizer que está cumprindo com a função social.

Então, é isso que nós temos que discutir na perspectiva de desapropriar aqui, nessa região. Porque, senão, não vai mais desapropriar e, pior, não comprar porque tem uma outra situação. Dentro do processo do INCRA, quando a área foi tida como produtiva não tem mais como seguir, quando nós podemos fazer na perspectiva da produtiva para comprarmos a terra? Vamos comprar a preço de mercado. Só que tem outra situação. Para comprovar o que vale na região, eu preciso pegar os documentos que estão nos cartórios, de compra e venda, para fazer um comparativo na região do quanto está, realmente, o preço da área. Sabe o que acontece? Quando eles vendem por três, eles declaram que venderam por um para não pagarem imposto. E vai no meu processo que eu só posso pagar um, um e pouco, porque eu não tenho como comprovar que vale mais. E aí não podemos desapropriar e nem comprar a terra nessa região. Esse é o problema. E quando nós tentamos ajustar os índices para desapropriarmos pela lei eles gritam, dizendo: Não. Nós não somos tão produtivos assim. Se chegar a quarenta e seis sacas, nós poderemos perder as terras. Então, essa é uma questão que os movimentos têm que discutir na perspectiva de melhorar o instituto que faz a reforma agrária. Porque hoje somos nós que estamos aqui, Deputado Zé Carlos do Pátio, amanhã ou depois poderá ser alguém da platéia que estará lá. Mas se não tiver condições - e aí a questão da lei está em jogo - não faz. Não faz. Não adianta. Fica parado.

Então, esse é um processo que eu gostaria de falar sobre ele. E o nosso Governo já está discutindo e dará uma briga boa dentro do Governo porque é o MDA contra o movimento agrário.

Bom, vamos entrar mais no específico. Com relação à CPT, companheiro Baltazar, de tantos anos, pode ficar tranquilo que nós queremos estar presente nesse processo. O Fernando Martinotto é o responsável pela assistência técnica no INCRA. E nós temos a pretensão de fazer um encontro aqui, na região, entre os nossos técnicos que estão sendo contratados para discutirmos isso. E, quem sabe, nós podemos dar um formato e fazer um conjunto de repente. E nós temos até alguns recursos para fazermos isso.

Com relação à Gleba Ribeiro, companheiro Afonso, que falava antes assim: Nós temos informações - e não são de graça - que, realmente, quem ajudou a assentar depois começa a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

ajudar a vender. E esses documentos estão, inclusive, em sindicância. Esse é um problema. É um problema que o movimento tem que discutir, porque de uma hora para outra acaba sendo contribuinte com situações que vão piorar amanhã ou depois na vida das pessoas.

Então, nós temos isso. Hoje, nós temos informações que nas áreas públicas, onde o nosso pessoal está em cima, as pessoas estão começando a vender porque já estão garantindo que o INCRA já retomou. E, muitas vezes, nem formalizou o processo para entrar na retomada. Então, tem e nós sabemos disso. Mas também não podemos misturar, generalizar. Então, na Gleba Ribeiro, na verdade, nós estamos pensando que temos uma saída, e já conversamos sobre essa perspectiva, que é de tentar chamar os camaradas que estão em cima para fazermos um avanço imediato, um possível acordo jurídico. Isso também é possível. E, em faltando isso, nós devemos estar indo lá plotar, inclusive alguém já perguntou sobre isso aqui, para entrarmos com ação por conta de que depois que entrar com a ação será ele quem terá que vir contra nós para ver o que acontece nesse processo.

Daniel... Um poço que não tem água. Nós temos que comunicar a empresa. No 9º BEC nós estamos com um problema seriíssimo e queremos que vocês, inclusive, nos passem informações. Nós temos obras do 9º BEC desde 2001 que ainda não foram entregues para nós. Então, no ano passado não fizemos nenhum convênio com o 9º BEC e este ano também não por conta disso.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Só uma pergunta: Será que essa questão do Olga Benário, se der para continuar o poço, não daria para outra empresa continuar e você fazer um entendimento? Essa é a pergunta.

O SR. LEONEL WOHLFAHRT - Na verdade, eu vou ter que fazer um estudo, porque tem mais pessoas que falaram do poço e que a situação é parecida. Eu vou ter que fazer um estudo para ver a possibilidade de continuar em outra perspectiva e cobrar daqueles que deveriam ter feito. Então, nós vamos ter que entrar com uma ação nessa perspectiva.

Agora, 28 de Outubro, um poço de 1999/2000. Eu estava falando aqui, é a mesma situação, talvez parecida com essa. Nós vamos ter que ver. Fala do Jailson, aquela questão do 9º BEC.

Odalmo, poço. Aqui tem uma conversa. Quanto a isto aqui eu vou falar novamente, porque eu já falei para aqueles que estiveram no INCRA. O companheiro Mineirinho está aqui, outros companheiros estão aqui. É o seguinte: Eu falei antes que não comprava problema de outros. E não compro. Essa história do poço, para aqueles que não conhecem, é a seguinte: no INCRA tem um acordo que precede a minha entrada no INCRA, entre os movimentos sociais, que área que um indica o outro não entra. E nós temos que colocar aqueles e aquelas que são do movimento, depois da área, quando estiver aberta, e assentá-los. E tem um acordo que a questão orçamentária é participativa, dividindo por movimento as quantias em dinheiro de infra-estrutura, de estrada e tudo mais, dos assentamentos que são base dos movimentos sociais. E isso nós levamos à risca. Por quê? Porque eu não vou enfrentar briga entre os movimentos porque não é problema meu. Não é problema meu. É uma briga importantíssima, inclusive, para os companheiros e companheiras se qualificarem para discussão da reforma agrária. As pessoas têm que se qualificar para dizer porque aqueles são piores ou porque aqueles são melhores. Essa é a possibilidade do contraditório para os movimentos se qualificarem. Só que essa é uma briga dos movimentos. Não é minha. Eu não vou entrar nessa. Imaginem eu, Leonel, Superintendente, depois de decidido em um processo licitatório que o poço será em determinado lugar, tecnicamente, tem geofísica feita, um técnico foi lá e fez, depois os movimentos falam: Não, eu não gosto, não vai ser aqui, tem que ser lá. Esse é um problema dos movimentos. Eu disse e continuo dizendo: Eu decidi que vai sair o poço onde está apontado tecnicamente. A única possibilidade de não ser ali eu já falei para aqueles e aquelas que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

conversaram comigo. Busquem seus direitos na Justiça, porque esse problema não é meu. É dos movimentos sociais. Eu não vou tirar do lugar que estava acordado com um movimento para colocar no outro, para depois aquele movimento anterior me levar em desconsideração em qualquer acordo. E assim eu tenho feito com todos. Acordo é acordo. Eu não compro briga que não é minha.

Então, essa é uma discussão dos movimentos. Façam essa discussão. Nós vamos fazer o poço lá. Nós já garantimos que terá outro poço lá. Inclusive, já fizemos um convênio com o Prefeito. Há a perspectiva. Depois vocês podem até falar. Mas eu estou falando isso. É esta a nossa decisão. Eu não compro briga que não é minha, que não é do INCRA. Se o movimento “a” ou “b” quiser fazer que discutam nas instâncias que quiserem. Eu tenho um acordo com os movimentos e aquilo que eu acerto com a coordenação eu faço. Ali tem um projeto técnico, tem uma geofísica dizendo que é ali naquele local. E se eu arredasse o pé aquele movimento criaria questão comigo.

Eu sou um cara extremamente diplomata, discuto essas questões de contradições desse jeito. Eu não entro na briga de questão de movimentos sociais.

Bom, deixe-me ir para frente.

Dona Maria José, está mais complicada uma visita no acampamento, em Guiratinga. Nós temos que ver o calendário.

Fatura... A Srª Maria José, companheira, lutadora. Nós temos que ver porque ela é uma das que tem o posicionamento que terra pública é terra pública.

Nildo, do Banco da Terra... A discussão sobre o Banco da Terra não é com o INCRA. Mas hoje tem aqui, no Estado, uma Delegacia do MDA, que é junto ao INCRA. O Delegado chama-se Dieter e tem uma estrutura de pessoas. Então, tem que procurá-lo na perspectiva de com o crédito fundiário avançar para consolidação. Então, esse é o caminho. É no INCRA, mas é o MDA que discute isso pela questão do crédito fundiário.

Pois é, e ainda mais tem a cooperativa. Tem até, possivelmente, alguns programas de crédito interessante. Então, vá discutir com eles que, com certeza, pode ser interessante.

O Chico colocou a situação do rio Vermelho. Nós tivemos a oportunidade de ir lá. Nós vamos fazer uma avaliação. O que nós fizemos nos outros lugares faremos lá. Nós vamos entrar com ação e a nossa Procuradoria vai ter o entendimento, a discussão que eu tive lá na perspectiva que aqueles que se credenciarem... Eu não sei. E aqueles que estão ali, como uma Senhora que esteve aqui que já está há dezessete anos, que possivelmente já está com tudo dentro da legalidade, vão receber o título. Aqueles que fizeram o que deveriam fazer, não só aqui, mas no Estado inteiro, vão receber o título. Aqueles que tiverem esse credenciamento.

Tem algumas coisas aqui que eu vou falar, está sendo gravado, mas eu vou falar muito mais como um cidadão do que como gestor público.

Os companheiros, que estão acampados, que estão assentados, sabem teoricamente que o lote não é deles. O lote é público, é do INCRA. O tijolo que vai lá é do INCRA. Tudo que vai lá é do INCRA. Então, essa é uma questão de fundo. Nada que está ali, fora a mão-de-obra, é da pessoa que está em cima. É público. Então, essa é uma reflexão que tem que ser feita. E o que as pessoas têm nos dito é: Ah, eu vendi uma casinha, não sei o que. Vendeu para comprar. Se falar na frente de técnico do INCRA vai para o parecer. Está na lei que não pode, Procurador diz: Oh, Leonel, manda sair de lá.

Então, tem algumas questões que os movimentos sociais têm que debater na sua estratégia como se trata essas questões, porque a lei enquadra mesmo. Eu, como gestor público, não adianta ter a sensibilidade de dar volta. Então, tem algumas questões que dependem de como são tratadas, principalmente na frente dos técnicos do INCRA que não adianta justificar nada. Como aquele Senhor e aquela Senhora que estiveram aqui. Nós temos toda sensibilidade, quer dizer, eles

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

têm que ficar lá. Mas o problema é o processo deles diz que eles adquiriram a área. Então, chega em um Procurador da República: Não pode, a lei número tal, artigo tal. Então, essa é uma situação. E quem deve se organizar para fazer esse tipo de ação são os movimentos sociais e também para discutir a estratégia de como enfrenta, de como fala, de como trata isso.

Então, eu ouvi muitas pessoas aqui: Não, foi comprado mesmo, tem cinquenta e cinco lotes lá... Esse documento, que está sendo gravado, dessas pessoas que falaram aqui, caindo nas mãos de um Procurador da República sério, ele já irá mandar fazer os processos. Ele vai dizer para o INCRA: Olha, tal lugar, tem alguém dizendo que tem cinquenta e cinco lotes que foram comprados; tem outro que chegou aqui que disse que tinha trinta e dois lotes.

Então, essa é uma discussão de estratégia. Nós estamos em um país onde a justiça é feita por gente que não é como nós que estamos aqui. É gente que está longe dessa situação; é gente que não sabe o que é um acampamento. E o que chega nas mãos deles é um documento descrevendo a situação. E ele interpreta aquilo e faz o que diz na lei. E a lei foi feita, é feita, é modificada, pelos nossos representantes em nível federal, em nível estadual e em nível municipal. Então, essa também é uma responsabilidade nossa na hora do votinho. Para o companheiro que tem falado e tem feito é importante o voto. O companheiro ou companheira que tem falado e não tem feito, pense bem antes de votar. Porque depois, na hora de fazer uma lei, talvez, não seja uma lei adequada.

Então, a situação é uma. Eu estou falando isso no geral para dizer que a nossa situação tem todo um amarrado. Eu sou gestor público. Tenho, por ofício, uma determinação de missão e tenho que cumpri-la. Se eu não cumprir... (VIRADA DE FITA) ...pode dar um retorno, mas eu queria só dizer que além - eu estou preocupado, porque daqui a pouco já vou ter que vazar - da questão dessas perguntas aqui que me fizeram, eu tenho uma questão para colocar de quatro municípios, onde nós estamos fazendo uma parceria, inclusive uma parceria que o senhor ajudou a construir. Então, essa é a questão.

O Município de Juscimeira, nós vamos fazer uma parceria para construção de estrada e poço, no valor de trezentos e vinte mil reais; Poxoréo, poço e a distribuição de água em torno de trezentos e setenta mil reais; Dom Aquino, um poço lá para Zumbi, que eu acho que o Zico falava antes; e Pedra Preta, a perspectiva de uma relação com a Prefeitura de duzentos e trinta mil reais.

Então, nós vamos fazer um convênio via direta com as prefeituras. E os movimentos sociais, depois, seriam importantes acessarem esse projeto para cobrarem, realmente, aquilo que nós fizemos no acordo normatizado.

Eu vou pegar umas coisas do menor, porque está falando de poço... Carlos Mariguela é a questão dos lotes... O Valmor falou da questão da burocracia, que é uma questão que eu acho que todo mundo concorda. Santo Expedito, tem dois aqui, a questão da estrada. Eu vou olhar lá, porque em Juscimeira, de repente, podemos ver a possibilidade de aumentar. Eu não sei se temos mais recurso.

Nós tínhamos quase vinte milhões de recursos, foram cortados para cinco milhões e setecentos mil. Então, nós tivemos que cortar tudo que tínhamos pretensão... E é nessa perspectiva que nós temos que tentar descontingenciar.

Os oito poços artesanais já estão licitados, do ano passado, já estão sendo feito. Esses aqui são novos para recursos deste ano.

Aqui alguém falou trinta e oito lotes comprados, não falei antes porque não lembrei, Delçon do Assentamento Padre Josino... Ficou gravado, está taquigrafado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

A São Bento está na nossa programação do PDA. A empresa que ganhou já saiu para o campo, não sei se já chegou até São Bento... Já chegou?

Então, o que nós queremos fazer é o seguinte: tão logo esteja pronto o PDA, nós vamos tentar montar uma equipe de topografia direta do INCRA para ir rápido, porque aí nós já podemos chegar com outro recurso, de repente, até o final do ano. Então, isso é importante.

Alguém falou na perspectiva... Guiratinga... O mesmo problema da área, nós devemos plotar a área para fazer a integração.

O Evangelista também falou em 55 lotes, que não são mais os originais.

Portanto, eu anotei isso aqui, porque foi o que eu falei antes, se não estiver bem clara a estratégia que você fala, se vai à mão de algum procurador, ele me obriga a fazer imediatamente as ações. Então, é importante termos essa clareza, porque o procurador é aquele que faz com que se cumpra a lei. Então, esse é o problema.

Vale do Prata, o acordo. Existe um acordo do MTA e FETAGRI, está registrado em cartório. Então, o que nós fizemos na última conversa? Então, existe realmente um acordo, quem assinou, na época, era de direito e podia assinar e está dentro dos autos, está ali dentro do processo...

Então, o que nós temos sempre dito - e é isso que nós vamos falar aqui - é que tudo que está acordado dentro das nossas possibilidades, vai ser assim. Vai ser cento e poucas famílias que nós vamos introduzir lá.

O que nós precisamos fazer agora é a homologação de todas essas famílias para que a pessoa que fizer o PDA leve em consideração isso. Então, aí o que vocês podem fazer é - eu sei que o MTA e a FETAGRI têm discutido - sentar mais próximo e tirar uma comissão para acompanhar isso bem acompanhadinho.

O Zico falou uma coisa aqui interessante, que é a situação de organização da sociedade civil, que é a perspectiva de um fórum permanente. É dentro disso que nós podemos estar, realmente, organizando melhor todas as questões que estão aqui, não só as específicas. De repente, formular uma proposta mais geral para o INCRA tratar de tal forma essa região. Então, essa é uma possibilidade interessante na perspectiva da reforma agrária.

Bom Jesus, aditivo...

Vamos clarear aqui. O pessoal fala, o João fala, a Maria fala, para mim o que vale é o que está no processo. Então, não tem João, Pedro, movimento tal e movimento tal, está no processo. Eu não sei de dizer de cabeça, mas tem um processo lá que diz quantas famílias vai atender. Mas o que estiver ali é assim que vai ser feito.

O último companheiro que veio aqui falou de Furnas. Eu queria dizer para o companheiro que não é problema o INCRA aqui. Aqui o problema foi justiça. O problema foi que a justiça que segurou. Nós estamos ajuizando a ação. Eu não sei se já foi ajuizada. Quinta-feira... Daí só para colocar para dentro.

Eu quero aproveitar que o Deputado Zé Carlos do Pátio me pediu aqui da pauta do MTA...

Bom Jesus? Eu anotei aqui que é um aditivo para fazer o quê?
(PARTICIPANTE MANIFESTA-SE DA PLATÉIA - INAUDÍVEL.)

O SR. LEONEL WOHLFAHRT - Agora, eu entendi. A perspectiva de fazer junto com o Vale do Prata a questão do PDA. Eu não posso responder aqui exatamente, mas o que eu posso fazer? Ligue para mim lá, que eu vou fazer um estudo lá. Se não tiver inconveniente nenhum, não tem problema não, já faremos amanhã a portaria.

Eu não posso dizer aqui, porque o aditivo é o seguinte: nós tínhamos dinheiro garantido para o PDA no Bom Jesus...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

(PARTICIPANTE MANIFESTA-SE DA PLATÉIA - INAUDÍVEL.)

O SR. LEONEL WOHLFAHRT - Foi criado agora o projeto de assentamento. O problema é que se eu não tiver recurso, eu não posso. É isso que eu quero ver lá. Se eu tiver base de recurso, não tem problema, porque é pequena a área, não é caro. O que podemos fazer - e aí é uma discussão com o MTA, vocês já estão contratando a equipe técnica da cooperativa que vai dar assistência técnica. Nós podemos fazer uma parceria, um convênio, para eles fazerem o PDA, aí nós temos que discutir como é que faremos.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu só queria fazer uma pergunta aqui a respeito da equipe técnica para vistoria, parece que você já está fazendo alguns encaminhamentos nesse sentido aí, que são várias áreas para vistoria aqui para assentamentos.

O SR. LEONEL WOHLFAHRT - Nós temos sete áreas, como apresentei hoje de manhã. Os técnicos já estão aqui, estiveram hoje de manhã aqui conosco, e devem estar indo agora à tarde, já estão com todos os mapas para sair para a área. Não sei em qual área vão começar, são sete áreas e tem dois agrônomos. Eles vão procurar os movimentos para fazer a conversa para ver como é que vai... A partir de amanhã, segunda-feira. São sete áreas. Depois dessas áreas, vão voltar para fazer o relatório e aí, depois ...

A Gleba Ribeiro é o que eu falei aqui antes, nós temos que plotar a área para nós...
(PARTICIPANTE MANIFESTA-SE DA PLATÉIA - INAUDÍVEL.)

O SR. LEONEL WOHLFAHRT - Eu não posso lhe dar essa data, porque preciso olhar o meu calendário, preciso saber...

(PARTICIPANTE MANIFESTA-SE DA PLATÉIA - INAUDÍVEL.)

O SR. LEONEL WOHLFAHRT - Tem várias outras situações, não é uma coisa isolada.

Então, o que eu vou fazer? As nossas equipes estão todas em campo, não tem nenhuma parada lá. Então, é terra pública, nós temos que ir lá plotar a terra para entrar com ação. É superdiferente, não tem nada a ver com vistoria. Nós vamos plotar e saber quem é o pretendo dono, que também é uma outra ação. E aí, eu tenho que ver o meu calendário e as minhas pessoas.

(PARTICIPANTE MANIFESTA-SE DA PLATÉIA - INAUDÍVEL.)

O SR. LEONEL WOHLFAHRT - Meu anjo, eu vou ter que pedir um pouquinho de calma para eu lhe explicar como é que faz isso.

A minha vontade era chegar lá e dizer: entrem e fiquem tranquilos. No outro dia, a justiça vai lá e manda vocês para fora. Então...

(PARTICIPANTE MANIFESTA-SE DA PLATÉIA - INAUDÍVEL.)

O SR. LEONEL WOHLFAHRT - Pronto. Mas é isso que estou falando. É literalmente isso que estou falando e nem quero bater boca com você.

O que eu quero dizer é o seguinte: tem um processo - não é do jeito que você acha assim, chegar e tirar. Eu tenho que colocar um técnico meu lá para ir lá plotar a área e tenho que saber quem está lá, e eu não vou lhe dizer aqui quando vai, porque não sei quando é que os meus técnicos têm. Então, é isso que estou lhe dizendo. Eu não falo nada para mentir aqui, para dizer que vai sexta-feira. Não falo. A hora que eu falar, vou falar dizendo: tal dia, tem fulano que vai.. É assim que nós fazemos.

Então, deixa eu falar um pouco sobre a questão da Pantanal. O processo da Pantanal, nós entramos com uma ação de tutela antecipada e, três dias depois, foi nos dado pela Justiça Federal, dali, oito dias, a Justiça suspendeu a liminar e foi para Brasília.

Na segunda instância, nós entramos com agravo e conseguimos segurar de novo a área, aí foi para terceira instância no STJ e ali está até hoje.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Qual é a decisão do Corregedor? Não foi nenhuma decisão jurídica, e é isso que estamos questionando agora. É importante que as pessoas entendam isso.

O processo técnico-jurídico tem que dizer em qual artigo, em qual subitem está dizendo que aquela terra não pode ser feita assim. Em momento nenhum, o Corregedor colocou algum termo técnico de direito, só colocou dizendo que à frente do INCRA do Estado de Mato Grosso tem uns gestores que são apaixonados por Karl Marx, que defende o comunismo solidário e por aí foi. Ele foi fazendo uma leitura política da compreensão dele sobre nós e, por conta disso, nós não podemos deixar essa área na mão dos trabalhadores, porque esses caras lá estão querendo virar o socialismo, e dentro daquela área tem duzentos e quarenta e nove milhões de reais de investimentos do Grupo NAON. E aí, por isso, não deu a área.

Então, agora, o que falaram? Nós temos feito toda semana uma ida lá. Vai lá... Quando é que vai julgar o mérito? Só que essa é uma prerrogativa deles. Eles julgam só quando eles quiserem, só quando eles marcarem. Eles marcaram que seria em outubro do ano passado, dia 10, protelaram, agora diz que vai ser dia 09 de junho. Mas eu fui olhar esse dia e me parece que 09 de junho é num sábado. Então, não é. E nós ficamos questionando.

Nesse sentido, eu acho que uma das questões que pode sair daqui é de que a perspectiva de um grupo político, que deve ser representativo da Assembléia em fazer uma conversa com o Ministério da Fazenda, porque o dinheiro é lá, o MTA pode ir até junto, mas é Ministério da Fazenda, o descontingenciamento é com quem tem dinheiro. Então, a conversa é lá. E aí, vale uma conversa com o Ministério da Justiça, que nós já estivemos com ele, com o Dr. Márcio Thomas Bastos, que é o Ministro da Justiça, ele entendeu o processo, mas eu acho que faltou um empurrão a mais.

Então, eu acho que tem que estar também fazendo a discussão com o Ministério da Justiça na perspectiva das terras públicas dos grandes imóveis para fazer com que tenha pelo menos um *lobby* mais forte para que retomemos essas terras o mais rápido.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - O Superintendente está sendo extremamente democrático.

Tem um companheiro que está querendo fazer um questionamento aqui e eu ou passar a palavra para ele, aí o Leonel responde, o Mazinho.

O SR. MAZINHO - Veja bem, o que ocorre é o seguinte: a justiça, cumpre-se. O pedido de reintegração de posse provavelmente foi feito pelo INCRA. Então, como vão ocorrer esses desfechos, eu quero ver a questão social... Eu acho que o INCRA tem condições e acho que é legal aquele que tem o perfil da reforma agrária o INCRA assentar.

Sobre a questão - igual o Superintendente disse também - de movimentos sociais, que foi tal movimento... E aqueles que não se encaixarem no perfil da reforma agrária e que vão ter as vagas nos assentamentos, que dividam as vagas para os movimentos sociais. Eu sou do PA Carlos Mariguela e lá não tem dono. O dono lá é a comunidade, é o povo. O que o povo achar que é melhor para o assentamento, assim é a idéia de todo mundo e assim tem que ser.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu passo a palavra para o Superintendente do INCRA.

O SR. LEONEL WOHLFAHRT - O que eu posso acordar aqui? Eu fui provocativo antes, quando eu disse que era importante que fizessem a reflexão aqui de quem atravessou a fila. A sua proposta vai nessa perspectiva. Aquele que tem o perfil, o INCRA tem a responsabilidade de assentá-lo. Agora, eu não sei se é antes que esses que estão aí no sofrimento. Esse é o questionamento que eu fiz antes.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

O INCRA tem a responsabilidade de assentar quem é cliente da reforma agrária, até porque se retomados os lotes, alguém vai entrar lá.

Então, isso não foge da nossa missão. O problema é que hoje eu tenho um dever de ofício e nós podemos tranqüilamente fazer um acordo e ver uma perspectiva de já fazer uma indicação de uma área, sei lá, num lugar, com essa perspectiva de você estar fazendo um questionamento...

Agora, com relação à perspectiva de dentro da comunidade resolver, aí é um outro problema. Aí é o que eu digo, não vou comprar problema.

Como já está tendo um problema extremamente agudo, agora o processo novo, é o INCRA que vai fazer, é o INCRA que vai dizer quem vai lá.

Então, agora nós vamos assumir, porque esse é um problema meu. Então, é isso que eu quero. Eu separo as coisas. Eu não quero tirar, porque estou gostando de tirar as pessoas. Eu estou cumprindo uma missão. Se sair alguém, eu vou ter que colocar outra pessoa lá dentro. E aí é o INCRA que vai fazer, não vai ser a comunidade que vai indicar, porque o problema pode ser pior ainda. Essa é a questão.

Então, é isso que nós temos tratado, como gestor, nessa perspectiva dos lotes.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - O Valdir Corrêa quer fazer uma pergunta.

O SR. VALDIR CORREA - Eu gostaria de fazer uma pergunta no seguinte sentido: esse é um tema que na verdade sempre me coloquei ausente da discussão, até porque não concordo com a política de venda de terra, nós somos contrários, mas eu vi algumas coisas acontecendo neste Estado e não dá para ficar calado.

Eu gostaria de dizer a todos vocês que estão aqui que eu tive acesso a um documento que está na Ouvidoria Agrária do INCRA, em Brasília, feito em Sinop, pela Fazenda Mercedes, onde tem funcionário do INCRA, tem sindicalista legalizando, vendendo terra, fazendo a legalização. Esse documento, inclusive, já está na Internet, é um documento público. Lá, acontece a legalização de lote, está sendo feita a legalização de lote. E aqui no Carimã, funcionário do INCRA também veio para cá, legalizou o lote, tem contrato, inclusive, de funcionário do INCRA assinando, legalizando lote.

Então, eu acho que aqui nós vamos tomar algumas providências. O radicalismo que o Bush usou lá contra os países de terceiro mundo, que estão sendo reprimidos, não deu certo. E essa atitude do INCRA também não vai dar certo para cá, enquanto não tiver um diálogo com a comunidade, não tiver respeito pelos movimentos, pelas associações, por quem mora, por quem está debaixo de lona por cinco anos. Então, essas pessoas não vão se calar por aqui não.

E o nosso movimento vai começar a convocar as pessoas e dizer o seguinte: se acontecer arbitrariedade nos assentamentos, nós vamos para cima do INCRA mesmo.

Dias atrás, segundo informações, apareceram três famílias no Padre Josino e duas famílias lá no Olga Benário, dizendo que o INCRA os mandou para lá.

A primeira atitude nossa foi mandar carregar o caminhão e trazê-los de volta. E vamos fazer isso. Eu quero ver a polícia ficar lá direto. Se não respeitar o movimento, se não respeitar a associação, se não respeitar os trabalhadores que lá estão, vai ter conflito. Vai ter, porque não vamos deixar isso de graça.

Eu sou contra a venda de lotes, mas sou contra a atitude que o INCRA está tendo. O INCRA está fazendo cambalacho, porque isso é pedido de um movimento só para tirar essas famílias. Eu concordo que tem que sair, mas tem que fazer um cadastramento e ver o perfil dessas famílias e tem que ser discutido, não pode ser dessa forma.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Eu gostei quando disseram: quem veio primeiro, a lei ou o homem? O homem veio primeiro que a lei. Então, a lei não pode ser superior a tudo, de jeito nenhum. E nós somos gente, não somos bicho ou boi para ser tratados esse é daquele, é daquele, marcado. Não é marcado.

Toda estrutura que vir para o assentamento é para atender o assentamento, é dinheiro público, não é dinheiro para atender a minha pessoa lá no assentamento, senão, eu, lá dentro do assentamento, vou trazer as coisas só para o meu lote.

Então, isso tem que acabar dentro deste Mato Grosso. Tem que acabar com esse tipo de atitude. Eu não concordo e não vou concordar, dizendo que na região sul não sai reforma agrária, porque o Deputado Zeca D'Ávila não deixa. Sai sim reforma agrária na região sul, basta o INCRA ter vontade de fazer. Basta ter vontade de fazer.

Então, eu não concordo com esse tipo de pensamento, porque não dá certo.

O que aconteceu? As vistorias nossas... A orientação do próprio INCRA... Vai entrando com recurso aqui, vai entrando com recurso lá, pega-se um perito, não sei o que lá mais para dizer que a área é produtiva. Então, são coisas que estão sendo marcadas, estão sendo marcadas na história e isso não vai se apagar muito. Está enchendo. As coisas estão enchendo que já começa a derramar.

Eu gostaria de dizer que eu sou a favor das coisas certas com a participação de todos. Agora não é decisão arbitrariamente chegar e decidir: Eu vou fazer isso, porque quem fez isso é o Bush, esse pessoal que não gosta do povo, e nós não queremos que esse tipo de coisa aconteça aqui no Brasil. O Lula veio para um Governo democrático e não para um Governo autoritário, como está sendo o INCRA aqui de Mato Grosso.

Então, com esse tipo de coisa não concordamos e não vamos concordar e não vamos abaixar a cabeça, de jeito nenhum.

Se for preciso ir lá para São Vicente, ir lá para o INCRA, em Cuiabá, nós vamos de novo. E vamos mesmo.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu queria pedir aos companheiros...

Eu acho que já abrimos para todos, foi extremamente democrático. Eu só quero, Leonel... Por exemplo, o Leonel fez um pedido para dentro da pauta dele... Primeiro, eu vou marcar essa reunião com o Ministro da Justiça, porque eu acho que foi um encaminhamento correto.

Hoje, os Juízes, Desembargadores e Ministros do Supremo Tribunal de Justiça, dos Tribunais, estão segurando processo de reforma agrária, principalmente a questão da Fazenda Boa Esperança, Pantanal, e assim vai, Guiratinga.

Outra pauta, o Leonel já mandou a equipe de vistoria vir para a região sul. Eu acho que houve um avanço.

Outra coisa que eu acho que houve um avanço, aqui, a Dona Maria José - eu quero parabenizá-la - o Prefeito Tonho, o Prefeito de São José do Povo e de Juscimeira acertaram fazer um convênio com o INCRA para fazer parceria. Se estão aceitando fazer parceria, nós temos que chamar os outros prefeitos também para começarmos a trabalhar isso. Tudo bem, pode até não ter orçamento para infra-estrutura agora, mas no aditivo, eu quero trabalhar com os prefeitos da região sul.

Quinto, eu marquei uma reunião com o Governador, na semana passada, com oito prefeitos, lideranças, e foi criado um consórcio na região sul, Leonel, chamando os prefeitos - a Dona Maria José, inclusive, foi eleita secretária do consórcio -, junto com a Secretaria Estadual de Agricultura, para nos ajudar a construir um projeto de infra-estrutura nos assentamentos e para o pequeno produtor. Isso nós vamos cobrar.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Outra coisa que nós estávamos conversando com o Leonel, e aí eu quero pedir o apoio de vocês para procurarem a Rede CEMAT, ir lá para solicitar os projetos do Programa Luz para Todos.

Eu vou continuar lutando para que possamos acelerar o processo de eletrificação rural na região sul.

Eu quero aqui pedir, antes de o Leonel falar... O Mineirinho quer falar... Eu vou passar a palavra para você e depois passar para o Leonel encerrar a Audiência Pública.

O SR. MINEIRINHO - Só aproveitando uma carona aqui do que o Correa falou... O Leonel falou aqui que vai ser o critério do INCRA indicar quem vai para cima desses lotes. E nós sabemos que quando o INCRA vai fazer a homologação, é critério da comunidade fazer avaliação da pessoa que vai ser assentada ali.

Então, realmente, o INCRA tem que ouvir a comunidade e até enquanto tiver só nesse aí, tira, não tira... Mas a partir do momento que chega a falar assim: vai tirar tantos, aí nós estamos na briga, aí nós vamos querer a metade dos lotes, vamos dividir entre os movimentos sociais.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Bem, eu quero também dizer que o Leonel fez, aqui, uma proposta a respeito de uma audiência no Ministério da Fazenda. Eu vou conversar com a Senadora Serys Slhessarenko, ela vai ser a nossa interlocutora, vou marcar uma audiência lá para discutirmos o descontingenciamento do orçamento do INCRA.

Mas eu quero aqui dizer que os movimentos não vão parar, eles vão se mobilizar para que não possamos realmente perder orçamento mais.

Eu quero aqui pedir para todos os movimentos para se mobilizarem, para continuarmos lutando. Essa questão do contingenciamento de orçamento não dá. Nós vamos ter que trabalhar juntos.

E por último, Leonel, eu acho o que foi focado no finalzinho aqui... Eu quero colocar

O SR. PARTICIPANTE - Sr. Leonel, nós somos lá do Pontal.

Eu soube que amanhã nós estaremos numa situação difícil - o senhor já está a par disso aí. A Federal já foi lá, foi o Oficial de Justiça, foi o pessoal do INCRA, e nós estamos levando, não tem jeito, nós embargamos a ponte, eles chegaram para tirar as coisas, nós falamos: está aí, podem tirar. Eles não tiraram, porque não tem onde colocar as vacas, não tem onde colocar nada. E amanhã vai ser uma situação difícil para nós. Nós não temos onde colocar as criações, o povo não está nem tirando leite direito, mais por causa disso.

Eu queria que o senhor pelo menos desse uma posição para nós se não tinha como... Nós já entramos com recurso, porque o senhor sabe que demora para chegar. Nós pegamos um advogado em Poxoréo, ele nos enganou, bancou o safado conosco, porque guardou as coisas e só entregou os papéis agora, na hora que o INCRA chegou, não fez nada, nos deixou falando sozinhos. Aí, eu queria que o senhor nos desse uma sugestão, porque não podemos ficar assim. O povo está perdendo a cabeça e não sabe o que faz. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Leonel, eu só queria fazer um encaminhamento aqui.

Eu comecei a minha vida pública nos movimentos comunitários. Eu fui Secretário de Obras do então Prefeito Carlos Bezerra; do Fausto Farias fui Secretário de Obras; fundei a Secretaria de Planejamento, e nós sempre trabalhamos na questão do diálogo com as comunidades, essa foi uma coisa que aprendi.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Aqui, o Cadidê falou da luta da Cascata, foi uma luta nossa, eu participei dessa luta.

Eu queria só propor o seguinte - eu acho que tem que sair uma proposta da questão desse encaminhamento aqui -: antes de qualquer encaminhamento que for fazer, antes de fazer esse encaminhamento, porque é um encaminhamento de polícia, que faça um encaminhamento. Vamos, primeiro, o INCRA, a classe política, ir lá na comunidade discutir o assunto, porque eu acho que essa questão precisa ser discutida, porque, senão, vai ficar uma coisa incontrolável.

Eu sou um homem público e não posso, em hipótese alguma, achar que vamos resolver essa questão só com uma questão de polícia. Essa questão está ficando grave e nós temos que buscar uma saída... (VIRADA DE FITA) ...mas aqueles que são clientes estão numa situação difícil, está me preocupando, e tem que ter uma saída política para isso.

Não pode ser só uma saída jurídica. Isso está me preocupando. Não pode ser só uma saída jurídica, não, e nem técnica, tem que ter uma saída política também, porque nós estamos lidando com gente e gente é de carne, osso, come, dorme e vive. Tem que conversar.

Uma das coisas que mais está me preocupando hoje na vida pública é o que está acontecendo com os homens públicos. Virou uma coisa tão esquisita que os homens públicos não estão dispostos a ouvir o povo mais. Eles não estão conversando com o povo.

E aí eu quero elogiar por você estar aqui hoje, ouvindo democraticamente, aceitando. E acho que isso é importante, essa sua humildade de ouvir.

Agora, eu estou muito preocupado, tem que ter uma saída sábia, porque do jeito que está aí a coisa está ficando tensa.

O SR. PARTICIPANTE - Eu só queria fazer uma observação de dois minutos, Superintendente.

Os meus pais, a minha família, são clientes da reforma agrária. Eu sou advogado, mas, por uma questão cristã, eu gosto, sempre que tenho oportunidade, de ajudar as pessoas que não tiveram a mesma oportunidade que eu.

No ano passado esse cidadão chegou no meu escritório e me falou: Doutor, eu morei 26 anos na saída de Rondonópolis, na Paulista..." - o Deputado conhece, e durante esse tempo inteiro ele fazia tijolo e cuidava de um sítio. Ele disse: "O dono do sítio, na época, era meio que um irmão, Sr. Valfrido, só que ele faleceu e a sua família, na pessoa de um senhor que até trabalha na Delegacia do Trabalho, quer-porque-quer me despejar e me deu tantos dias para sair de lá. Eu não tenho para onde ir. Eu tenho que vender primeiro as minhas vaquinhas, que adquiri durante todo esse tempo."

Eu falei: não, eu vou conversar com ele.

Fui lá, chamei o cidadão e falei: Olha, esse cidadão tem 26 anos aqui. Eu posso interpor uma ação de usucapião e, no mínimo, vamos conseguir uma liminar para manter esse cidadão aqui durante quantos anos sejam necessários.

Eu disse a ele que o Poder Judiciário é moroso, mas iria fazer justiça, que ele não iria arrancá-lo de qualquer maneira.

Aí fomos ao meu escritório fazer um acordo e ele pegou, se não me engano, na época, R\$7.000,00.

Ele pegou esse dinheiro e há alguns dias eu o encontrei e perguntei: o que você fez com esse dinheiro? Ele me falou: "Comprei um sítio da reforma agrária lá no Pontal da Areia". Eu falei: Você é louco. Não existe instrumento de venda nisso. E ele me falou: "Mas todo mundo me informou que, principalmente agora no Governo do Lula, quem é trabalhador e está na terra - e eu tenho esperança - não vou sair de lá". E lá ele está.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Olha a cara desse cidadão. Isso é ser picareta? Isso é ser estelionatário? Esse homem cometeu algum crime por estar lá? Esse homem é cliente, não da reforma agrária, do Brasil.

Agora, esse homem vai ser despejado para depois ir para uma lona preta e esperar na fila novamente?

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Obrigado, Doutor.

Eu agora vou passar a palavra para o Sr. Leonel Wohlfahrt, para depois encerrarmos esta audiência pública.

E acho que nós fomos extremamente democráticos no encaminhamento da audiência.

Quero aqui colocar para todos...

O SR. PARTICIPANTE - Não ficou claro, eu sou técnico agrícola, como o Cadidé, como o meu colega, o companheiro Stain, que se especializou em georreferenciamento, que é a última palavra que o chamado agronegócio usa, desde um avião para pulverizar, uma máquina para colher ou uma plantadeira para semear.

Eu não entendi o que o senhor disse quanto a não estar sendo usado isso no INCRA. Quando o senhor vai a qualquer pequena propriedade de soja e vê um operador, hoje ele faz curso com GPS.

Essa eu gostaria que o senhor me respondesse com clareza. O senhor falou que georreferenciamento não está sendo usado. Lembra-se? O senhor falou e deve estar gravado.

A segunda questão é a seguinte: não foi dito com clareza e eu acho que a todos os presentes aqui, eu conheço grande parte dos assentamentos do Estado por andar pelo Estado, e algumas das estradas foram feitas pelo 9º BEC e foram feitas, ao contrário do que uma pessoa que me antecedeu fez um comentário, e o Deputado Zé Carlos do Pátio é Engenheiro Civil, conhece a competência do Exército Brasileiro, conhece a competência do 9º BEC, que não faz estrada no tapa. Lá têm Engenheiros militares que fazem com a maior qualidade possível. Se houve algum equívoco, onde era usada uma manilha de um e usaram uma de meia, eu acho que o senhor tem que procurar o Coronel-Comandante do 9º BEC e expor isso.

A outra questão também, que o senhor disse, se eu bem entendi, é que o 9º BEC não entregou as obras e não prestou conta. Então, o Coronel-Comandante do 9º BEC também precisa saber disso e precisa vir a público, por ser funcionário público federal, e esclarecer isso.

E uma última coisa, Deputado Zé Carlos do Pátio, é a questão da EMPAER. Também não ficou clara, passou batida aqui. Vossa Excelência, como Deputado, tem feito um trabalho relevante, mas é necessário fazer essa colocação para a EMPAER. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Quem fez a crítica à EMPAER fui eu e quero dizer que não critiquei os trabalhadores da EMPAER. Eu critiquei a instituição que o Governo está gerindo, que eu acho que está faltando recurso e compromisso com a reforma agrária. A empresa não está tendo orçamento, a empresa não está tendo estrutura e eu, como agente político, não vou ficar criticando a EMPAER. Realmente eu cometi o erro só de criticar.

Eu vou fazer emenda ao Orçamento para aumentar os recursos da EMPAER, vou cobrar do Governo, e concordo com você, para que ele tenha mais compromisso com a agricultura familiar.

Uma outra coisa que eu quero colocar aqui, e vou encerrar a minha fala e o Sr. Leonel vai encerrar a dele, mas quero colocar que o Leonel falou uma coisa certa e aqui quero falar. Eu nunca vi legalizar tanta terra pública como já vi lá na Assembléia Legislativa, terra pública e terra devoluta.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Enquanto o INCRA está comprando terra para assentar trabalhador a preço caro, o Governo está legalizando, a preço de banana, terra pública.

Eu tenho medo também de mudar o foco da coisa. E quero colocar duas coisas que eu tenho análise ampla: primeiro, eu acho que o INCRA tem que estar mais presente na região sul e tem que ser cobrado. Esse é um foco correto. Não vou tirar esse mérito e o Leonel reconhece também que precisa de mais investimento na região sul.

O outro foco, que eu não posso deixar negar aqui, companheiro, e aí eu quero dizer que não podemos misturar uma coisa com outra, porque uma coisa é reconhecer que faltam investimentos em reforma agrária na região sul, tanto do Governo Lula quanto dos Governantes, outra coisa é não conseguirmos separar quem são nossos aliados e quem são nossos adversários. Isso me preocupa e eu quero deixar nessa reunião, hoje, muito clara essa questão.

Eu estava fazendo uma avaliação desta audiência pública e vou continuar cobrando do Leonel, como eu cobro, e cobro duro, aliás, hoje eu não cobreí tão duro quanto já cobreí na minha vida pública, mas não posso sair dessa reunião hoje para separar uma coisa da outra. Uma coisa é a ausência do INCRA na região sul, que, aliás, eu acho que deveria ter um executor do INCRA aqui na região sul. Tem no Estado todo, menos na região sul. Outra coisa é saber quem são nossos parceiros, quem são nossos adversários, porque, na verdade, companheiros, eu que sou homem público, sou agente político, sei quem são nossos adversários aqui.

Ouvi muita gente usar a palavra aqui, hoje, que são nossos parceiros, mas eu vi muita gente que usou da palavra, aqui, que não são parceiros na luta da classe trabalhadora. E isso não podemos confundir. Confundir uma coisa, a ausência do INCRA, falta de apoio, falta de vistoria, cobrar mais recursos, mais orçamento para a região sul... Acho que também têm problemas aqui que têm que ser resolvidos a respeito dos movimentos sociais, não vou negar, tem, está claro, está evidente, há uma disputa de movimentos aqui que, na minha opinião, é ruim para o processo democrático. Isso é uma coisa que tem que se discutir, mas, para mim, tudo é companheiro.

Agora, o que não dá é ver uma elite dominante desta cidade torcendo pelo nosso racha aqui. Com isso não posso concordar. E está me preocupando muito, porque essa elite dominante faz um discurso fácil e pode rachar a luta do trabalhador. Eu estou muito preocupado com esse momento que estamos passando. É um momento delicado, companheiros.

A luta da reforma agrária, querendo ou não, vai ser um caminho sem volta para os trabalhadores. Isso é um caminho sem volta. Nós vamos avançar mais ainda. Eles podem querer, ou não, mas nós vamos avançar.

Vocês viram hoje o Banco do Brasil falando que há três anos só 13% do FCO era para o trabalhador. O resto todo era para quem? Para o agronegócio. Agora não. Nós temos direito legal. Uma briga nossa. E 51% do FCO, que é o dinheiro mais barato do mercado, vão para o trabalhador.

O Luz para Todos... O Luz no Campo era cobrado. Agora não. Agora é gratuito. Então, quero dizer que vamos lutar pelas vitórias.

Acho também, não nego, e o Leonel tem essa consciência, que o INCRA está muito ausente na região sul. E, se não tivermos seu apoio, Leonel, é melhor chutar o balde porque nós estamos enfrentando uma elite dominante aqui, que é um jogo bruto. Quem comanda Mato Grosso é uma elite dominante aqui de Rondonópolis, que não quer reforma agrária. Se não tivermos você como parceiro, quem nós teremos? Quem?

Estão entendendo? É essa a separação e a compreensão que eu quero ter do senhor, Leonel, porque nós estamos num processo de isolamento e cada dia que passa setores estão nos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

jogando na parede, nos escanteando e esse povo aqui é um povo politizado, é um povo que sabe o que quer, tem consciência do que quer.

Então, eu quero pedir para irmos para o embate, ir para o embate contra esse pessoal, lutar pela reforma agrária na região sul, porque eu sou Deputado por Mato Grosso, mas o norte do Estado, hoje, está fazendo muita reforma agrária, porque tem muita terra devoluta e o Leonel está negociando lá, está fazendo uma negociação correta. E aí ele está fazendo todos os encaminhamentos.

O que ele está fazendo? As terras devolutas da União, que estão lá, ele está fazendo assentamento. Não está fazendo igual o Estado está fazendo, passando para os ricos, não, porque o Estado tem muita terra devoluta aqui.

E digo para os senhores - eu tenho seis anos de Deputado Estadual - votei contra todos os processos de regularização de terra para grandes fazendeiros, grandes latifúndios em Mato Grosso. Contra todos. Não teve um que eu dei parecer favorável lá na Assembléia, mas o processo continua. Eu cheguei a segurar vários processos durante muito tempo, fui até ameaçado.

Mas eu quero colocar que aqui na região sul não tem outra alternativa, Leonel. Nós vamos ter que fazer realmente assentamentos, ou através de terras públicas, ou através da desapropriação de terra improdutiva, mas precisamos fazer reforma agrária na região sul. Nós precisamos assentar trabalhador. Nós precisamos gerar emprego e renda. Nós precisamos fortalecer os movimentos populares. Nós precisamos ajudar o trabalhador a sair dessa situação que ele está.

E quero agradecer você por estar aqui hoje, porque isso, Leonel, que você está fazendo aqui, que nós estamos fazendo, está acabando em Rondonópolis. Ninguém mais - desculpe-me o ex-Prefeito e o atual prefeito - quer discutir com o povo os problemas da população. Está todo mundo agora querendo se esconder atrás do toco, ficar quietinho e esperar a outra eleição.

Temos que enfrentar o povo, sim. Temos que ouvir o povo. Temos que ser vaiados. Temos que estar ao lado do povo (PALMAS).

Enquanto pudermos, vamos estar discutindo com a população. Temos que enfrentar a população, discutir, ouvir e encarar.

Eu quero dizer que saio desta audiência hoje vendo que debatemos o assunto, você está sabendo da gravidade dos problemas que estão acontecendo aqui, a falta de reforma agrária, porque, na verdade, você quer cumprir a lei, todo agente político tem que defender o cumprimento da lei, mas também há a necessidade de duas coisas, de dialogar com a sociedade todos os problemas e também criar um cano de escape, que é acelerar a reforma agrária na região sul, arrumar terra para o povo plantar e produzir, principalmente em alguns municípios que temos que amaciar o lombo desse povo.

Nós vamos ter que avançar a reforma agrária em municípios como Itiquira. Estamos com um acampamento lá que está me preocupando muito. Eu já segurei o despejo de trabalhadores lá três vezes e não sei se consigo segurar mais o despejo desses trabalhadores. Precisa fazer nova vistoria e assentar os trabalhadores lá.

Quero passar a palavra para o Leonel, para que possa fazer as suas considerações finais.

Eu acho, Leonel, que foram feitas perguntas aqui pelo Mineirinho, pelo Valdir, pelos companheiros do Carlos Mariguela, e você usa da palavra e eu só encerro. Muito obrigado.

O SR. LEONEL WOHLFAHRT - Eu vou, na verdade, fazer algumas questões que ficaram, de temas mais específicos, e fechar mais geral.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Com relação ao técnico da EMPAER, que esteve aqui, com relação ao georreferenciamento que não está sendo feito, na verdade, o que há? Tem a Lei nº 10.267, que é para georreferenciar todos os imóveis e estava sendo feito nos grandes imóveis no Estado.

Nós fomos a Superintendência que mais certificou, esse foi o problema, 230, enquanto outras tinham 05, 10, 06 e aí vieram denúncias de que estavam georreferenciando e certificando em cima de terra pública, deslocando títulos, e aí entramos com uma portaria proibindo todos os processos. Estamos parados hoje por conta disso. Isso é o que acontece.

Casos específicos nós discutimos, se não tiver problema, encaminhamos, mas, no geral, até que o grupo que foi criado para reestudar todos aqueles que estavam certificados, para ver se continuam, ou não. Georreferenciamento é isso.

Quanto à questão do uso do GPS, isso é normal.

Com relação à questão do 9º BEC. O 9º BEC tem obra licitada. Ele ganhou do INCRA em 2001 e não entregou a obra feita até hoje e não conseguiu terminar lá e aí o INCRA não pode receber. Esse é o problema.

E aí nós temos uma discussão com eles, por enquanto é uma discussão de autarquias, de Exército e INCRA, mas vai chegar uma hora que ele vai ter que responder pela sua responsabilidade. Isso está claro. Então, por conta disso, não fizemos nenhum convênio no ano passado e nem neste com eles. Eles vão ter que refazer aquilo, senão, como é que vamos fazer?

Com relação à EMPAER, nós fizemos um convênio... Não. Nós fizemos um convênio importante, o INCRA fez um convênio com a FUNDAPER, que a EMPAER vai trabalhar, de quase 12 milhões de reais, para três anos, para dar assistência técnica para 9 mil famílias nos nossos assentamentos. Devem estar contratando os técnicos e as técnicas.

Com relação à infra-estrutura, eu falei no início, na minha apresentação, que o que pegamos aqui de infra-estrutura é uma loucura. Então, o que temos feito é discutir participativamente isso para que coloquemos numa hierarquia os maiores problemas para tentar resolver. É essa a história.

Sem dinheiro... No ano passado nós utilizamos sete milhões e quatrocentos mil. Este ano, com o contingenciamento, nós ficamos com cinco mil e seiscentos. Não tem dinheiro para fazer.

Então, o descontingenciamento, para a infra-estrutura, é fatal. Se não descontingenciar, este ano fará menos do que no ano passado na infra-estrutura e nós tínhamos no nosso orçamento - muito bom - em torno de 20 milhões de reais para a infra-estrutura. Nós tínhamos em torno de 70 prefeituras, que iríamos fazer um acordo para alargar as pernas e é isso que temos feito. Na verdade, estamos convidando as prefeituras, a prefeita está aqui, a exemplo disso, que naquele dia foi conversar conosco na perspectiva de que a prefeitura assuma um pouco e nós assumimos o outro tanto para alargarmos as pernas, na perspectiva de resolver problemas que, às vezes, não fomos nós que fizemos e, se fizemos, têm que ser resolvidos porque a comunidade é lá. Então, temos feito isso. E vamos continuar nessa linha, tentando fazer a reforma agrária andar na perspectiva de parceria, porque sozinho não adianta.

Com relação às coisas mais gerais do MTA e principalmente o que o Valdir falou, de denúncia, eu queria que o Valdir não falasse só isso aqui para nós. Tem que nos apresentar documento desse negócio. Não tem como eu ir atrás de qualquer servidor que está fazendo sacanagem. Nós temos 109 sindicâncias, hoje, dentro do INCRA.

No Boa Esperança, sim. Esse é um processo que está andando.

Ele falou aqui de Sinop, de Carimã e demais. Então, essas coisas para nós e para qualquer órgão público têm que ter a materialização da coisa e a materialização é um termo. Vai lá,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

assina um termo declaratório, assina embaixo e nós iríamos, uma comissão de sindicância, aferir, doa a quem doer. Esse é o processo. Isso, com certeza, numa instituição pesada, numa instituição viciada do jeito que é o INCRA, acontece muitas vezes. Nós não estamos dizendo que seja supra-sumo. Então, essa é uma forma em que o movimento pode e deve nos ajudar.

Por último, uma questão mais política mesmo. Eu não sei se as pessoas ainda acham, quando me dizem “nós vamos ocupar”, que eu vou ficar bravo com isso, que eu vou ficar achando que não pode fazer isso. Quando as pessoas me falam isso, para mim isso é importante, porque eu ajudei, na minha vida inteira, a decidir isso, decidir mobilizar a sociedade. Então, quando me falam... Eu, enquanto instituição pública, tenho uma coisa só a pensar. Eu tenho uma outra função, hoje, mas eu preparo, dentro da minha função, na perspectiva de resolver uma pauta dentro das minhas possibilidades, e aí, o que eu puder fazer eu falo que posso, o que não puder, não adianta, temos que negociar.

Então, isso é tranquilo. Quando as pessoas falam: “vamos parar, vamos...” Gente, essa é a sociedade brasileira que precisa estar fazendo isso a todo momento.

E tem outra coisa, eu acho e aí é uma coisa particular, e tenho certeza de que o Deputado conhece isso, para enfrentarmos este poder brasileiro que centraliza a terra, que tem 46% das terras nas mãos de 2% desse povo - aqui tem gente desses, eu vi no quem é quem, aqui tem gente que tem dinheiro neste País. Esse pessoal sempre usou a gente mesmo, sociedade, para desarticular. E se cairmos na asneira, brigarmos entre nós e não fizemos acontecer a coisa, por conta de ficar bom para eles.

Então, o que falta hoje na questão agrária é ajustar com o restante da sociedade que não é cliente da proposta. A outra sociedade, que não é nosso cliente...

Professores, só um pedacinho da categoria diz que está certo esse negócio.

Nós temos que, na política, discutir uma proposta de como chamar a sociedade para realmente apoiar essa ação, porque a sociedade, 85% é como nós, não é cliente, às vezes, mas tem que estar junto conosco para baratear a situação delas e nós não conseguimos fazer esse debate. Nós fazemos debate para nós, interno, no nosso movimento. Quando fazemos uma ocupação de estrada, o povo fica bravo conosco ainda. E deveria ser diferente.

Então, esse é o desafio: como construir uma discussão com a sociedade para quando pararmos uma rodovia todo mundo ajudar a parar e dizer que tem que resolver mesmo, porque senão não vai resolver o problema deles também.

Então, o desafio, hoje, para o avanço dos movimentos sociais, é termos uma estratégia de como trazer a sociedade para entrar nessa discussão e estar junto com ela, porque aqui vai resolver o problema de renda e desconcentração de poder, de riqueza e de uma série de coisas. Esse é o debate.

Acho que meu partido, que é um partido histórico, está perdendo isso - o debate interno que estamos fazendo é por conta disso, para ajustarmos o partido - e o partido de vocês está avançando na perspectiva de retomar isso que havia perdido.

Então, eu acho que nós temos uma perspectiva aqui no Estado, Deputado, Zé Carlos do Pátio, de fazer uma discussão na questão agrária, pegando para esse outro campo, um campo ótimo que têm companheiras que comungam com isso, que são a Senadora e a Deputada Verinha Araújo, que é o campo do professorado neste Estado. O professorado tem que ajudar a discutir a questão da reforma agrária na sala de aula, para fazermos o debate fluir para dentro da sociedade, senão, não avançamos. Essa é uma estratégia que eu acho que, em nível de Governo, temos discutido isso internamente, para ver como é que vamos tratar os nossos aliados também, porque dentro do Governo, vocês sabem, no ano passado teve 27 bilhões de reais para o grande

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 1º DE MAIO DE 2005, ÀS 08:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

produtor, para o agronegócio, e 07 bilhões para a agricultura familiar, sendo que nem conseguimos acessar a todos. Essas são as diferenças e nós temos que colocar isso numa perspectiva de Governo.

Muito obrigado. Eu sou isso mesmo, não tenho problema em discutir as contradições. Quando acho que estou errado eu aceito, quando não acho eu bato de frente também, porque acho que estou certo, e sou assim.

Espero ficar na frente do INCRA até final de julho, se descontingenciar, porque, senão, nós internamente temos uma avaliação. Eu não tenho uma história de luta neste Estado para ser jogada pela porta da frente. E quero fazer aquilo que ajudei a discutir como poderia fazer no país e temos feito essa reflexão junto ao gabinete da Senadora, junto ao gabinete do ministro que é da minha corrente dentro do partido e vamos estar fazendo agora a discussão interna no nosso partido, que é a discussão da direção do partido e eu, se alguém não sabe, sou um dos pretensos candidatos à presidência do nosso Partido aqui no Estado.

Muito obrigado. Um abraço em cada um e cada uma e nós nos acharemos em qualquer lugar e, quando pudermos, vamos travar a mesma estrada juntos.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Declaro encerrada esta audiência pública da Assembleia Legislativa e agradeço a todas as comitivas, prefeitos, Deputados, lideranças comunitárias dos movimentos populares, pastoral da terra, FETAGRI, Movimento dos Trabalhadores Acampados e Assentados, sindicatos dos trabalhadores rurais, enfim, todos os trabalhadores que vieram aqui hoje cumprir esse dever de cidadania neste 1º de maio.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
 - Rosivânia Ribeiro de França;
 - Tânia Maria Pita Rocha;
 - Aedil Lima Gonçalves;
 - Cristina Maria Costa e Silva;
 - Isabel Luíza Lopes;
 - Regina Célia Garcia;
- Revisão:
 - Nilzalina Couto Marques;
 - Ila de Castilho Varjão;
 - Laura Yumi Miyakawa.

* Degração de fita cassete.